



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



**CECÍLIA TELMA ALVES PONTES DE QUEIROZ**

**INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO  
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Campina Grande – PB  
2011-2012

**CECÍLIA TELMA ALVES PONTES DE QUEIROZ**

**INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO  
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais – PPGRN, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais.

**Área de concentração:** Sociedade e recursos naturais

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, sustentabilidade e competitividade

**Professora Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Waleska Silveira Lira

Campina Grande – PB  
2011-2012

Q32i Queiroz, Cecília Telma Alves Pontes de.

Indicadores de políticas educacionais no contexto do desenvolvimento sustentável / Cecília Telma Alves Pontes de Queiroz. - Campina Grande, 2012

93f.: il. col.

Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais.

Orientadores: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Waleska Silveira Lira.

Referências.

1. Políticas Públicas.
  2. Políticas Públicas Educacionais.
  3. Desenvolvimento Sustentável.
  4. Cidadania.
- I. Título.

CDU 37.014.5 (043)

CÉCILIA TELMA ALVES PONTES DE QUIROZ

INDICADORES DE POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**APROVADA EM: 29/02/2012**

**BANCA EXAMINADORA**

*Waleska Silveira Lira*  
**Dra. WALESKA SILVEIRA LIRA**  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

*Gesinaldo Ataíde Cândido*  
**Dr. GESINALDO ATAÍDE CÂNDIDO**  
Centro de Humanidade - CH  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

*Geuda Anazile da C. Gonçalves*  
**Dra. GEUDA ANAZILE DA COSTA GONÇALVES**  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

## AGRADECIMENTOS

À UFGC, aos professores e funcionários, por partilharem conosco experiências e aprendizagens valiosas, especialmente, a secretária, Cleide, e os professores: Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido, Dr. Marx Prestes Barbosa e Dr. Jógerson Pinto Gomes Pereira;

À UEPB e aos meus colegas, pelas inúmeras oportunidades de crescimento profissional e pessoal;

À Profa. Dra. Eliane Moura Silva, pela confiança e pela enorme força em minha vida pessoal, acadêmica e profissional;

A Profa. Dra. Filomena Moita, pela parceria e pelo incentivo;

A minha orientadora, Profa. Dra. Waleska Silveira Lira, meu reconhecimento e gratidão, pelos valiosos ensinamentos, pela força e pela imensa generosidade em todo o percurso;

Ao meu marido, Antônio Augusto, pela paciência e pelo amor;

Aos colegas de Pós-graduação, pelo companheirismo e carinho;

A todas as pessoas e amigos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada !

Aos meus pais, João e Ana (*In memoriam*), e ao meu filho Allan, minhas maiores fontes de inspiração para viver e aprender sempre...

Dedico.

## RESUMO

Pesquisas revelam que o Brasil é um dos países onde mais avançam o conceito de sustentabilidade e a aplicação de tecnologias capazes de oferecer alternativas eficientes de desenvolvimento sustentável. É, também, um dos países onde os desafios de superação da miséria são mais evidentes. Refletindo sobre essas contradições, elaboramos este estudo, com o objetivo de selecionar indicadores, a partir dos diferentes sistemas já existentes no Brasil e no mundo, de políticas públicas educacionais, no contexto do desenvolvimento sustentável, inter-relacionando-as com o desenvolvimento sustentável e a cidadania ativa, com base na percepção dos diferentes atores sociais. Com esse intuito, realizou-se pesquisa descritiva, de caráter exploratório, com sessenta e sete (67) professores e/ou gestores de instituições públicas de ensino de dezessete (17) estados brasileiros em 2011, com base nos estudos da UNESCO (2003), de Martins e Cândido (2008) e Green (2009). Também se recorreu à análise documental e a entrevistas com gestores de programas educacionais no município de Campina Grande/PB. Os resultados revelaram que, quanto mais efetivas forem as políticas públicas, em geral, e as políticas públicas educacionais, em particular, mais desenvolvimento de forma sustentável e mais cidadãos ativos estarão sendo socialmente construídos. Foram evidenciadas fortemente as correlações e a importância entre os indicadores de Políticas Públicas Educacionais, Sustentabilidade e Cidadania Ativa.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Políticas Públicas Educacionais. Desenvolvimento Sustentável. Cidadania Ativa.

## ABSTRACT

Research shows that Brazil is a country where more advance the concept of sustainability and the application of technologies that provide efficient alternatives for sustainable development. And is also one of the countries where the challenges of overcoming poverty are more pronounced, reflecting the contradictions, we developed this study in order to select indicators from the different systems existing in Brazil and worldwide, public policy education in the context of sustainable development, inter-relating them with sustainable development and active citizenship, from the perspective of different social actors. To this end, we carried out descriptive exploratory sixty-seven (67) teachers and / or managers of public institutions of seventeen (17) Brazilian states in 2011, based on studies of UNESCO (2003), AND MARTINS Candide (2008), GREEN (2009). As well as documentary analysis and interviews with managers of educational programs in the city of Campina Grande / PB. The results revealed that the most effective public policies are in general the public educational policies, in particular, development of more sustainable and more socially active citizens are being built. As well, showed strong correlations between the indicators and the importance of Public Policy Education, Sustainability and Active Citizenship.

**Keywords:** Public Policy. Public Policy Education. Sustainable Development. Active Citizenship.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Imagem do banco de dados SPSS - Elaboração própria – 2011	45
<b>Figura 02:</b> Imagem do banco de dados SPSS - Elaboração própria - 2011	46
<b>Figura 03:</b> Engrenagem - Fonte: Elaboração própria - 2011	62
<b>Figura 04:</b> Transparência dos municípios – Campina Grande (PB)	65

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Síntese dos Sistemas de Indicadores - Elaboração própria - 2011	32
<b>Tabela 02:</b> Indicadores e dimensões - Elaboração própria - 2011	40
<b>Tabela 03:</b> Tabela de pontuação - Elaboração própria - 2011	44
<b>Tabela 04:</b> Escala de critérios - Elaboração própria – 2011, adaptada de Saaty (1987)	45
<b>Tabela 05:</b> Fatores influenciadores - Elaboração própria – 2011	55
<b>Tabela 06:</b> Indicadores e parâmetros - Fonte: Elaboração própria – 2011	56
<b>Tabela 07:</b> Indicadores com correlação maior que 80% - Fonte: Elaboração própria – 2011	61

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Estrutura - Fonte: Elaboração própria 2011	17
<b>Quadro 02</b> – PPE	23
<b>Quadro 03:</b> Triangulação de dados de análise - Elaboração própria – 2011	47
<b>Quadro 04:</b> Idade x sexo dos respondentes – Elaboração própria – 2011	48
<b>Quadro 05:</b> Estados brasileiros dos respondentes – Elaboração própria – 2011	49
<b>Quadro 06:</b> Tabela Formação e atuação dos respondentes - Elaboração própria – 2011	49
<b>Quadro 07:</b> Área de formação dos respondentes - Elaboração própria – 2011	50
<b>Quadro 08:</b> Matriz de Correlação - Elaboração própria – 2011	51
<b>Quadro 09:</b> Medida de adequação da amostra - Elaboração própria – 2011	52
<b>Quadro 10:</b> Medida de adequação da amostra - Elaboração própria – 2011	52
<b>Quadro 11:</b> Comunalidades - Elaboração própria – 2011	53
<b>Quadro 12:</b> Variância total - Elaboração própria – 2011	54
<b>Quadro 13:</b> Extração - Elaboração própria – 2011	54
<b>Quadro 14:</b> Testes de confiabilidade - Fonte: Elaboração própria – 2011	57
<b>Quadro 15:</b> (MAS) <i>Measure of sampling adequacy</i> - Fonte: Elaboração Própria – 2011	58
<b>Quadro 16:</b> (MAS) Comunalidades - Fonte: Elaboração própria – 2011	59
<b>Quadro 17:</b> (MAS) Variância - Fonte: Elaboração própria, 2011	60
<b>Quadro 18:</b> Componentes principais - Fonte: Elaboração própria – 2011.	61
<b>Quadro 19:</b> Gráfico de dispersão - Fonte: Elaboração própria - 2011	63
<b>Quadro 20:</b> Indicadores/Variáveis correlação maior que 80% - Fonte: Elaboração Própria - 2011.	64

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	11
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	13
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	13
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	14
1.4 ENFOQUE INTERDISCIPLINAR.....	16
1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO.....	18

### **CAPITULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	20
2.2 CIDADANIA ATIVA E EDUCAÇÃO.....	28
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO.....	31
2.4 SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	32
2.5 MODELOS DE SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	33

### **CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO**

3.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO.....	46
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO.....	47
3.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	47

### **CAPITULO IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS**

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	53
4.2 INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	55
4.3 CORRELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CÂNDIDO, 2008), INDICADORES DE CIDADANIA ATIVA (GREEN, 2010).....	61
4.4 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS.....	70

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	77
-----------------------------------	----

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
--------------------------	----

<b>APÊNDICE</b> .....	83
-----------------------	----

## CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

No debate social brasileiro, a educação, com seus problemas, possíveis soluções e perspectivas futuras, tanto nos aspectos qualitativos quanto nos quantitativos, é um tema presente e recorrente. Sabemos que a educação, ou melhor, a falta dela, em quantidade e qualidade suficiente para todos, é um dos fatores que entram a política de desenvolvimento e crescimento do nosso país e dificulta sobremaneira a superação dos injustos índices sociais que todos conhecemos, nos aspectos socioambientais, da saúde, da habitação, do saneamento ou da distribuição/concentração de renda. Some-se a isso o fato de que a ameaça constante de uma crise socioambiental, com o esgotamento de vários recursos naturais, tem nos mostrado a necessidade urgente de buscar soluções.

Nesse sentido, a maioria dos autores aqui referenciados concorda que as políticas públicas são importantes, especialmente, as educacionais, e entendê-las como instrumento é importante para modificar a atual realidade brasileira. Porém não se trata, simplesmente, de uma política educacional que promova ou contribua para a promoção do desenvolvimento, mas que se movimente de forma ascendente, no sentido de pensar as condições de operacionalização social, política e tecnológica do desenvolvimento de forma sustentável.

Na cidade e no campo, a falta de oportunidades e a ruptura de padrões mostram que o atual modelo de desenvolvimento, forjado numa economia globalizada, ancorada no neoliberalismo que apregoa a transnacionalização do capital, com crescente integração entre os países, e o estímulo ao aumento da produtividade, que acirra a competitividade entre eles, caracterizam um quadro incompatível com o desenvolvimento sustentável, fundamental para o futuro dos homens e das mulheres, por estar alicerçado em uma produção excessiva de bens, forte estímulo ao consumo, no uso cada vez mais recorrente de recursos energéticos e naturais e no consumo desenfreado, que gera desperdícios e resíduos em larga escala.

Com o intuito de reverter essa realidade, devido à pressão social e política, em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução n.º 57/254, declarando o período de janeiro de 2005 a dezembro de 2014 como a “Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Até o final desse período, cada país deverá ter formulado e implantado um Plano de Ação Nacional em Educação para o Desenvolvimento

Sustentável - EDS. Portanto, o Brasil, entre muitos outros países, deveria assumir o desafio de estar promovendo os conceitos e as práticas de sustentabilidade, no sistema de educação nacional.

As políticas públicas, especialmente as promotoras de informação, que envolvem a educação e o desenvolvimento sustentável, devem ser o corpo dos princípios, dos critérios, dos objetivos, das metas e das diretrizes básicas que atuarão como suporte para os diversos programas e projetos sociais e educativos. Nesse sentido, as atividades que são comprometidas com a produção e a difusão de dados relativos à educação e ao meio ambiente têm papel relevante, notadamente porque o efetivo exercício da cidadania só se concretiza na relação de respeito e de parceria entre os cidadãos e o Estado, e essa interação depende da qualidade das informações que são geradas, disponibilizadas, acessadas e assimiladas. O que justifica, a nosso ver, a construção de políticas públicas educacionais democráticas e participativas e a construção/aplicação de metodologias capazes de contribuir para a tomada de decisão. Como, por exemplo, a proposta de Waquil *et. al* (2006), adaptada por Martins e Cândido (2008), para a construção do Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDSMM), referência em nosso estudo.

O IDSMM é um modelo que trabalha com informações e indicadores organizados, numa perspectiva ampla e integrada, que considera as dimensões sociais, demográficas, econômicas, político-institucionais, ambientais e culturais, que possibilitam a coleta de diferentes informações, obtidas através de pesquisas de dados secundários, em bases de dados públicas e disponíveis, agregadas em índices que podem oferecer contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável e subsídios para a formulação e a implementação de políticas públicas que propiciem as condições adequadas para a qualidade da vida da população, no momento atual, e para as futuras gerações.

Essa perspectiva aponta que é importante refletir sobre o IDSMM como um subsídio para a construção de políticas públicas, notadamente as estruturadoras, como as de Educação. Corroborando essa ideia, afirma-nos Mayor (1998, p.34) que “a educação é a chave do desenvolvimento sustentável, autossuficiente” – por isso todos os membros da sociedade devem ter acesso a ela, segundo modalidades novas, e com a ajuda de tecnologias novas, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se instruir ao longo da vida.

Convém, no entanto, enfatizar que as políticas públicas, em geral, e as educacionais, em especial, só serão efetivas na medida em que servirem de estímulo para o exercício da cidadania, para a redução da pobreza, para o desenvolvimento local sustentável e para o bem-estar social. Essas são condições que trazem na prática a necessidade de se garantir saúde,

habitação, emprego e renda, bem como educação para todos. A nosso ver, um caminho promissor rumo do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, **o pressuposto** deste estudo relaciona-se à necessidade de que, no processo de construção/elaboração de políticas públicas, sobretudo as educacionais, deve-se levar em consideração um conjunto de indicadores organizados, ponderados, através de bases e análises estatísticas, e legitimados por grupos de atores sociais e/ou institucionais que observaram as correlações entre políticas públicas, cidadania ativa e sustentabilidade, partindo da **premissa de que**, quanto mais presentes e efetivas forem as políticas públicas educacionais adotadas, mais efetiva será a sustentabilidade socioambiental e, por conseguinte, maior será a contribuição para a criação de uma consciência de cidadania ativa no contexto em que atuam.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo selecionar indicadores de políticas públicas educacionais, no contexto do desenvolvimento sustentável, a partir da revisão de literatura e da percepção dos atores sociais, com o intuito de responder ao seguinte **problema de pesquisa**: Quais indicadores poderão contribuir, na ótica dos atores sociais, para a construção de políticas públicas educacionais que promovam a cidadania ativa e o desenvolvimento sustentável?

E, ainda, com o intuito de complementar a nossa reflexão, confrontamos os indicadores selecionados com a prática desenvolvida em projetos/programas no município de Campina Grande/PB, tomando como referência a voz dos seus gestores, através de entrevistas.

## 1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

### 1.2.1 Objetivo geral

Selecionar indicadores de políticas públicas educacionais, no contexto do desenvolvimento sustentável, inter-relacionando-as com o desenvolvimento sustentável e a cidadania ativa, a partir da percepção dos diferentes atores sociais.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- ✚ Realizar pesquisa bibliográfica e sistematização dos conceitos-chave e das concepções de cada uma das abordagens teóricas: políticas públicas educacionais, sustentabilidade e cidadania ativa;
- ✚ Identificar uma abordagem dos indicadores de sustentabilidade, de políticas públicas educacionais e de cidadania ativa que se adéque bem mais ao contexto do estudo;
- ✚ Selecionar indicadores de sustentabilidade, de políticas públicas educacionais e de cidadania ativa;
- ✚ Apontar indicadores influenciadores das políticas públicas educacionais;
- ✚ Estabelecer uma relação entre os indicadores de sustentabilidade, os de políticas públicas educacionais e os de cidadania ativa, empregando a análise multicritério;
- ✚ Mapear os principais programas e as ações educacionais executadas no município de Campina Grande- PB;
- ✚ Verificar se os indicadores de políticas públicas educacionais, selecionados no estudo, estão contemplados nas ações dos programas desenvolvidos no município de Campina Grande- PB.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

As temáticas propostas neste estudo encontram o desafio constante de lidar com subjetividades, incertezas e a carência de informações que levem em conta a complexidade da realidade; que considerem e percebam a importância da participação dos atores sociais e as múltiplas dimensões de análise que as temáticas requerem. Nesse contexto, acredita-se que são relevantes estudos empíricos que possam contribuir para a tomada de decisões e subsidiá-las, levando-se em consideração um conjunto de indicadores de sustentabilidade integrados, ponderados e legitimados por atores sociais.

Nesse caminho, desafiamo-nos a encontrar indicadores de políticas públicas educacionais que considerassem as profundas transformações por que passa o mundo de hoje, nas esferas da economia, da política, da cultura, da ciência e do ambiente, sobretudo tomando como base a globalização da economia que é, segundo Libâneo (1998), a mundialização do capitalismo, em cujo bojo traz alterações drásticas nas condições de vida e de trabalho de todos os cidadãos, considerando que as políticas públicas educacionais se destacam porque

podem ou não contribuir para as mudanças em outras dimensões e indicadores. Nesse sentido, percebemos, em vários estudos, que, “apesar da universalidade dos cuidados, a forma com que os pais os exercem pode variar conforme as diferentes configurações ecológicas e culturais nas quais a família está inserida” (KELLER, HENTSCHEL ET AL., 2004; KELLER ET AL., 2007). Isso significa que a educação, como um dos fortes pilares na construção e consolidação da Cultura, pode contribuir para um maior entendimento dos diferentes problemas de ordem econômica, social, política, ambiental etc. e favorecer a consolidação de espaços para o pleno exercício da cidadania e da participação democrática, com o intuito de promover o desenvolvimento local de forma sustentável, visando ao bem-estar social de todos ou, ao contrário, favorecer a exclusão, a destruição do ambiente, entre outros.

Ainda para justificar o presente estudo, destacamos o conteúdo apresentado no capítulo 36, da agenda 21, em que se afirma:

Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que essas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los. O ensino é também Fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do sócio-econômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação (AGENDA 21, 1992).

Nessa perspectiva, não é qualquer política pública que dará conta dessa tarefa, é necessário que se compreendam as diferentes concepções, as dimensões e os mecanismos de funcionamento, como se constroem os conhecimentos, a gestão e a avaliação das políticas públicas, para garantir mais participação e controle social, pois, segundo Maturana e Varela (1995, p.18),

só podemos conhecer o conhecimento humano (experiências, percepções) a partir dele mesmo, visto que conhecer é um processo autoorganizativo do indivíduo - cada um aprende pelas e nas relações que constrói com seu entorno. Assim, podemos inferir que, quanto mais e melhores essas interações, mais conhecemos e, se conhecemos mais, mudamos nossas práticas, planejamos melhor as ações (...).

Assim, aprender/ensinar e construir conhecimentos são ações que contribuem para que o homem conquiste os direitos de cidadania, aprenda permanentemente e se prepare para o trabalho, com competência para relacionar a prática e o aprendizado com seu processo de vida, com suas relações de classe, seu trabalho e sua cultura, como um cidadão ativo, sujeito do processo, e que contribui para o próprio desenvolvimento, por meio de ações em que possa refletir e agir coletivamente.

Diante do exposto, apresentamos como **problema de pesquisa** a seguinte questão: Quais indicadores poderão contribuir, na ótica dos atores sociais, para a construção de políticas públicas educacionais que promovam a cidadania ativa e o desenvolvimento sustentável?

Enfim, com essa compreensão e fundamentando-nos em UNESCO (2003), Martins e Cândido (2008), Green (2009), entre outros, para a discussão teórica acerca da relação entre Políticas Públicas Educacionais, Sustentabilidade e Cidadania Ativa, apostamos em um caminho metodológico interdisciplinar, que reflita, através do Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDSM), e de forma integrada, as Políticas Públicas Educacionais, a Sustentabilidade e a Cidadania Ativa.

#### 1.4 ENFOQUE INTERDISCIPLINAR

Entender a ciência trabalhando com as variáveis sociedade e natureza desafia-nos a aprofundar, intensamente, o entendimento dessas variáveis, posto que, em ambas, construíram-se visões historicamente distorcidas que nos levam, por exemplo, a achar normal a exploração entre os seres humanos e a relação de dominação e exploração da natureza que, diariamente, praticamos. Contudo, não é tarefa fácil desconstruir essas visões.

No caso da educação, uma alternativa seria a mudança da ação pedagógica e de pesquisa científica disciplinar, em “que cada ‘disciplina’ ou ‘saber’ tem seus objetivos, seus códigos e métodos organizados de apropriação e construção de conhecimentos” (FLORIANI, 2000). Mudança por uma nova concepção: a interdisciplinar, que, segundo a professora Ivani Fazenda (2001, p.17), “parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas” (...).

O segundo desafio posto seria distanciar-se, desconsiderar os contextos culturais estruturados que cada ser detém e que estão estruturados de forma disciplinar, e cujos elementos são constituídos e fortalecidos dia a dia, por uma cultura moderna e tecnológica em que cada disciplina e os saberes têm verdades próprias. Isso porque, retomando Floriani (2000), “a crise de paradigmas já teria se tornado fato, que o autor chama de 'moda' inevitável, cuja característica principal é tornar um gosto dominante, o que traz consequências sociais profundas para a vida prática das pessoas”.



Nesse sentido, o desafio seria, também, o de ser diferente, de inovar, evitar repetições, alterar procedimentos convencionais, assim como procurar novos referenciais em outras formas de conhecimento - a interdisciplinaridade.

Floriani (2000) refere que, de acordo com a concepção interdisciplinar, o caminho para conhecer e reconhecer os problemas do mundo é mudar a lógica do pensamento, ou seja, a contextualização do conhecimento, que deve, então, atender a algumas pré-condições, tais como:

1. Vínculo entre relações da parte com o todo;
2. Um pensamento profundo, que alcance a raiz do problema e que seja multidimensional, levando em conta a multiplicidade do real;
3. Um pensamento organizador e sistêmico (todo-parte-todo);
4. Um pensamento 'ecologizado', que considere aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e naturais;
5. Um pensamento que leve em conta a ecologia e a dialética da ação;
6. Um pensamento incluso, que trabalhe com a incerteza na ação.

Traçando um paralelo e trazendo essa questão para nossa realidade de estudantes-pesquisadores, entendemos que é valioso, em cada trabalho científico, apresentar a evolução sócio-histórica do objeto/fenômeno; buscar um distanciamento necessário para sua compreensão; não procurar apenas respostas, mas indicar novas indagações e novos passos, porque se sabe que a "verdade" não é una; e por fim, responder o porquê e para que do estudo, ou seja, a quem servirá? Com as respostas obtidas, deve-se repensar, avaliar novamente e tomar partido para seguir adiante ou mudar o rumo do estudo.

Bulhões (2000) recomenda que "a análise de um fenômeno requer, primeiramente, que observemos o que está oculto, considerando o todo, sua evolução, os fatores que impulsionaram sua construção e o que a sua existência influencia." O autor acrescenta que "é preciso analisar o fenômeno como um todo e sua relação com o ambiente."

Na prática, deve-se trabalhar de forma interdisciplinar, com o fim de facilitar a compreensão, gerir situações de acomodação, sob o ponto de vista piagetiano (1996), explicar com mais clareza a gestão de situações de tensão e de conflitos intrínsecos às necessidades, às práticas humanas e às dinâmicas naturais.

Sobre esse aspecto, Piaget (1996, p. 76) enuncia que,

na organização cognitiva pela assimilação, justificam-se as mudanças quantitativas do indivíduo, seu crescimento intelectual mediante a incorporação de elementos do meio a si próprio e pela acomodação, as mudanças qualitativas de desenvolvimento modificam os esquemas existentes em função das características da nova situação;

que juntas justificam a adaptação intelectual e o desenvolvimento das estruturas cognitivas.

Isso quer dizer que, por meio da interdisciplinaridade, devido às trocas entre pesquisadores, é possível sair do isolamento e da solidão, na produção de conhecimentos, e vislumbrar uma função social com intervenção na realidade. Dito isso, acredita-se que, se forem consideradas as políticas públicas educacionais, a cidadania ativa e o desenvolvimento sustentável, a experiência interdisciplinar poderá gerar troca dos diversos saberes organizados ou disciplinares, com o objetivo de desenhar estratégias de enfrentamento e de mudanças.

Ensina-nos Floriani (2000) que praticar a interdisciplinaridade, considerando-se aspectos sociais, políticos, ambientais e de desenvolvimento, é uma ação do conhecimento que consiste no ‘confronto’ de saberes, com o objetivo de alcançar outro saber mais complexo e integral, para superar uma limitação antiga, com a qual não é possível assumir a complexidade das relações entre a sociedade e o meio natural.

Assim, sinteticamente, pode-se afirmar, neste estudo, que a interdisciplinaridade ocorre quando envolve os diferentes atores sociais, as diversas áreas do conhecimento científico, as diferentes experiências de cidadania, de ações sociais e a gestão pública relacionada aos temas abordados: Políticas Públicas Educacionais, Cidadania Ativa e Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de construir indicadores de políticas públicas educacionais no contexto da sustentabilidade.

## 1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

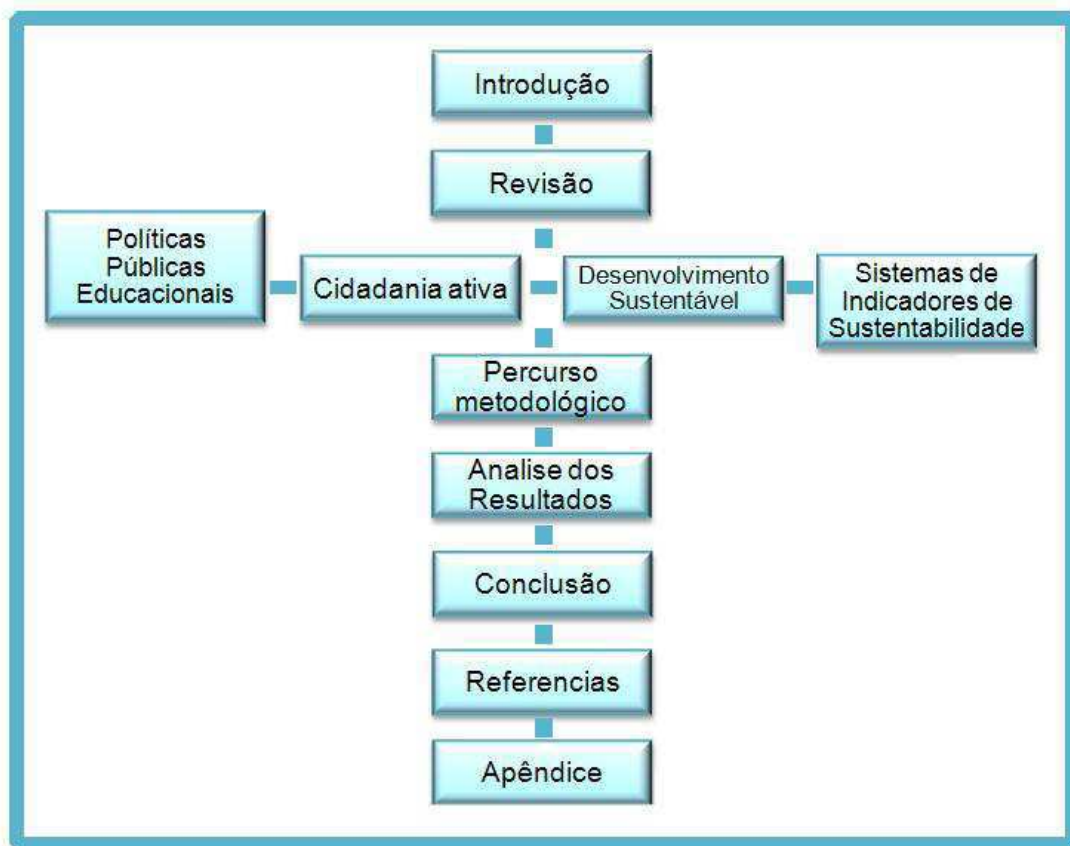
Este estudo está estruturado em quatro capítulos, que foram organizados com o objetivo de facilitar a compressão da proposta, descritos a seguir:

**No primeiro capítulo**, apresentam-se as considerações iniciais, a contextualização do estudo, os objetivos - geral e específicos - a justificativa, o enfoque interdisciplinar, a delimitação e a estrutura detalhada do estudo, ilustrado no quadro 01, abaixo.

**No segundo capítulo**, procedeu-se a uma breve revisão bibliográfica. Para efeito de didática, os quatro temas que fundamentam o estudo foram subdivididos assim: Políticas Públicas Educacionais, Cidadania Ativa, Desenvolvimento Sustentável e Indicadores de Sustentabilidade. De cada um deles, foram apresentados conceitos, características, etapas etc. Quando possível, esses aspectos foram contextualizados no Brasil e no Estado da Paraíba, à luz das pesquisas nos documentos oficiais.

O **terceiro capítulo** apresenta, detalhadamente, o caminho metodológico percorrido e a percorrer, descrevendo-se o tipo e a natureza do estudo, a caracterização da sua área, os instrumentos utilizados no pré-teste, para a realização da coleta dos dados, e seus resultados, analisando-os e confrontando-os com a literatura. Também se sugerem os indicadores que podem balizar a construção e a avaliação de políticas públicas educacionais no contexto da sustentabilidade. Nas considerações últimas, apresentam-se os próximos passos do estudo e apontam-se algumas reflexões.

O **quarto capítulo** trata da análise dos resultados. Finalizando, vêm as conclusões e as referências consultadas.



**Quadro 01** – Estrutura - Fonte: Elaboração própria 2011

## **CAPITULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Buscando uma organização didática e um melhor aproveitamento do trabalho, o presente capítulo foi estruturado com a discussão dos seguintes temas: Políticas Públicas e Políticas Públicas e Educacionais, Cidadania Ativa e Educação, Sustentabilidade e Educação e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade, como temas fundantes dessa reflexão teórica e base para o desenvolvimento deste trabalho. Também se apresentaram as reflexões, ainda inconclusas, e um breve resgate histórico dos conceitos, das características e das diferentes visões em cada tema.

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

Historicamente, o debate em torno das políticas públicas remonta aos movimentos populares do Século XIX, devido, principalmente, aos inúmeros conflitos surgidos nas revoluções industriais, através da histórica e conturbada relação entre capital e trabalho, ou seja, da tensão entre interesses comuns - sociais e interesses privados - mercado.

Segundo Saravia (2007), a análise das realidades estatais, aqui inserido o embrião das políticas públicas, foi feita com base em diferentes olhares e perspectivas “filosóficas, da ciência política, da sociologia jurídica, das ciências administrativas”, bem como da visão antropológica e psicológica. No entanto, ainda segundo o autor, cada uma teve o seu momento ao longo da história. A mais forte visão foi a das ciências administrativas, consolidada nos Estados Unidos, na segunda metade do Século XX, que se alastrou pelo mundo, nos anos 60, e prevalece ainda hoje. Isso não significa dizer que as diversas correntes de pensamento tenham sido extintas ou que uma substituiu a outra mecanicamente, mas que uma incorporou elementos de outra e/ou coexistiram, nem sempre de forma harmoniosa e compatível com seus princípios.

Inseridas nesse contexto, as políticas públicas também foram sendo modificadas conforme a realidade política e a concepção de Estado e de ação do Estado. Com a crescente interação entre sujeitos, empresas, instituições nacionais e internacionais, Estados e Nações, a qual trouxe como “legado” a chamada globalização – agregados às facilidades da comunicação e da informática – e a contínua adequação às inovações das estruturas organizacionais a esse novo contexto de mudança, surgem, nas empresas privadas, novas

formas de administrar, como, por exemplo, o planejamento, o planejamento organizacional, adotado fortemente nos anos 50/60, em que se defendiam a fixação de objetivos, de metas e a descrição dos meios para atingi-las. No lado estatal, surgem os mecanismos de planejamento governamental, com a institucionalização dos órgãos públicos, das comissões, dos ministérios, entre outros.

Ressalte-se, no entanto, que as constantes transformações no contexto internacional desafiaram, outra vez, as teorias da administração, exigindo formas flexíveis de planejamento e de gestão - é o momento do planejamento estratégico, aquele que deve levar em conta os fatores externos à organização e que vão além do estabelecimento de metas e objetivos. Agora, segundo os autores, era preciso criar estratégias que incorporassem novos elementos para atender a esse dinamismo crescente da economia globalizada. Difunde-se, então, a construção de cenários – que permitem que as organizações utilizem técnicas de análise de conjuntura e construam estratégias a serem implementadas nos cenários alternativos, em cujas análises precisavam/deveriam considerar as necessidades e os desejos dos cidadãos, materializadas nas ações públicas do Estado, ou melhor, nas políticas públicas, o que, nem sempre, efetivou-se na prática.

Novamente, os diferentes e complicados processos ocorridos nas décadas seguintes (guerras, crises petrolíferas e financeiras) demonstraram a necessidade de respostas mais imediatas e ágeis, mais dinâmicas que os cenários construídos, fazendo surgir, então, o conceito de ‘gestão estratégica’, que incorpora o planejamento e a análise de conjuntura, mas oportuniza uma ação imediata conforme o contexto em que os desafios são postos às organizações. Porém, o Estado compreendeu tudo isso bem mais tarde e sofreu com a queda de sua credibilidade, a insatisfação da população, que vivenciava, por outro lado, o desejo de participar democraticamente, especialmente, devido ao enorme impulso dado pelas tecnologias de comunicação e informação, que permitiriam mais interação entre as pessoas e amplo acesso à informação, que poderiam, com a gestão democrática, viabilizar mais o controle das ações do Estado e ‘levar’ os governos a definirem novos padrões de gestão e financiamento de políticas públicas.

Tudo isso trouxe, na década de 80/90, “o fortalecimento progressivo da concepção mais ágil da atividade governamental: a ação baseada no planejamento deslocou-se para a ideia de Política Pública” (SARAVIA, 2007, p. 57). Mas esse processo, “hoje claramente visível, apenas se insinuava nos anos 50...” (idem).

Segundo Viana (1996, p 78),

[...] a produção em matéria de políticas públicas busca analisar o modo de funcionamento da máquina estatal, tendo como ponto de partida a identificação das características, das agências públicas ‘fazedoras’ de políticas; dos atores participantes desse processo de ‘fazer’ políticas; das inter-relações entre essas variáveis (agências e atores); e das variáveis externas que influenciam esse processo.

Conceituando as políticas públicas, foi possível visualizar algum consenso em torno do qual os Estados/as nações deveriam ser capazes de formular ações sociais, ou seja, políticas públicas para produzir bem-estar e promover justiça social para os seus cidadãos. Isso corrobora com o pensamento de David Easton (1953), para quem a política pública significa “a alocação oficial de valores para toda a sociedade”. (1953, p. 129 in HEIDEMANN e SALM, 2010)

Para Saravia (2007, p. 54),

trata-se de um fluxo de decisões políticas, orientado para manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. [...] Numa perspectiva mais operacional, trata-se de um sistema de decisões públicas que visa às ações e omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Ainda segundo esse autor (2007), não é ou foi algo tranquilo, harmônico, em que todos sabiam/sabem o seu papel e desempenham tudo muito bem organizado, ao contrário, “as modernas ‘teorias do caos’ são as que mais se aproximam de uma visualização adequada da dinâmica social” [...] “ou o tipo de organização que March e Olson denominam ‘anarquia organizada’... daí a dificuldade de racionalizar os processos de políticas públicas”

Significativamente, a expressão ‘*política pública*’, dependendo do contexto em que for empregada, pode conotar, segundo Aguilar Villanueva (1992), sintetizando Subiratis (1989) in Saravia (2007 p.30),

... **um campo de atividade governamental** (política de saúde, educacional, comercial), **um propósito geral** a ser realizado (política de emprego estável para os jovens), uma **situação social desejada** (política de restauração dos centros históricos, contra o tabagismo, de segurança), uma **proposta de ação** específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos), **uma norma** ou normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), um **conjunto de objetivos e programas** de ação que o governo tem em um campo de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza). Ou a política **como produto e resultado** de específica atividade governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir *n* número de casas, a política de empregos criou *n* postos de trabalho), o **impacto real da atividade governamental** (diminuição do crime urbano, aumento da conclusão do ciclo Básico de estudo, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o **modelo teórico ou a tecnologia** aplicável em que se sustenta

uma política governamental (política de energia, política de renda regressiva, política de ajuste e estabilização).

As políticas públicas são como ações intencionais do Estado, cujo objetivo é de atender às necessidades e às demandas da sociedade - comumente compreendidas como serviços das áreas de previdência social, habitação, educação, saneamento, saúde etc. Golberg (1987, p 43.) refere que as políticas públicas são como o 'Estado em ação'. Ações e intencionalidades materializadas em programas, projetos, objetivos e metas a serem alcançadas em todas as áreas. Contudo, essas intencionalidades estão calcadas numa concepção de Estado e de política social que fundamenta tais ações.

Na prática, as políticas públicas definem o tipo de proteção social que o Estado deve ou deveria oferecer, para garantir a todos e a todas, indistintamente, a distribuição dos benefícios sociais e diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Para David Easton, a política pública significa "a alocação oficial de valores para toda a sociedade" (1953, p. 129 in HEIDEMANN e SALM, 2010). Nessa perspectiva, as políticas públicas, em geral, e a política educacional, em particular, situam-se no interior de um tipo particular de Estado e revelam, segundo Höfling (2001), "feições" diferentes. Refletem, ainda, a disputa política e ideológica de cada momento histórico.

Assim, estudar as políticas públicas é, necessariamente, vê-las nessa perspectiva ampla e complexa, por vários ângulos ou pontos de vista distintos, como apontam Hogwood e Gunn (1981, p. 97):

1. Estudos de conteúdos políticos – procuram descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento das diferentes políticas;
2. Estudos dos processos das políticas – focam-se nas etapas pelas quais passa um assunto e verificam a influência dos diferentes setores no assunto em foco;
3. Estudos de produtos de uma política – procuram explicar por que os níveis de despesas ou o fornecimento de serviços variam entre as áreas;
4. Estudos de avaliação – podem ser descritivos ou prescritivos na análise de políticas específicas ou para políticas;
5. Estudos de informação para elaboração de políticas – os dados são organizados para contribuir com a reflexão dos tomadores de decisões;
6. Estudos de análise de processos – procuram melhorar a natureza dos sistemas de elaboração de políticas;
7. Estudos de análise de políticas – são aqueles em quem o analista pressiona no processo de política, em favor de ideias ou opções específicas.

Significados e características podem ser apontados, tomando como base os componentes comuns, encontrados nos diferentes dicionários de ciência política, conforme descreve Saravia (2007 p.31), a saber:

- a) Institucional: é elaborada por autoridade formal e legalmente constituída, no âmbito de sua competência, e é coletivamente vinculante;
- b) Decisório: é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta para problemas e necessidades;
- c) Comportamental: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação, e não, apenas, uma decisão singular;
- d) Causal: refere-se a produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Tomando Thoenig (1985, p.105) como referência, sintetizamos os elementos que podem caracterizar uma política pública:

[...] um conjunto de medidas concretas; decisões ou formas de alocação de recursos; ela esteja inserida num 'quadro geral de ação'; tenha um público-alvo (ou vários públicos); presente definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, definidos em função de normas e valores.

Pode-se inferir, portanto, que compreender o significado concreto de políticas públicas solicita um duplo esforço: de um lado, destaca-se a técnica (o lado prático); de outro, as relações sociais (o lado subjetivo), incorporando, assim, um processo complexo que envolve os dois lados, pois "as políticas públicas estruturam o sistema político, definem e delimitam os espaços, os desafios e os atores" (THOENIG, 1985).

Essas etapas, em geral, compreendem: formulação, implementação e avaliação. A primeira consiste na preparação da decisão política; a segunda, a decisão tomada por político, conjunto de políticos (congresso, câmaras...) e constituída por meio de normativa legal; a terceira significa a análise do que foi realizado '*a posteriori*' e dos efeitos causados na sociedade ou no público-alvo.

Essas etapas (formulação, implementação e avaliação), todavia, nem sempre, ocorrem de forma sequenciada e contínua. Normalmente, situam-se no interior de um tipo particular de Estado e revelam, segundo Höfling (2001), "*feições*" diferentes. Refletem, ainda, a disputa política e ideológica de cada momento histórico. Nesse contexto, a participação e a vivência plena da cidadania, da '*cidadania ativa*' (GREEN, 2008), podem contribuir, e muito, especialmente através das instituições, porque elas emanam, influenciam e/ou condicionam as decisões mais importantes e podem contribuir para a construção de uma boa política pública, de excelência, conforme apresentado no quadro abaixo:



### CARACTERÍSTICAS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EXCELÊNCIA

1. Financiamento amplo e não só específico (qual é a ideia? A onde queremos ir?);
2. Estimativas de custos e de alternativas de financiamento;
3. Elaboração de fatores para a avaliação;
4. Benefício social comparado com o de outras políticas (o que é prioritário?);
5. Consistência interna e agregada (a que se agrega essa política? O que inicia?);
6. Quais apoios e críticas prováveis (políticas, corporativas, acadêmicas);
7. Têm oportunidade política de implantar?
8. Definir qual a sequência das ações a serem desenvolvidas (o que deve ser feito primeiro, quais os condicionantes?);
9. Clareza dos objetivos;
10. Funcionamento dos instrumentos para implantação (o que é necessário?);
11. Elaboração de indicadores de custos, de eficácia e de eficiência.

Obs: A **eficácia**, aqui, é compreendida como fazer o que deve ser feito, com o foco em uma determinada direção e concentração de energia para a execução da missão; e **eficiência**, como o saber como fazer o que tem para ser feito, como as 'coisas' são feitas, aos valores, à visão, comportamentos, atitudes, métodos, procedimentos e estilos.

**Quadro 02** – PPE - CIPE *Directory of Public Policy Institute in Emerging Markets. Washington: 1996. In Parada (2007)*

No Brasil, as nossas políticas públicas, em geral, estão longe da excelência, haja vista as injustiças, a pobreza e as desigualdades sociais que retornam periodicamente ao cenário político, por força da mobilização social. Segundo o resumo retrospectivo de Campos (2003), na segunda metade do Século XX, durante o governo Jango; na década de 1970, no momento do “milagre brasileiro”; na década de 1980, através dos movimentos sociais e sindicais, e durante a Constituinte de 1988, devido à mobilização, em que ampliamos os direitos e, mais recentemente, como preocupação central das propostas dos governos para as áreas sociais. No entanto, em que pesem os inúmeros avanços sociais alcançados nos Governos recentes, ainda não foi possível implantar políticas públicas que garantam um sistema de proteção social, com cobertura universal que propicie bem-estar a todos e todas, como ocorreu em diversos países europeus, no período pós-guerra, e como determina a nossa Constituição Federal (1988).

Como consequência disso, em nosso país, acumulou-se uma dívida social enorme, paga com o desemprego, com o déficit habitacional e com a fome e a miséria de milhares de pessoas. Foi causada por uma industrialização e urbanização construídas sob a égide da

*mundialização do capital* (CHESNAIS, 2007 p.31) ou globalização - um conjunto de mecanismos e instrumentos de aprofundamento e generalização do padrão capitalista dominante de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (BELONI, *et al* 2007). Em outras palavras, a dívida social e educacional brasileira agrava-se, por causa das políticas neoliberais de enfraquecimento da capacidade de intervenção do Estado, consorciadas com um modelo capitalista de industrialização que desvela suas maiores atrocidades estruturais, o desemprego, a exclusão de comida e saberes culturais e a destruição dos recursos naturais do planeta.

Por outro lado, numa sociedade democrática, em que os governos precisam da legitimação social e política da sociedade, abalada pelas crises econômicas e pelos déficits sociais, as políticas públicas são uma alternativa dos governos, do movimento social e dos cidadãos ativos. No Brasil, especialmente, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o modelo de democracia representativa e participativa valorizou a participação de diversos atores (afetados e envolvidos) nas diferentes políticas públicas. Nesse sentido, foram constituídos alguns instrumentos de participação, que pusessem em prática essa concepção de democracia, uma prática que deve ocorrer desde o diagnóstico dos problemas, passando pelo planejamento e pela implementação, até a avaliação dos resultados. Alguns exemplos são os conselhos de gestão, os fóruns de discussão, as conferências, o planejamento/orçamento participativo etc., que funcionam nos três níveis: federal, estadual e municipal. Alguns, inclusive, com caráter deliberativo.

A relação entre participação social e políticas públicas é fortemente refletida por Green (2009), através dos conceitos de *Estados Efetivos e Cidadania Ativa*. Segundo o autor, “cidadãos ativos exercitam esses direitos para melhorar a qualidade de sua vida política ou cívica, por meio de sua participação na vida econômica e política ou, ainda, na realização de ações coletivas que, historicamente, têm permitido que pobres e excluídos se façam ouvir” (GREEN, 2009, p.47). Enfim, qualificando as políticas públicas e a sustentabilidade ambiental dos recursos naturais, de forma democrática e participativa.

No que tange às políticas públicas educacionais, a legislação brasileira, na área educacional, apresentou, a rigor, alguns avanços com a promulgação da CF/1988. O capítulo sobre educação nela inserido deu os rumos da legislação posterior, no âmbito dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A partir daí, surgem novas leis para regulamentar os artigos constitucionais e se estabelecem as diretrizes para a educação no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB, nº 9394/96 - revogou as leis anteriores, fortemente embasadas nas concepções dos governos militares e dos organismos internacionais.

A nova LDB promoveu a descentralização e a autonomia das escolas e das universidades e permitiu a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro, a autonomia dos sistemas de ensino e a valorização do professor e do magistério. Como fruto desses avanços, são criados os fóruns de participação, nos âmbitos local e nacional, para discussão e encaminhamento de propostas para a área, como o Fórum Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação do Campo e a Conferência Mundial de Educação, entre outros que ocorrem no Brasil e no mundo.

Em que pesem, no entanto, os avanços das Leis, é importante a atuação em outras frentes, pois, segundo Gohn (1999), nos países subdesenvolvidos, a promulgação de leis é insuficiente e, no caso do Brasil, a cidadania surge como resultado de um processo histórico de lutas. E completa: “desde os anos 90, o terceiro setor brasileiro amplia consideravelmente o universo da participação na sociedade, apresentando, assim, uma oportunidade de efetuar mudanças importantes em prol do Desenvolvimento Sustentável” (GOHN, 1999, p. 89).

Devido a essa busca, o sistema educacional formal vem sofrendo muita pressão para se atualizar, em virtude dos avanços no entendimento de como se constrói o conhecimento, como as pessoas aprendem, as novas demandas do mercado de trabalho, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, a globalização, entre outros. Todavia, é importante considerar que a ‘Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável’, decretada pela ONU, organização que une, praticamente, todos os países do Planeta, representa um esforço internacional massivo e, talvez, o maior na história do mundo, que objetiva efetivar mudanças importantes nas práticas, no conteúdo e no próprio conceito da educação, em um período de tempo relativamente curto. Estamos diante de um momento oportuno – e preciso - para refletir e formular caminhos efetivos nesse sentido.

O documento da UNESCO Brasil de 2002, intitulado Fundamentos da Nova Educação, explicita que o objetivo da década - Educação para Desenvolvimento Sustentável (EDS) - é deslançar, com mais agilidade, as mudanças necessárias à educação tradicional, incentivando pesquisas, experiências e metodologias para esse fim, e deixa claro que estão sendo travadas discussões, em nível mundial, sobre os pilares em que devem ser construídas as diretrizes e determinados os investimentos da educação para o próximo milênio.

Esse investimento deve possibilitar a relação estreita entre o poder público e a sociedade civil, através de uma educação que promova a cidadania ativa e qualifique a sociedade civil para participar efetivamente da construção e da gestão das políticas públicas:

A modernidade implica numa visão política de que participar na construção de seu espaço de vida, mais do que receber presentes das 'autoridades', constitui uma condição essencial da cidadania. Implica numa visão institucional menos centrada nas 'pirâmides' de autoridade, e mais aberta para a colaboração, as redes, os espaços de elaboração de consensos e os processos horizontais de interação (DOWBOR, 1999, p. 126).

Nesse sentido, é preciso ter claro que a construção de políticas públicas, de forma democrática, para o desenvolvimento sustentável e para a construção da cidadania ativa, precisa envolver, como condição *sine qua non*, espaços de interação e de articulação entre o poder público e a sociedade civil.

Dawbor (1999, p. 187) refere, ainda, que “o poder local, com seus instrumentos Básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui um mecanismo de ordenamento político e econômico de grande eficiência.”

Aqui fica explícito o papel das Políticas Públicas, em geral, e das Políticas Públicas Educacionais, em particular, qual seja: atuar na origem dos processos de conflito e insustentabilidade, nas situações de crise socioambiental e na construção de espaços onde os cidadãos possam se construir ativamente.

## 2.2 CIDADANIA ATIVA E EDUCAÇÃO

Nosso passado recente testemunhou a emergência do discurso da sustentabilidade como a expressão dominante no debate que envolve as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido amplo. Em pouco tempo, sustentabilidade tornou-se palavra mágica, pronunciada, indistintamente, por diferentes sujeitos, nos mais diversos contextos sociais e assumindo múltiplos sentidos. Sua expansão gradual tem influenciado diversos campos do saber e de atividades diversas, entre os quais, o campo da educação. Há pouco mais de uma década, entre os organismos internacionais, as organizações não governamentais e as políticas públicas dirigidas à educação, houve uma tendência a se substituir a concepção de educação ambiental, até então dominante, por uma nova proposta de educação para a sustentabilidade ou para um futuro sustentável.

As décadas seguintes do Século XX, notadamente nos países da Europa, trouxeram a necessidade de o Estado atuar intensamente, devido, especialmente, ao avanço significativo da cidadania, especialmente porque o mundo experimentou realidades paralelas - de um lado, um momento de avanço da industrialização e urbanização e, de outro, um regime econômico caracterizado pelo liberalismo, pelo Estado mínimo, em um cenário de cidades industriais

que, na época, mostrava uma carência de equipamentos e serviços urbanos, trazendo como consequência baixa expectativa de vida e alto índice de mortalidade infantil, entre outros problemas.

Nesse cenário, as ideias socialistas revolucionárias ganharam corpo, e os sindicatos organizados engrossaram a luta pela melhoria das condições de vida. E, na busca de barrar essa insatisfação, os estados se sentem obrigados a ‘ceder’, com a ampliação da democratização política e da participação nas eleições (sufrágio), antes restrita. Como resultado dessa luta, os trabalhadores passaram a exigir dos Estados os seus direitos.

Assim, teve início um longo percurso na construção da cidadania, conforme Marshall (1967), para garantir a conquista e o exercício de três conjuntos de direitos interligados: direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. O primeiro, ligado às liberdades individuais; o segundo, que se refere ao respeito à participação política - liberdade de expressão, de ideologia, de manifestação, de ser eleito ou de eleger representantes. O terceiro, que define as necessidades humanas básicas (alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento etc.). Ainda segundo o autor, esses direitos estão imbricados e interdependem, pois um vai requerer a existência de outro para a vivência plena da cidadania.

Segundo Kappel & Dal (2007, p. 56), existem dois tipos de cidadania - a passiva e a ativa. A **cidadania passiva** é aquela outorgada pelo Estado, com a ideia moral de favor e de tutela e, acima de tudo, que trata os direitos do cidadão como uma concessão estatal; já a **cidadania ativa**, passível de aprendizagem, é aquela em que o cidadão é instituído como portador de direitos e deveres, mas, essencialmente, criador de direitos, que pode e deve buscar espaços de participação política.

E como apontam pesquisadores da área, estamos vivenciando uma renovação discursiva no debate internacional que pode ser observada nas conferências e nos documentos da UNESCO, na Agenda 21, proposta na Rio-92, nas políticas educacionais de diversos governos da União Europeia e na produção acadêmica internacional, que serve de base para essa orientação, trazendo o debate para a multidisciplinaridade, permitindo-nos tomar consciência de que a questão da sustentabilidade ultrapassa as barreiras do tempo, do espaço e das especificidades e precisa do apoio científico e tecnológico de todas as áreas do conhecimento. Gradualmente, e com intensidades variadas, o novo discurso passou a penetrar também o debate em outros países centrais e periféricos e nas demais esferas institucionais, nos diversos âmbitos.

Devido à resistência da educação tradicional às mudanças, a pesquisa em EDS requer que se apontem novos caminhos na educação e se criem estratégias para motivar alunos e

professores a aceitarem e a efetuarem as mudanças com agilidade (UNESCO, 1997, 2002; UNESCO DEDS, 2003; TILBURY *et. al.*, 2002). E afirmam os pesquisadores que uma estratégia benéfica nesse sentido é a identificação de coerências entre as diversas mudanças requeridas. Conforme foi justificado pela UNESCO, “o Desenvolvimento Sustentável requer uma abordagem holística: Educação para o Desenvolvimento Sustentável tem conexões com outros programas e problemas na educação” (UNESCO DEDS, 2003, p. 6).

A maioria dos autores que analisa a proposta de uma educação para a sustentabilidade concorda que ela surgiu como uma tentativa de superar alguns problemas apresentados pela educação ambiental praticada nas escolas de diversos países da União Europeia, como a Itália, a Espanha, a Inglaterra, a Irlanda, a Alemanha, o País de Gales, a Holanda e a Polônia, entre outros (STERLING, 2001; TILBURY, 1996; SAUVÉ, 1997).

E como a questão da sustentabilidade articula-se com a temática da cidadania? Como algo vital para a construção da sociedade que almejamos, porque a participação, o exercício de consciência para preservar, reciclar e proteger são ações de cidadãos conscientes, posto que “Cidadania se aprende no exercício mesmo da própria cidadania” (HADDAD, 2009 p.3), na prática e, como todo exercício, aprende-se e se ensina.

Na história moderna da educação, aprender/ensinar e conhecer são bens de valor inestimável. Maturana e Varela (1995, p.18) asseveram que só podemos conhecer o conhecimento humano (experiências, percepções) a partir dele mesmo. Ou seja, conhecer é um processo autoorganizativo do indivíduo - cada um aprende pelas e nas relações que constrói com seu entorno. Assim, podemos inferir que, quanto mais e melhores essas interações, mais conhecemos, e se conhecemos mais, mudamos nossas práticas (...). Nesse sentido, o lócus mais importante e com maior capilaridade para a elaboração do processo de aprender/ensinar e construir conhecimento é a instituição de ensino, que se organiza e é regida, em geral, pelas políticas públicas educacionais.

Para Green (2009, p 57), cidadãos ativos exercitam esses direitos para melhorar a qualidade da sua vida política ou cívica, por meio de sua participação na vida econômica e política, ou, ainda, na realização de ações coletivas que, historicamente, têm permitido que pobres e excluídos se façam ouvir.

E como construir a cidadania ativa? Pesquisas apontam que o exercício da participação nos diferentes fóruns políticos e sociais (sindicatos, associações, ONGs, conselhos escolares etc.) contribui fortemente para uma educação política, para a cidadania ativa, que exige participação no âmbito público, relação com diferentes atores sociais, capacidade de dialogar, construção de consensos, aceitação das diferenças e pensamento coletivo.

Como afirma Boaventura Santos (1997, p. 33),

das diferentes versões de uma dada cultura, deve ser escolhida aquela que representa o círculo mais amplo de reciprocidade dentro dessa cultura, a versão que vai mais longe ao reconhecimento do outro. As pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

O exercício da cidadania ativa, como ensina Haddad (2009), pressupõe bases democráticas que podem e devem ser fortalecidas através da garantia dos direitos civis e políticos, mas também dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais que, juntos, porque indivisíveis, conformam o conjunto dos direitos humanos.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO

A temática da sustentabilidade nasce junto com a preocupação com a escassez dos recursos, por volta da década de 70. Porém o conceito de desenvolvimento sustentável, de sustentabilidade, (...) embora utilizado de forma ampla, nas duas últimas décadas, está em permanente construção e reconstrução e corresponde à definição mais abrangente dos modelos de desenvolvimento nascidos na modernidade.

Para Sachs (2001), o fato de o desenvolvimento não estar contido no crescimento econômico não deve ser interpretado como uma oposição entre crescimento e desenvolvimento, pois o crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento sustentável, que é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (in BUARQUE, 1994, p 87).

De acordo com Pronk e Hak (1992), o desenvolvimento é dito sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do Planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema (BUARQUE, 1994, p 92).

O desenvolvimento sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, que compatibiliza, no tempo e no espaço, o crescimento e a

eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 1994, p. 98).

Esse compromisso torna-se mais forte e evidencia-se nas décadas de 80/90, com o debate em torno da temática do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, com a ‘mundialização’ das preocupações ou questões ambientais, que impulsionaram mudanças nos aspectos legais e de gestão, como, por exemplo: a criação de Ministérios do Meio Ambiente, em vários países europeus, e a criação, nas Nações Unidas, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ações que culminaram com a publicação do documento intitulado “O Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland.

Para Martins e Cândido (2010, p. 37), “a sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou Superiores de vida em um dado ecossistema vislumbrando o sustentáculo da vida”.

Contribuindo com as discussões, Sachs (2002, p. 75) enfatizou a urgência em se planejarem formas de conciliar as atividades socioeconômicas, para atender às demandas do capital, do mercado e ao necessário e urgente trabalho de gestão do meio ambiente, dos recursos naturais, buscando “aquele desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às próprias”.

No Brasil, a temática da educação para a sustentabilidade ainda é pouco disseminada na literatura e nas práticas que relacionam educação e meio ambiente, e a temática se expressa através dos conteúdos da Educação Ambiental, dispostos no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborado sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC), que estabelece que a educação ambiental deva contribuir para que os estudantes adotem "uma consciência global das questões relativas ao meio, para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção" (MEC, 1998). Para tanto, a Educação deverá estar pautada numa ação pedagógica que garanta o acesso ao conhecimento historicamente elaborado pela humanidade, que atenda às necessidades dos cidadãos e cidadãs, considerando suas especificidades e acrescentando, em sua formação, questões que ultrapassem o armazenamento de conhecimentos e de informações que permitam a compreensão de conceitos, valores e atitudes, através do uso de uma metodologia democrática, participativa e criativa, que facilite a inteligibilidade dos conteúdos oferecidos, bem como a avaliação e a aplicação científica desses conteúdos. Trata-se de uma educação que compreende o espaço da sala de aula (em sentido amplo) como local privilegiado para a formação do homem como um todo crítico, autônomo e criativo e faça valer uma postura



pedagógica em que a liberdade dos educandos-trabalhadores não seja proibida de se exercer (FREIRE, 1989).

Nesse sentido, a Educação e as políticas educacionais devem assumir um papel Fundamental nos níveis local, nacional, regional e global, especialmente, com a proclamação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tudo isso proporciona um quadro favorável para essa ação renovada com todos os parceiros relevantes, inclusive, a Parceria Global da Educação Superior para a Sustentabilidade e o Grupo da Declaração de Ubuntu, ambos lançados na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (JOHANNESBURG, 2002), com apoio ativo da UNESCO.

#### 2.4 SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Os indicadores de sustentabilidade têm a capacidade de mensurar e indicar caminhos aos gestores e administradores para a tomada de decisões políticas corretas, bem como de comunicar, de forma clara, os avanços e as conquistas de cada uma delas à mais interessada - a sociedade.

De acordo com Bellen,

os indicadores podem comunicar ou informar acerca do progresso em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável (2002, p. 28).

Também podem ter forte repercussão social e efeito educativo, pedagógico, porque potencializam e qualificam a participação da sociedade:

A sociedade passa a conhecer as ações sustentáveis de um determinado espaço geográfico através da divulgação externa da informação ambiental oportuna em relatórios ambientais, balanço social e indicadores de sustentabilidade. (LIRA e CÂNDIDO, 2008, p. 30).

Cândido (2010) chama a atenção para a importância dos sistemas de indicadores de sustentabilidade, como um mecanismo capaz de oferecer aos gestores públicos e à sociedade informações organizadas e sistematizadas que direcionem a formulação de políticas públicas. E destaca:

Dada a complexidade que envolve o desenvolvimento sustentável, é necessário encontrar indicadores que captem todos os aspectos relevantes para o processo de desenvolvimento em bases sustentáveis e descrevam de forma compreensiva uma realidade mutável, dinâmica e diversa, além de evidenciar aspectos que revelem tendências ou perspectivas futuras. (CÂNDIDO, 2010, p. 26)

Assim, tomamos como referência o Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade e de Nações: contribuições ao diálogo da sustentabilidade, organizado por Louette (2008), e o livro Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: formas de aplicação em contextos geográficos diversos e contingências específicas, organizado por Cândido (2010).

Neste estudo, deparamo-nos com uma gama enorme de Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade e, com o propósito demonstrar a importância e a variedade dos sistemas de indicadores, fizemos uma síntese do que foi encontrado na literatura e elaboramos um quadro com as principais características dos sistemas de indicadores já utilizados no mundo e no Brasil, com o objetivo de selecionar os indicadores mais relevantes e, em seguida, submetê-los à reflexão dos atores sociais.

## 2.5 MODELOS DE SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Quanto aos Sistemas de Indicadores, verificamos, em nosso estudo, que quase todos os sistemas objetivam '*captar esses aspectos relevantes*' da realidade social, ambiental, política, econômica... em que estão balizados. Porém, não visualizamos, em nenhum deles, com exceção do IDSM, a integração das múltiplas dimensões da realidade social e ambiental, com foco na realidade municipal. Alguns sistemas ora integram uma, duas [...] dimensões, tais como: a ecológica, a ambiental, a social, a econômica, a institucional etc., ora separam cada uma delas para estudar as condições de vida e do ambiente. Fruto desse trabalho de síntese, descrito na tabela a seguir, escolhemos o IDSM como balizador deste estudo.

Sistemas de Indicadores	O que é:	Objetivos	Conteúdo:
<p><b>1. Os Princípios de Bellagio</b> International Institute for Sustainable Development – IISD Canadá</p>	<p>Princípios que orientam a avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável. Os Princípios de Bellagio são orientações para a avaliação de todo o processo, desde a escolha e o projeto dos indicadores e sua interpretação até a comunicação dos resultados, sendo princípios inter-relacionados, que devem ser aplicados de forma conjunta.</p>	<p>Os princípios foram criados tanto para iniciar processos de avaliação do desenvolvimento sustentável quanto para avaliar processos já existentes de qualquer instituição, desde comunidades locais e empresas até organismos internacionais.</p>	<p>Esses princípios, classificados nas grandes etapas do processo de mensuração do desenvolvimento sustentável e seu conteúdo, são os seguintes:</p> <p>1. Guia de visões e metas, 2. Perspectiva holística, 3. Elementos essenciais, 4. Escopo adequado, 5. Foco prático, 6. Abertura e transparência, 7. Comunicação efetiva, 8. Ampla participação, 9. Avaliação constante, 10. Capacidade institucional.</p> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.ead.fca.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/331.pdf">www.ead.fca.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/331.pdf</a> <a href="http://www.iisd.org/mesure/compendium">www.iisd.org/mesure/compendium</a></p>
<p><b>2. Dashboard of Sustainability</b></p>	<p>É um índice agregado de vários indicadores de desempenho econômico, social e ambiental que mostra, visualmente, os avanços dos países em direção à sustentabilidade, utilizando a metáfora de um painel de veículo.</p> <p>Foi desenvolvido pela equipe do <i>Consultative Group on Sustainable Development Indicators</i>, coordenada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IISD) do Canadá.</p> <p>A ferramenta, disponível on-line, foi concebida para ser entendida por especialistas, mídia, formuladores de políticas públicas e o público em geral.</p> <p>Na nova edição, o painel promove indicadores para as Metas de Desenvolvimento do Milênio, especialmente para países em desenvolvimento. Esses indicadores ajudam a definir as estratégias de redução da pobreza e monitorar o alcance das metas.</p> <p>Esses indicadores formam a base de dados e cobrem, aproximadamente, 100 nações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apresentar avaliações econômicas, ambientais, sociais e institucionais específicas de cada país. E, assim, saber se eles se aproximam ou se distanciam de um panorama de sustentabilidade;</li> <li>➤ Contribuir com dados para tomadores de decisão e interessados em desenvolvimento sustentável;</li> <li>➤ Facilitar o processo de comunicação acerca do desenvolvimento sustentável, transformando esse conceito em dados numéricos, medidas descritivas e sinais orientativos.</li> </ul>	<p>Operacionalizado para a comparação de países a partir de 46 indicadores e três dimensões nas áreas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Meio ambiente - 13 indicadores;</li> <li>➤ Econômica - 15 indicadores;</li> <li>➤ Social - 18 indicadores.</li> </ul> <p>Os indicadores podem ser avaliados em relação a estes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sustentabilidade;</li> <li>2. Processo decisório, a partir de dois elementos principais: <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Importância</b> (revelada pelo tamanho que esse processo assume perante os outros na representação visual do sistema correspondente) e</li> <li>➤ <b>Performance</b> (mensurada por meio de uma escala de cores que varia do vermelho-escuro {crítico}, passando pelo amarelo {médio} até o verde-escuro {positivo}).</li> </ul> </li> </ol> <p>Atualmente, segundo os autores, todos os indicadores, dentro de cada um dos escopos, têm pesos iguais.</p> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.iisd.org/cgsdi/">www.iisd.org/cgsdi/</a> <a href="http://www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp">www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp</a></p>
<p><b>3. IDH + IPH + IDC + MPC</b> Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</p>	<p>O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), é importante por combinar três indicadores de base: a esperança de vida à nascença, o rendimento e o nível de educação. Apesar de ter sido publicado, pela primeira vez, em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial.</p> <p>O IDH é um índice composto, baseado no enfoque das capacidades: todas as pessoas devem poder desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.</p> <p>Como vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno não são coisas palpáveis e concebidas da mesma forma por todo o mundo, é necessário usar indicadores que permitam expressar essas condições de vida.</p> <p>É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (<a href="http://www.pnud.org.br/odm/">http://www.pnud.org.br/odm/</a>) e, no Brasil, tem sido utilizado pelo Governo Federal e pela administração municipal: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<a href="http://www.pnud.org.br/atlas/">http://www.pnud.org.br/atlas/</a>).</p>	<p>O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por MahbubulHaq, com a colaboração do economista indiano, Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998.</p> <p>O IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento, não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para viver”. É um importante instrumento para comparar as condições de vida entre os países. Também é usado na elaboração e na orientação de políticas e programas sociais.</p>	<p><b>Indicadores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Esperança de vida ao nascer – número de anos que uma criança recém-nascida viveria, se os padrões de mortalidade existentes no tempo de seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida. Valor mínimo: 25 anos Valor máximo: 85 anos</li> <li>• Taxa de alfabetização de adultos – porcentagem de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Valor mínimo: 0% Valor máximo: 100%</li> <li>• Taxa de escolarização bruta combinada – mede o percentual de alunos matriculados nos três níveis de ensino (Fundamental, Médio e Superior), independentemente da idade, em relação ao número total de pessoas na faixa etária que oficialmente corresponde a cada um desses níveis de ensino. Valor mínimo: 0% Valor máximo: 100%.</li> </ul> <p><b>Observação</b> O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH em seus cálculos — uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno —, com o acréscimo de outra dimensão: a exclusão social.</p> <p><b>Referências</b> Ranking de municípios no Brasil <a href="http://www.pnud.org.br/">www.pnud.org.br/</a> / <a href="http://www.pnud.org.br/idh/">www.pnud.org.br/idh/</a> <a href="http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm">www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm</a></p>
<p><b>4. O Índice de Pobreza Humana</b> PNUD</p>	<p>O Índice de Pobreza Humana (IPH) mede as carências no desenvolvimento humano básico, em termos do percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos, do percentual de adultos analfabetos e do estabelecimento de condições econômicas para um padrão de vida aceitável, em relação ao percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e ao percentual de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente.</p> <p>O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH em seus cálculos (vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno), com o acréscimo de uma quarta dimensão no IPH-2: a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo. O IPH-1 mede a privação nas mesmas dimensões básicas que o desenvolvimento humano, como o IDH.</p>	<p>O IPH mede as privações no desenvolvimento humano. Assim, enquanto o IDH mede o progresso global de um país na realização do desenvolvimento humano, o IPH reflete a distribuição do progresso e mede o acumulado de privações que ainda existem. O IPH é construído para os países em desenvolvimento (IPH-1) e para os países industrializados (IPH-2).</p> <p>Foi projetado um índice distinto para os países industrializados porque a privação humana varia com as condições sociais e econômicas da comunidade e para aproveitar a maior disponibilidade de dados nesses países</p>	<p><b>As variáveis utilizadas são:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Vida longa e saudável. A percentagem de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os <b>40 anos</b>;</li> <li>➤ Conhecimento. A percentagem de adultos analfabetos;</li> <li>➤ Padrão de vida digno. A carência na provisão de bens e serviços básicos — que podem ser adquiridos por meios públicos ou privados —, refletida pela percentagem de pessoas sem acesso aos serviços de saúde e de água potável e pela percentagem de crianças com peso deficiente.</li> </ul> <p>O IPH-2 foca a privação nas mesmas dimensões que o IPH-1.</p> <p><b>As variáveis são:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Vida longa e saudável. A percentagem de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os <b>60 anos</b>;</li> <li>➤ Conhecimento. A percentagem de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional;</li> <li>➤ Padrão de vida digno. A proporção de pessoas com privação de renda (com renda disponível inferior a 50% da renda média das famílias);</li> <li>➤ Exclusão Social. A proporção do desemprego de longa duração (12 meses ou mais).</li> </ul> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.pnud.org.br/">www.pnud.org.br/</a> e <a href="http://www.dhnet.org.br">http://www.dhnet.org.br</a></p>

Sistemas de Indicadores	O que é:	Objetivos	Conteúdo:
5. GNH - Gross National Happiness Centro de Estudos do Butão Butão	Os indicadores FIB (Felicidade Interna Bruta) servem como ferramentas de avaliação para acompanhar os progressos de desenvolvimento em longo prazo. Tais indicadores têm como metas exibir um senso comum de propósito e oferecer àqueles responsáveis pelas políticas públicas orientação para seus programas, que deverão ser coerentes com os valores do FIB. O FIB é gerado de modo a demonstrar cientificamente a felicidade e o bem-estar geral da população, mais precisamente no Butão e de forma mais profunda do que medidas monetárias. A medida informa tanto à população do Butão quanto ao resto do mundo os atuais níveis de satisfação humana naquele país e como eles variam entre distritos, de forma dinâmica e também trazendo informações importantes para a política governamental.	Os esforços no sentido de desenvolver o índice FIB foram realizados com o objetivo de fornecer ao Butão um valioso conjunto de indicadores que possam ser utilizados na sua tomada de decisões para o desenvolvimento mais global e harmonioso de suas metas.  O objetivo do FIB é uma reflexão dos valores, definição dos padrões de referência e monitoramento das políticas e do desempenho do país.	O FIB é constituído por 72 indicadores, que cobrem nove dimensões, consideradas os principais componentes da felicidade e do bem-estar no Butão. Essas nove dimensões são igualmente ponderadas. Dentro de cada dimensão, os indicadores são igualmente ponderados, mas, como existem diferentes números de indicadores por dimensão, eles podem assumir diferentes pesos no cálculo da medida global. <b>As nove dimensões são:</b> 1. Bem-estar psicológico, 2. Uso do tempo, 3. Vitalidade da comunidade 4. Cultura, 5. Saúde, 6. Educação, 7. Diversidade do Meio Ambiente, 8. Padrão de vida e 9. Governança Essa perspectiva de “felicidade” tem realizações suficientes para cada uma das nove dimensões. O FIB assume aquilo que é conhecido como a “união”, a abordagem da identificação na literatura da medição multidimensional. A pessoa que conseguiu boas satisfações em todas as nove dimensões é considerada feliz <b>Referência</b> <a href="http://grossnationalhappiness.com">http://grossnationalhappiness.com</a>
6. BIP 40 - Baromètre des Inégalités et de l'Emploi França	É um indicador sintético, que busca apontar as desigualdades e a pobreza.	Seu objetivo é abranger várias dimensões das desigualdades e da pobreza, construir, para cada dimensão, um indicador (ele próprio produto de diversos indicadores) que permita acompanhar a evolução no tempo das desigualdades correspondentes e, por fim, somar (ou agregar) esses indicadores por dimensões, visando obter um índice global.	São seis dimensões (58 indicadores):  1. Emprego e trabalho (indicadores em quatro rubricas) 2. Renda (15 indicadores em quatro rubricas) 3. Saúde (5 indicadores) 4. Educação (5 indicadores) 5. Moradia (5 indicadores) 6. Justiça (4 indicadores) Produzem, então, seis índices: emprego, índice renda, índice saúde, índice educação, índice moradia e índice justiça.  <b>Referência</b> <a href="http://www.bip40.org">www.bip40.org</a>
7. - Balanço Contábil das Nações Brasil	O Balanço Contábil das Nações é uma metodologia para a elaboração de relatórios financeiros de países ou regiões, por meio do <i>método inquired balance sheet</i> e da equação básica da contabilidade: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido, composto por dados físicos (recursos florestais) e financeiros. O Balanço Ambiental de cada país tem os <b>ativos</b> representados pelos seus recursos florestais, os <b>passivos</b> correspondem às obrigações em relação à preservação do meio ambiente, e o <b>patrimônio líquido</b> significa a parcela residual destinada a recompor as reservas naturais para a geração atual e as futuras.	O Balanço Contábil das Nações tem por objetivo evidenciar a conta que cada cidadão terá que arcar diante dos fenômenos de mudanças climáticas globais e do aquecimento global, diante do aumento da concentração dos gases de efeito estufa, ou greenhouse gás (GHG). Mostra situações de superávit ou déficit e permite reflexões individuais e coletivas sobre ações globais, regionais e locais em relação a políticas e mecanismos de preservação ambiental.	O GDP-PPP: representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado país e, por esse motivo, foi definido como parâmetro de avaliação dos ativos. O método paridade do poder de compra (ppp) é adotado pela ONU e pelo Banco Mundial e permite uma melhor comparabilidade entre os países. Devido às limitações dessa medida de crescimento econômico, propôs-se o ajuste pelo consumo de energia.  <b>Fonte: EQUIPE DE PESQUISADORES DA USP</b> José Roberto Kassai (FEA/USP e IPCY) – jrksasai@usp.br Rafael Feltran-Barbieri (Procam/USP) – rafaelfb@usp.br Francisco Carlos B. Santos (Ipen/USP) – fcarlos@usp.br L. Nelson Carvalho (FEA/USP) – lnelson@usp.br Yara Cintra (FEA/USP) – yaracintra@usp.br Alexandre Foschine (IPCY) – afoschine@uol.com.br
8. BS - Barometer of Sustainability The World Conservation Union (IUCN) e The International Development Research Centre (IDRC) Canadá	É uma metodologia para avaliar e relatar o progresso em direção a sociedades sustentáveis, que combina, de modo coerente, diversos indicadores sociais e ambientais, fornecendo uma avaliação do estado das pessoas e do meio ambiente por meio de uma escala de índices.  É considerada a única escala de desempenho destinada a medir o bem-estar humano e o ecossistema conjuntamente, sem sobrepor um ao outro. Seus dois eixos – um para o bem-estar humano, outro para o do ecossistema – permitem que indicadores socioeconômicos e ambientais sejam combinados independentemente, mantendo-os separados, possibilitando análises de interações pessoas-ecossistemas.  Segundo um dos autores, Prescott-Allen, trata-se de um caminho lógico para transformar os conceitos gerais do desenvolvimento sustentável, bem-estar e progresso em um grupo de condições humanas e ecológicas concretas.	É um modelo sistêmico de mensuração da sustentabilidade. Oferece imagens claras, rapidamente comunicadas, da condição do ambiente, da condição das pessoas e, quando analisadas em conjunto, do progresso geral em direção à sustentabilidade. Também compara o bem-estar humano e o do ecossistema dentro das sociedades, a velocidade e o sentido da mudança e os principais pontos fortes e fracos.  O barômetro da sustentabilidade é destinado, segundo seus autores, às agências governamentais e não governamentais, a gestores e pessoas envolvidas com questões relativas ao desenvolvimento sustentável, em qualquer âmbito do sistema - do local ao global.	A ferramenta combina uma série de indicadores ambientais e sociais (selecionados pela comunidade em questão), como, por exemplo: qualidade da água, emprego, economia, educação, crime, violência etc., utilizando escalas de performance. Bom ou ótimo são definidos como um extremo da escala, e ruim ou péssimo, como o outro extremo. Assim, as posições dos indicadores podem ser esboçadas dentro dessa escala. O resultado é um grupo de medidas de performance, todas utilizando a mesma escala geral, possibilitando, assim, a combinação e a utilização conjunta dos indicadores. A definição dos indicadores parte de alguns princípios-chave como: • A consideração de que as pessoas fazem parte do ecossistema e devem ser tratadas conjuntamente e com igual importância; • O levantamento das questões relevantes dentro de um contexto é fundamental e deve ser feito por um grupo de pessoas ligadas a esse contexto; • Predispõem-se a questionar e aprender coletivamente, já que se reconhece a falta de conhecimento sobre as relações entre pessoas e ecossistemas. <b>Referências</b> <a href="http://www.idrc.ca">www.idrc.ca</a> <a href="http://www.iucn.org/">http://www.iucn.org/</a>
9. Calvert-Henderson Quality of Life Indicators CalvertGroup EUA	É um índice de mensuração da qualidade de vida dos Estados Unidos, que considera tendências e resultados econômicos, ambientais e sociais por meio de uma abordagem sistêmica. Os indicadores são o resultado de um abrangente estudo de seis anos, realizado por um grupo multidisciplinar de profissionais e estudiosos integrantes de agências governamentais, empresas e organizações sem fins lucrativos, que percebiam a necessidade de métricas mais práticas e sofisticadas para avaliação de condições sociais.	O objetivo é contribuir para os esforços mundiais, no sentido de desenvolver estatísticas abrangentes de bem-estar nacional que possam ir além dos indicadores macroeconômicos tradicionais. Um dos autores, Hazel Henderson (2000), afirmou: <i>“Nosso objetivo foi medir e esclarecer sistematicamente os principais aspectos da qualidade de vida” (...)</i> <i>E complementa:</i>  (...) “Esse estudo delineia tendências de dados estatísticos. Esperamos que seja uma ferramenta valiosa para pessoas, empresas e funcionários empenhados em debates sobre qualidade de vida.” (HENDERSON, 2000).	A busca uma abordagem sistêmica é usada para ilustrar a condição dinâmica de nossa qualidade de vida social, econômica e ambiental. Os 12 indicadores são: Educação, emprego, energia, ambiente, saúde, direitos humanos, renda, infraestrutura, segurança nacional, segurança pública, lazer e habitação. Cada uma dessas áreas específicas é desdobrada em indicadores mais pontuais, que, como um todo, conseguem cobrir o universo de informações necessárias para desenvolver uma nova forma de concepção sobre qualidade de vida, com uma profundidade que, por meio dos indicadores clássicos, seria inviável.  <b>Referências</b> <a href="http://www.calvert-henderson.com">www.calvert-henderson.com</a> <a href="http://www.calvertgroup.com">www.calvertgroup.com</a>

Sistemas de Indicadores	O que é:	Objetivos	Conteúdo:
10. DNA Brasil Instituto DNA Brasil	<p>O índice tem como objetivo medir o progresso real e a qualidade de vida do País, em relação a uma situação ideal, projetada para ocorrer em 2029.</p> <p>O objetivo último do Índice DNA Brasil é criar uma mobilização nacional em torno de um projeto para o desenvolvimento social e econômico do País, ressaltando as dimensões problemáticas e estabelecendo, com o máximo rigor e cientificidade possíveis, parâmetros que orientem a formulação de políticas e a ação de atores individuais e institucionais.</p>	<p>Têm como objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Visualizar a realidade por meio de indicadores, integrando diversas dimensões;</li> <li>✚ Comparar a realidade brasileira com expectativas de futuro e a situação de outros países;</li> <li>✚ Balizar a mobilização de atores, públicos e privados, envolvidos em projetos de desenvolvimento.</li> </ul>	<p>O Índice DNA Brasil vai além das dimensões usadas pelo IDH (renda, longevidade e educação) e apura seu resultado tendo por base sete dimensões sociais e econômicas (sem deixar de considerar as dimensões demográficas da realidade brasileira):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Bem-estar econômico; 2. Competição econômica; 3. Condições socioambientais; 4. Educação;</li> <li>5. Saúde; 6. Proteção social básica e 7. Coesão social</li> </ol> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.dnabrasil.org.br">www.dnabrasil.org.br</a></p>
11. DS - DashboardSustainability Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável – IISD Canadá e outros	<p>É um índice agregado de vários indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, que mostra, visualmente, os avanços dos países em direção à sustentabilidade, utilizando a metáfora de um painel de veículo. Foi desenvolvido pelo <i>Consultative Group Sustainable Development Indicators</i>, uma equipe internacional de especialistas em sustentabilidade, coordenada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IISD) do Canadá.</p> <p>O painel chamou a atenção internacional e faz parte dos dispositivos de sustentabilidade das Nações Unidas. Em 2003, como contribuição à Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável do Canadá, expandiu o <i>Dashboard</i> para permitir a comparação de dados sociais, econômicos e ambientais dos últimos dez anos. A última contribuição do grupo foi o painel Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs).</p>	<p>Seu objetivo é de apresentar avaliações econômicas, ambientais, sociais e institucionais específicas de cada país.</p> <p>Assim, é possível saber se eles se aproximam ou se distanciam de um panorama de sustentabilidade. O painel é adequado para tomadores de decisão e interessados em desenvolvimento sustentável. A ferramenta, disponível on-line, foi concebida para ser entendida por especialistas, mídia, formuladores de políticas públicas e o público em geral.</p> <p>A nova edição do painel promove indicadores para as Metas de Desenvolvimento do Milênio, especialmente para países em desenvolvimento. Esses indicadores ajudam a definir as estratégias de redução da pobreza e monitorar o alcance das metas.</p>	<p>Inicialmente, o sistema foi operacionalizado para a comparação de países a partir de 46 indicadores, que compunham as três dimensões utilizadas: a área de meio ambiente, com 13 indicadores, a área econômica, com 15 indicadores e a área social, com 18 indicadores. Esses indicadores formam a base de dados do <i>Consultative Group Sustainable Development Indicators</i>, que cobre, aproximadamente, 100 nações.</p> <p>Cada um dos indicadores, dentro dos escopos ou dimensões da sustentabilidade propostos pelo sistema, pode ser avaliado tanto em termos de sustentabilidade quanto no âmbito do processo decisório, a partir de dois elementos principais: <b>importância e performance</b>. A importância de um determinado indicador é revelada pelo tamanho que esse assume perante os outros na representação visual do sistema correspondente. Já o desempenho do indicador é mensurado por meio de uma escala de cores que varia do verde até o vermelho.</p> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.iisd.org/cgsdi/">www.iisd.org/cgsdi/</a> <a href="http://www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp">www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp</a></p>
12. EF - Ecological Footprint Mathis Wackernagel e William Rees, da University of British Columbia EUA	<p>É uma ferramenta de gerenciamento do uso de recursos naturais por indivíduos, cidades, nações e pela humanidade em geral. Mede em que grau a humanidade está usando os recursos da natureza com mais rapidez do que eles podem se regenerar.</p> <p>Desenvolvida pela equipe de Mathis Wackernagel e William Rees, da <i>University of British Columbia</i>, em 1993, a metodologia da Pegada Ecológica amadureceu consideravelmente, nos últimos anos, e comprovou que as Pegadas variam bastante, de acordo com a região.</p> <p>A Global Footprint Network, com sua parceira, a WWF International, tem publicado relatórios sobre a Europa a Ásia e, recentemente, apresentou um relatório sobre a África, em parceria com a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação.</p> <p>Segundo os autores, acompanhar o efeito acumulado do consumo humano de recursos naturais e da geração de resíduos é uma das chaves para alcançar a sustentabilidade.</p>	<p>A Pegada Ecológica tem o objetivo de medir o grau em que as demandas ecológicas das economias humanas respeitam ou ultrapassam a capacidade da biosfera de fornecer bens e serviços. Essa conta ajuda indivíduos, organizações e governos a estruturarem políticas, definirem metas e acompanharem o progresso em direção à sustentabilidade.</p> <p>A ferramenta ilustra quem está consumindo tanto e que tipos de recursos naturais, com populações definidas, geográfica ou socialmente. Também mostra em que medida os seres humanos dominam a biosfera em detrimento de espécies selvagens.</p>	<p>A Pegada Ecológica pode ser aplicada em escalas que vão desde produtos isolados até famílias, organizações, regiões, nações e a humanidade como um todo.</p> <p>E para calculá-la, é necessário estimar o consumo de bens e serviços e a produção de resíduos da unidade de população em estudo. Esses bens e serviços incluem várias categorias, como os alimentos, o vestuário, o transporte, a energia, o lazer, a habitação, os produtos com origem na madeira (lenha, papel, mobiliário etc.).</p> <p>Posteriormente, estima-se a área necessária à produção de cada item, dividindo-se a média anual de consumo desse item pela média da sua produtividade. Cada uma dessas áreas é considerada equivalente a um tipo de área biologicamente produtiva, e a sua soma constitui a Pegada Ecológica.</p> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.footprintnetwork.org">www.footprintnetwork.org</a> <a href="http://www.rprogress.org/newprojects/ecolFoot.shtml">www.rprogress.org/newprojects/ecolFoot.shtml</a> <a href="http://www.eea.europa.eu/highlights/Ann1132753060">www.eea.europa.eu/highlights/Ann1132753060</a></p>
13. EPI - Environmental Performance Index Universidade de Yale e Universidade de Columbia - EUA	<p>É um método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental de um conjunto de companhias e países.</p> <p><b>Observação</b> O EPI não é uma atualização do Índice de Desenvolvimento Sustentável (ESI), e sim, uma nova tentativa de avaliar os países em relação a um conjunto de 16 metas específicas de política ambiental.</p>	<p>O EPI tem como objetivo oferecer uma ferramenta poderosa para aperfeiçoar o desenvolvimento de políticas e modificar as decisões ambientais com base em fundamentos analíticos mais sólidos. Ele se concentra em dois objetivos amplos de proteção ambiental, que espelham as prioridades expressadas pela dimensão ambiental das Metas de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) redução de estresses ambientais sobre a saúde humana;</li> <li>2) proteção da vitalidade do ecossistema.</li> </ol>	<p>O EPI identifica metas de desempenho ambiental e mede em que grau cada país está se aproximando dessas metas, utilizando os melhores dados disponíveis, o que fornece padrões de avaliação para os atuais resultados nacionais em controle de poluição e gerenciamento de recursos naturais.</p> <p>Os rankings agregados e divididos por itens facilitam comparações entre países, tanto globalmente quanto dentro de grupos relevantes com características semelhantes.</p> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.yale.edu/epi/beta.sedac.ciesin.columbia.edu/es/epi">www.yale.edu/epi/beta.sedac.ciesin.columbia.edu/es/epi</a></p>
14. ESI - Environmental Sustainability Index EUA	<p>O ESI é um Índice de Sustentabilidade Ambiental que classifica os países de acordo com “as suas capacidades para proteger o ambiente durante as próximas décadas”.</p> <p>Existe para cerca de 140 países e consiste na pesagem de 21 indicadores básicos, cada um deles com duas a oito variáveis que permitem caracterizar a sustentabilidade ambiental em escala nacional, entre elas, a qualidade do ar e da água, a biodiversidade e a gestão dos recursos naturais.</p>	<p>Com o objetivo de estabelecer meios de comparação entre diferentes países:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Condições ambientais: qualidade do ar, da água, quantidade de água etc.;</li> <li>✚ Redução do estresse ambiental: redução da poluição, menor estresse no ecossistema etc.;</li> <li>✚ Redução da vulnerabilidade humana: saneamento básico;</li> <li>✚ Capacitação social e institucional: governança corporativa, ciência e tecnologia;</li> <li>✚ Condições econômicas globais: acordos internacionais, cooperação em acordos ambientais etc.</li> </ul>	<p>O mesmo é calculado a partir de 76 séries de dados, divididas em 21 indicadores de sustentabilidade ambiental, construídos a partir destas premissas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Em primeiro lugar, é necessário que os sistemas ambientais vitais sejam saudáveis e não entrem em deterioração.</li> <li>✚ Também é essencial que os estresses antropícos sejam baixos e não causem danos aos sistemas ambientais.</li> <li>✚ Em terceiro, a alimentação e a saúde não devem ser comprometidas por distúrbios ambientais.</li> <li>✚ Em quarto, é preciso que existam instituições, padrões sociais, habilidades, atitudes e redes que fomentem efetivas respostas aos desafios ambientais.</li> <li>✚ E, em quinto, há que se cooperar para o manejo dos problemas ambientais comuns a dois ou mais países, além de reduzir os “transbordamentos” de problemas ambientais de um país para outro.</li> </ul> <p><b>Referências</b> <a href="http://www.yale.edu/epi/2006EPI_Rankings.pdf">www.yale.edu/epi/2006EPI_Rankings.pdf</a> <a href="http://www.ciesin.org/">www.ciesin.org/</a> <a href="http://www.yale.edu/epi/">www.yale.edu/epi/</a> <a href="http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/artigos_valor/052_2005_07_19.htm">www.econ.fea.usp.br/zeeli/artigos_valor/052_2005_07_19.htm</a></p>

Sistemas de Indicadores	O que é:	Objetivos	Conteúdo:
15. EVI - Environmental Vulnerability Index Países: Nova Zelândia, Noruega, Irlanda, Itália.	<p>É um índice de vulnerabilidade do meio ambiente, tomado como base para todo o bem-estar humano. O EVI foi desenvolvido pela Comissão de Geociência Aplicada do Pacífico Sul (SOPAC), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA) e seus parceiros.</p> <p>O índice foi construído por meio de consultas e colaboração entre países, instituições e especialistas em todo o planeta.</p> <p>Oferece um método rápido e padronizado para caracterizar a vulnerabilidade em sentido geral e identificar questões que possam exigir o enfrentamento específico do contexto de cada um dos três pilares da sustentabilidade, ou seja, aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento de um país.</p>	<p>Criado com o objetivo de permitir que se reflita sobre o grau em que o meio ambiente de um país está sujeito a danos e degradação. Está concebido para ser usado em conjunto com índices de vulnerabilidade econômica e social, a fim de fornecer insights sobre processos que possam influenciar negativamente o desenvolvimento sustentado dos países. Compreender e mensurar as vulnerabilidades do meio ambiente significa antever danos maiores e irreversíveis que coloquem em risco o bem-estar futuro da humanidade.</p>	<p>A partir de 50 indicadores para estimar a vulnerabilidade do meio ambiente de um país a choques futuros, cada indicador é classificado em uma gama de sub-índices, incluindo os três aspectos Básicos (riscos, resistência e danos), e em sub-índices relevantes para os processos decisórios.</p> <p>Cada indicador é, também, acompanhado por uma denominação abreviada, uma definição detalhada, palavras-chave e uma descrição dos principais sinais que representa, assim como sua relevância para processos de tomada de decisão.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.vulnerabilityindex.net/">www.vulnerabilityindex.net/</a>  <a href="http://www.vulnerabilityindex.net/EVI_Indicators.htm">www.vulnerabilityindex.net/EVI_Indicators.htm</a>  <a href="http://www.vulnerabilityindex.net/Files/EVI%20Descriptions%202005.pdf">www.vulnerabilityindex.net/Files/EVI%20Descriptions%202005.pdf</a></p>
16. GPI - Genuine Progress Indicator (IPR) Redefining Progress EUA	<p>Índice de mensuração do progresso de nações que considera os parâmetros bem-estar e meio ambiente, criado como proposta de substituição do Produto Interno Bruto, criado em 1995 pela <i>Redefining Progress</i>, organização de políticas públicas sem fins lucrativos, criada em 1994, que apresenta soluções que visam auxiliar pessoas, proteger o meio ambiente e desenvolver a economia.</p> <p>Utiliza a mesma metodologia de cálculo do PIB, mas, diferentemente desse, subtrai custos decorrentes de fatores como criminalidade, poluição, degradação ambiental e comprometimento dos recursos e dos sistemas naturais. Por outro lado, acresce ao cálculo itens como trabalho doméstico e voluntário.</p>	<p>Tem como objetivo apresentar uma forma de medir o crescimento econômico de um país, atrelado ao aumento do bem-estar de seus habitantes. Propõe uma comparação com o PIB, buscando mostrar em que medida o crescimento econômico tradicional está comprometendo o futuro da vida no planeta.</p>	<p>Ambos, PIB e GPI, são mensurados em termos monetários, podendo, assim, ser comparados na mesma escala. São considerados 10 fatores pelo GPI, em contraste com o cálculo do PIB: <b>I. Crime e colapso familiar (Family Breakdown); II. Trabalho doméstico e voluntário; III. Distribuição de renda; IV. Exaustão de recursos; V. Poluição; VI. Danos ambientais de longo prazo; VII. Mudanças no tempo de lazer; VIII. Despesas preventivas; IX. Vida útil de produtos duráveis e infraestrutura pública e X. Dependência de ativos estrangeiros.</b></p> <p>O índice é atualizado anualmente, a fim de retratar o progresso econômico de modo mais real e acurado.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.rprogress.org">www.rprogress.org</a>  <a href="http://www.rprogress.org/projects/gpi/">www.rprogress.org/projects/gpi/</a>  <a href="http://www.redefiningprogress.org/projects/gpi/">www.redefiningprogress.org/projects/gpi/</a>  <a href="http://www.redefiningprogress.org/newpubs/2004/gpi_march2004update.pdf">www.redefiningprogress.org/newpubs/2004/gpi_march2004update.pdf</a></p>
17. GSI - World Bank's Genuine Saving Indicator World Bank EUA	<p>Genuinesavings é um indicador simples, planejado por pesquisadores do Banco Mundial para diagnosticar a sustentabilidade da economia. Os economistas ambientais, David Pearce e Giles Atkinson, desenvolveram, primeiramente, o princípio de aplicação de métodos de contabilidade ambiental (*). Mas foi o economista <i>Kirk Hamilton, com a Statistics Canada</i> e um doutorando de <i>David Pearce</i>, que introduziu o termo <i>genuinesaving</i>.</p> <p>Genuinesavings define a riqueza de uma nação de forma mais ampla do que outros indicadores tradicionais, levando em consideração metodologias de contabilidade do capital humano e ambiental para calcular a poupança líquida de um país.</p>	<p>Criado com o objetivo de demonstrar a taxa de riqueza nacional (incluindo o capital natural e o capital humano) que está sendo destruída ou criada. Esse indicador de progresso ou de retrocesso da verdadeira riqueza pretende contribuir para a medição sintética do desenvolvimento sustentável de um país, mediante diversas adições ou subtrações de recursos não econômicos, sobretudo ambientais, ao partir de uma base constituída pela poupança econômica nacional.</p>	<p>O <i>Genuine Saving Indicator</i> (GSI) mede a variação no total de ativos econômicos que são importantes para o desenvolvimento: ativos produzidos, recursos naturais, qualidade ambiental, recursos humanos e ativos estrangeiros, mostrando, assim, se a economia está em um caminho sustentável</p> <p>O indicador difere de outras medidas-padrão de riqueza nacional, uma vez que: a) deduz o valor da degradação de recursos naturais (onde florestas, água e outros recursos são manejados de forma insustentável); b) deduz os efeitos da poluição, incluindo a perda de bem-estar e o aumento de prejuízos à saúde humana; c) trata, também, de despesas com educação (livros, salários dos professores etc.) como poupança mais do que como consumo, já que isso permite o aumento do capital humano; d) deduz empréstimos estrangeiros e transferências oficiais; e) deduz o valor da degradação ambiental.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.worldbank.org/">www.worldbank.org/</a>  <a href="http://www.brettonwoodsproject.org/topic/environment/gensavings.pdf">www.brettonwoodsproject.org/topic/environment/gensavings.pdf</a></p>
18. HPI - Happy Planet Index NEF New Economics Foundation Reino Unido	<p>É um índice que mostra a eficiência ecológica com a qual o bem-estar humano é obtido em todo o mundo, por nação ou grupo de nações. O Happy Planet Index (HPI) foi lançado em julho de 2006.</p> <p>Construído pela equipe do <i>New Economics Foundation (NEF)</i>, foi criada em 1986 pelos líderes do <i>The Other Economic Summit (Toes)</i>, um organismo que forçava a inclusão de questões como o endividamento internacional nas agendas de discussão do G-7 e do G-8, grupo de países mais ricos do mundo.</p> <p>É o primeiro índice a combinar impacto ambiental e bem-estar, a fim de medir, país por país, a eficiência ambiental com a qual as pessoas vivem vidas longas e felizes. Os resultados são surpreendentes e até mesmo chocantes, mas há muito a aprender com o que revelam.</p>	<p>Criado com o objetivo de inspirar e demonstrar o real bem-estar econômico, a organização criadora do índice tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e promover soluções inovadoras que desafiam o pensamento tradicional sobre questões econômicas, ambientais e sociais. Trabalha por meio de parcerias e situa as pessoas e o planeta em primeiro lugar.</p> <p>O HPI reflete a duração média de uma vida feliz produzida por uma determinada sociedade, nação ou grupo de nações, por unidade de recursos planetários consumida. Em outras palavras, ele representa a eficiência com a qual os países convertem os recursos finitos da Terra em bem-estar para os seus cidadãos.</p>	<p>O índice não revela qual é o país "mais feliz" do mundo. Ele mostra a eficiência relativa com a qual as nações convertem os recursos naturais do planeta em vida longa e feliz para seus cidadãos.</p> <p>O HPI incorpora três indicadores separados: a pegada ecológica, a satisfação com a vida e a expectativa de vida. Os cálculos estatísticos que embasam o HPI são bastante complexos. Entretanto, conceitualmente, o raciocínio é direto e intuitivo: <b>HPI = Satisfação com a vida x expectativa de vida/Pegada ecológica</b>. Assim, é calculado pela multiplicação da expectativa de vida pelo nível de satisfação com a vida. Esse resultado é dividido pelo impacto ambiental de cada país, fator que inclui as emissões de gás carbônico.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.neweconomics.org/gen">www.neweconomics.org/gen</a>  PDF: <a href="http://www.neweconomics.org/gen/uploads/dl44k145g5scuy453044gqb_u11072006194758.pdf">www.neweconomics.org/gen/uploads/dl44k145g5scuy453044gqb_u11072006194758.pdf</a></p>
19. IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável IBGE IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Brasil	<p>O IDS - Indicador de Desenvolvimento Sustentável do Brasil - reúne informações sobre a realidade brasileira que integra as dimensões social, ambiental, econômica e institucional, elaborado pela equipe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), faz parte do conjunto de esforços internacionais para concretização das ideias e dos princípios formulados na Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões.</p>	<p>Elaborado, inicialmente, em 2002, com o objetivo de ser o marco ordenador proposto pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) das Nações Unidas. Ou seja, um conjunto de informações valiosas para a compreensão dos temas relevantes para o desenvolvimento sustentável do País, que permite estabelecer comparações inter-regionais no Brasil, bem como entre países, e indica as necessidades e prioridades para a formulação e avaliação de políticas de desenvolvimento com essa perspectiva.</p>	<p>A atual edição (2008) reúne 60 indicadores, na edição 2008, dentre eles, 12 novos, relativos a questões emergentes, que propiciam uma avaliação mais completa do desenvolvimento sustentável, que são apresentados em quatro dimensões: Ambiental: 23 indicadores; Social: 19 indicadores; Econômica: 12 indicadores e Institucional: 6 indicadores, que se referem a quatro diretrizes: <b>Equidade</b>: aspectos distributivos; <b>Eficiência</b>: uso racional dos recursos; <b>Adaptabilidade</b>: diversificação, alternativas nos processos de produção; <b>Atenção a gerações futuras</b>: recursos e os bens econômicos, ecológicos e humanos que serão legados às futuras gerações. Também fornecem, em sua dimensão ambiental, informações relacionadas ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, organizadas nos seguintes temas: atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares, áreas costeiras, biodiversidade e saneamento.</p> <p><b>Referências:</b>  <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a>  <a href="http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm">www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm</a></p>

Sistemas de Indicadores	O que é:	Objetivos	Conteúdo:
20. IEWB - Index of Economic Well-being Centre for the Study of Living Standards Canadá	<p>Índice proposto para medir o componente econômico do bem-estar social de forma mais realista e completa do que os índices tradicionais, como o PIB.</p> <p>Desenvolvido em 1998, pelo Centre for the Study of Living Standards<sup>1</sup>, o IEWB foi baseado em um artigo escrito por <i>Lars Osberg para a Comissão McDonald</i>, intitulado "A Medida do Bem-estar Econômico".</p> <p>O IEWB foi pensado a partir do reconhecimento de que um dos componentes-chave do bem-estar é o bem-estar econômico ou o "acesso a recursos econômicos". Porém, os critérios tradicionalmente utilizados para mensurar o progresso econômico, como o PIB per capita, assumem que a experiência de alguns agentes representativos é capaz de definir o bem-estar de toda a sociedade e consideram apenas o fluxo de renda presente, não distinguindo o fluxo de consumo presente da acumulação de ativos que garantirão o fluxo de consumo futuro.</p>	<p>Criado com o objetivo de ser um índice de bem-estar econômico mais realista e completo que o PIB<sup>2</sup>, visa contribuir para que os indivíduos de uma sociedade analisem e julguem, com mais propriedade, se as decisões e políticas públicas adotadas naquele país trazem melhorias efetivas para a sociedade, através da análise de quatro indicadores sintéticos sobre os fluxos de consumo, as riquezas (econômica, humana e ambiental), as desigualdades e a segurança econômica, numa perspectiva de presente e futuro.</p>	<p>Cada componente (que tem peso atribuído de 25%) articula dados relativos à contabilidade nacional e às estatísticas sociais. São eles:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Fluxos de consumo per capita efetivos;</li> <li>2) Acumulação social líquida de estoques de recursos produtivos;</li> <li>3) Distribuição de renda;</li> <li>4) Segurança econômica contra a perda de emprego e desemprego, doenças, rompimento familiar e pobreza na terceira idade.</li> </ol> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.csls.ca/iwb/macdonald.pdf">www.csls.ca/iwb/macdonald.pdf</a>  <a href="http://www.csls.ca/iwb.asp">www.csls.ca/iwb.asp</a>  <a href="http://www.csls.ca/iwb/iewb-guide.pdf">www.csls.ca/iwb/iewb-guide.pdf</a></p>
21. IPRS - Índice Paulista de RS Fundação Seade Brasil	<p>O IPRS é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo, destinado a subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos municípios paulistas. Não se trata de um desenvolvimento comum, mas aquele do qual a sociedade participe e com que se beneficie na procura por mais equilíbrio econômico e social do Estado.</p> <p>Criado pela Fundação Seade, que recebeu da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no âmbito do Fórum de São Paulo, em 2000, a incumbência de construir um indicador que permitisse mensurar o grau de desenvolvimento humano de todos os municípios paulistas, para traçar um retrato detalhado do Estado de São Paulo, em termos de desenvolvimento, compartilhando com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando as três dimensões consideradas pelo IDH: renda, escolaridade e longevidade.</p>	<p>Criado com o objetivo de permitir a construção de uma radiografia da situação socioeconômica de seus municípios, de sua trajetória recente e de seus principais desafios, além das análises e das comparações da evolução dos índices de cada município ou região do Estado, no que diz respeito à produção de riqueza e ao impacto nos seus indicadores sociais.</p>	<p>É composto de quatro indicadores: três sintéticos setoriais, que mensuram as condições atuais de um município, em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo, segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados, sem, no entanto, ordená-los. São expressos em uma escala de 0 a 100, constituindo uma combinação linear de um conjunto específico de variáveis. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda o grau de interdependência entre diversas variáveis.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/">www.seade.gov.br/produtos/iprs/</a>  <a href="http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf">www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf</a>  <a href="http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/informativo.pdf">www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/informativo.pdf</a></p>
22. Isew - Index of Sustainable Economic Welfare Friends of the Earth CES Centre for Environmental Strategy NEF New Economics Foundation Reino Unido	<p>É um índice monetário que visa substituir o PIB como medida de progresso das nações e vai muito além da medida total das atividades econômicas, pois leva em conta o quanto as políticas nacionais realmente resultam em melhor qualidade de vida para todos.</p> <p>O <i>Isew (Index of Sustainable Economic Welfare)</i>, ou Ibes (Índice de Bem-estar Econômico Sustentável) é considerado o mais avançado deles - é o Índice de Bem-estar Econômico Sustentável (ISEW). Baseia-se nas ideias apresentadas por <i>Nordhaus</i> e <i>Tobin</i> em sua Medida de Bem-estar Econômico.</p> <p>Os criadores do índice acreditam que o Isew ou algum outro índice equivalente deve ser um dos principais indicadores econômicos na futura estratégia de Indicadores do Governo.</p>	<p>O objetivo era a criação de um indicador de bem-estar econômico – um índice de bem-estar social mais adequado do que o PIB (uma medida bruta da atividade econômica total, que reflete precariamente o bem-estar das pessoas) e que permita comparações entre países por meio de uma metodologia homogênea.</p> <p>É uma tentativa de medir a porção de atividade econômica que proporciona melhorias genuínas em nossa qualidade de vida – em certo sentido, atividade econômica de "qualidade". Por exemplo, o indicador subtrai a poluição do ar causada por atividade econômica e soma pontos por atividade doméstica não remunerada – como limpar a casa ou cuidar de crianças. Também cobre áreas como desigualdade de renda, outros danos ambientais e esgotamento de ativos ambientais.</p>	<p>O mesmo mede o desempenho econômico de uma nação, a partir de 20 indicadores, agregando medidas convencionais – como o crescimento dos investimentos de capital – com elementos sociais e ambientais – como, por exemplo, a distribuição da renda, o trabalho doméstico, a poluição do ar e da água, a degradação do solo agrícola e a perda de recursos naturais. Ou seja, inclui as questões econômicas distributivas e uma série de variáveis ambientais e sociais cujo peso é importante para o bem-estar agregado.</p> <p>Em linhas gerais, o Isew é definido pela seguinte fórmula: Isew = consumo pessoal + gastos públicos não voltados para defesa e segurança - gastos particulares com segurança + formação de capital + serviços do trabalho doméstico - custos da degradação ambiental - depreciação de capital natural.</p> <p>Enfim, o cálculo do progresso nacional leva em conta as contribuições negativas e positivas.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.foe.co.uk/campaigns/sustainable_development/progress">www.foe.co.uk/campaigns/sustainable_development/progress</a></p>
23. ISH - Index Social Health Institute for Innovation in Social Policy EUA	<p>Indicador que sintetiza múltiplas variáveis sociais dos EUA. Criado por Marc e Marque-Luisa Miringoff, em meados dos anos 1980. É de responsabilidade do <i>Institute for Innovation in Social Policy (Fordham Institute for Innovation in Social Policy - Universidade Fordham, Tarrytown, Nova York)</i> desde 1987.</p> <p>Parte da seguinte premissa: A vida social norte-americana deve ser conhecida a partir da combinação de vários indicadores, que influenciam uns aos outros.</p>	<p>O índice objetiva fornecer uma compreensão da saúde social da nação. Busca analisar problemas que afetam os norte-americanos, em todos os estágios de sua vida, ou em cada um deles (infância, juventude, idade adulta, velhice).</p>	<p>Esse índice é calculado a partir de 16 variáveis sociais, que são agrupadas por quatro categorias de idade: criança, adolescente, adultos e idosos.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://iisp.vassar.edu/ish.html">iisp.vassar.edu/ish.html</a></p>
24. LPI - Living Planet Index WWF Suíça	<p>O Índice Planeta Vivo, elaborado pela Rede WWF, é um indicador do estado da biodiversidade no mundo, preparado a partir de dados sobre tendências de evolução populacional apresentadas, de 1970 a 2003, em cerca de 3.600 populações, com aproximadamente 1.300 espécies de vertebrados em todo o mundo, sendo 695 terrestres, 344 de água doce e 274 marinhas.</p> <p>A WWF é a maior rede ambientalista mundial. Formada por organizações autônomas e similares em 40 países, a rede conta com o apoio de, aproximadamente, cinco milhões de pessoas. Sua atuação se expande por cerca de cem países, nos cinco continentes.</p> <p>A WWF-Brasil integra a rede e é uma organização da sociedade civil, reconhecida pelo Governo como instituição de utilidade pública, criado em 1996 e sediada em Brasília.</p>	<p>A WWF atua em vários países, com o objetivo de contribuir para que a sociedade conserve a Natureza e harmonize a atividade humana com a preservação da biodiversidade, em benefício, também, das futuras gerações.</p> <p>E nesse sentido, por meio do acompanhamento das espécies selvagens, o Índice Planeta Vivo também está monitorando a saúde dos ecossistemas.</p>	<p>O Índice Planeta Vivo é um indicador do estado geral dos ecossistemas da Terra, que inclui dados nacionais e globais do consumo desses recursos naturais e o aumento dos efeitos da poluição. As primeiras medidas, em 1999, levaram em conta três indicadores do estado dos ecossistemas naturais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) A área mundial de cobertura florestal;</li> <li>2) Populações de espécies de água doce e</li> <li>3) Populações de espécies marinhas.</li> </ol> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.wwf.org.br">www.wwf.org.br</a>  <a href="http://www.panda.org/">www.panda.org/</a></p>

Sistemas de Indicadores	O que é:	Objetivos	Conteúdo:
25. RCI - Responsible Competitiveness Index AccountAbility Reino Unido	<p>É um índice que relaciona o estado da responsabilidade corporativa com a competitividade das nações.</p> <p>Para elaborar o índice, a <i>AccountAbility</i>, uma organização internacional baseada em Londres que trabalha para fazer as empresas se tornarem transparentes em seus impactos sobre as pessoas e o planeta, diagnosticou, primeiramente, o estado da responsabilidade corporativa em 80 nações, analisando critérios como corrupção, manejo ambiental e governança corporativa em cada país. A pesquisa foi, depois, relacionada com o índice de competitividade do Fórum Econômico Mundial, que define competitividade como a habilidade de um país atingir um crescimento sustentável no Médio e no longo prazo, para produzir o Índice de Competitividade Responsável.</p>	<p>Os inovadores Índice Nacional de Responsabilidade Empresarial e Índice de Competitividade Responsável foram desenvolvidos a partir do Diálogo de Políticas Globais sobre Competitividade Responsável, realizado em 2004, em colaboração com o Pacto Global das Nações Unidas e instituições parceiras na África, na Ásia, na Europa e na América Latina, com o objetivo de revelar quais os países que estão atingindo crescimento econômico sustentável baseado em práticas de responsabilidade social</p>	<p>O Índice de Competitividade Responsável oferece indicadores e métodos que permitem explorar a relação entre a responsabilidade empresarial e a competitividade, e inclui o Índice Nacional de Responsabilidade Empresarial, que mede a situação nacional da responsabilidade empresarial em 85 países de cinco continentes, com base em critérios que incluem grau de corrupção, liberdade civil, governança corporativa e gerenciamento ambiental, para se estabelecer o ranking global.</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.accountability21.net">www.accountability21.net</a>  <a href="http://www.accountability21.net/uploadstore/cms/docs/Competitividade%20Responsavel.pdf">www.accountability21.net/uploadstore/cms/docs/Competitividade%20Responsavel.pdf</a></p>
26. SF - Social Footprint CSI Center for Sustainable Innovation Universidade de Groningen EUA e Holanda	<p>É uma medida e um sistema de relatório que podem ser usados por organizações para avaliar, controlar e relatar seus impactos nas pessoas e na sociedade, em uma larga escala de áreas. O Social Footprint é resultado de um esforço conjunto de desenvolvimento entre o <i>Center for Sustainable Innovation</i> e a <i>Universidade de Groningen</i>, na Holanda. É um método de prestação de contas que possibilita mensurar e relatar impactos não apenas financeiros.</p> <p>O CSI é uma organização sem fins lucrativos criada em 2004, por Mark W. McElroy. Sua proposta é realizar pesquisas, desenvolver, treinar e prestar consultoria com empresas (e para elas) no mundo inteiro interessadas em atingir a sustentabilidade. Especialmente, a organização se interessa em promover a sustentabilidade como um aprendizado social.</p>	<p>É um sistema de mensuração e de relatório que as organizações podem usar para avaliar, administrar e relatar seus impactos nas pessoas e na sociedade, em várias áreas.</p> <p>O que diferencia essa ferramenta é o fato de ser o primeiro método quantitativo para calcular impactos sociais baseado em rigor teórico sobre a sustentabilidade, que quantifica o impacto social de uma organização sobre pessoas ou sobre o que o CSI denomina como capital anthro (combinação do capital humano e social, do capital construído ou a infraestrutura e parte do capital natural – aquele do qual as pessoas dependem diretamente para obter alimento, saúde e habitação).</p> <p>É o capital que possibilita o bem-estar humano.</p>	<p>O CSI mensura a sustentabilidade organizacional em termos de <i>Ecological Bottom Lines</i> e <i>Social Bottom Lines</i>. Para tal, desenvolveu uma metodologia que define coeficientes matemáticos para esses dois aspectos, <i>Ecological Quotient</i> e <i>Societal Quotient</i>. Esses quocientes comparam um determinado comportamento ou ação com seus impactos sobre o capital ecológico (restrito e não criado pelo homem) e o capital anthro (irrestrito e criado pelo homem).</p> <p><b>Referências</b>  <a href="http://www.sustainableinnovation.org">www.sustainableinnovation.org</a>  <a href="http://www.sustainableinnovation.org/the-social-footprint.html">www.sustainableinnovation.org/the-social-footprint.html</a>  <a href="http://www.sustainableinnovation.org/Global-Warming-Footprint.pdf">www.sustainableinnovation.org/Global-Warming-Footprint.pdf</a>  <a href="http://www.sustainableinnovation.org/Recasting-TBL.pdf">www.sustainableinnovation.org/Recasting-TBL.pdf</a></p>
27. WN - The Well-being of Nations IDRC International Research Centre IUCN World Conservation Union Canadá	<p>É uma nova análise da situação mundial – um levantamento que avalia 180 países, que mede o desenvolvimento humano e a conservação ambiental por meio do método de Avaliação de Bem-Estar, método usado em The Well-being of Nations, foi desenvolvida e testada com o apoio do International Research Centre (IDRC) e da World Conservation Union (IUCN). Nasceu de um projeto que visava produzir uma síntese de diversas metodologias de avaliação de sustentabilidade, incluindo o Barômetro da Sustentabilidade de Prescott-Allen. Foi testado e melhorado durante os primeiros anos do projeto (1994-1996), até que Prescott-Allen desenvolveu o método para a segunda fase do projeto IUCN/ IDRC (1997-1999) e para The Well-being of Nations. Testes adicionais do Barômetro da Sustentabilidade e do método completo foram realizados no Canadá, na Índia, na Nicarágua, na Zâmbia e no Zimbábue.</p>	<p><b>Criado com o objetivo</b> de promover altos níveis de bem-estar humano e do ecossistema, demonstrar a aplicabilidade prática e o potencial do método de avaliação de bem-estar e encorajar países, comunidades e corporações a realizar suas próprias avaliações de bem-estar. Pretende aumentar a conscientização sobre a necessidade de planejamento e gerenciamento do desenvolvimento humano e da proteção ao ecossistema, simultaneamente.</p>	<p>Combinam-se 36 indicadores de saúde, população, riqueza, educação, comunicação, liberdade, paz, criminalidade e igualdade em um Índice de Bem-estar Humano (Human Well-being Index – HWI) e 51 indicadores de saúde da terra, áreas protegidas, qualidade da água, suprimento de água, atmosfera global, qualidade do ar, diversidade de espécies, uso da energia e pressões sobre os recursos naturais em um Índice de Bem-estar do Ecossistema (Ecosystem Well-being Index – EWI).</p> <p>Os dois índices são, então, combinados em índices de Bem-estar/Estresse (<i>Well-being Index – WI</i> e <i>Stress Index – WSI</i>), que medem quanto bem-estar humano é obtido em cada país pelo grau de estresse exercido sobre o ambiente.</p> <p><b>Referência</b>  <a href="http://www.iucn.org/en/news/archive/2001_2005/press/wonback.doc7">www.iucn.org/en/news/archive/2001_2005/press/wonback.doc7</a></p>
28. PSR - Pressure/State/Response (Pressão/Estado/Resposta)	<p>Índice desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (1998), para o estudo de indicadores ambientais globais.</p> <p>Baseia-se no conceito de causalidade, ou seja, as atividades humanas exercem pressão sobre o ambiente, alterando o seu estado, e a sociedade responde mediante políticas ambientais e econômicas.</p>	<p>O objetivo é traçar um perfil das atividades humanas no ambiente, mitigar os impactos detectados e integrar bem mais os aspectos ambientais com as políticas setoriais. Para isso, foram agrupados os indicadores por temas e por setores.</p>	<p>A partir das relações sociais complexas e das observações no contexto do estudo, são especificados três tipos de indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Os indicadores de pressão ambiental;</li> <li>➤ Os indicadores de estado (condições ambientais);</li> <li>➤ Os de respostas sociais.</li> </ul> <p>Importante destacar que o PSR só considera em suas análises os impactos causados pelo homem e desconsidera os impactos oriundos da natureza.</p> <p><b>Referência:</b>  CÂNDIDO, G.A. (Org.) Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicação em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande/PB; Ed.UFCG, 2010, p.379.</p>



Sistemas de Indicadores	O que é:	Objetivos	Conteúdo:
29 PEIR (PIR em inglês) (Força Pressão/Estado/Impacto/Resposta)	A metodologia do PEIR busca entender o Estado do meio ambiente, que corresponde à condição atual; as pressões sobre o mesmo, os impactos que se referem às consequências para o bem-estar da população e as respostas que correspondem às ações para mitigar, adaptar, prevenir, deter ou reter os impactos negativos no meio ambiente.	Objetiva retratar, de maneira simplificada, as pressões que as atividades humanas sobre o meio ambiente, como essas alteram a qualidade dos recursos naturais, os impactos causados e a reação da sociedade frente a tais problemas.	A partir das relações sociais complexas e das observações no contexto do estudo, também são especificados os indicadores que são: <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Estado – condição atual do meio ambiente (MA);</li> <li>✚ Pressões – causadas pelas atividades humanas no MA;</li> <li>✚ Impactos – descrevem as consequências para o bem-estar das pessoas;</li> <li>✚ Respostas – Ações e providências adotadas.</li> </ul> <b>Referência:</b> CÂNDIDO, G.A. (Org.) <b>Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicação em contextos geográficos diversos e contingências específicas</b> . Campina Grande/PB; Ed. UFCG, 2010, p.381.
30. Índice de Desenvolvimento Sustentável para Territórios Rurais Brasil	É uma metodologia, desenvolvida por Sepúlveda (2005) no Instituto Interamericano de Cooperação (IICA). Consiste na coleta e sistematização de indicadores representativos de um conjunto de dimensões do desenvolvimento sustentável.	Criada com o objetivo de verificar o processo de desenvolvimento sustentável em alguns países da América Latina, com o intuito de possibilitar avaliações rápidas, bem como possibilitar a análise comparativa dos níveis de DS em diferentes territórios.	É composto por seis dimensões – social, demográfica, político institucional, econômica, ambiental e cultural – e a definição delas e de cada um de seus indicadores é orientada pelas conceituações de territórios rurais apresentados no documento: “ <i>Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil</i> ”. <b>Referência:</b> CÂNDIDO, G.A. (Org.) <b>Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicação em contextos geográficos diversos e contingências específicas</b> . Campina Grande/PB; Ed. UFCG, 2010, p.33.
31. O IDS Brasil	O IDS Brasil tem sido elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O trabalho de construção desses indicadores foi inspirado no movimento internacional, deflagrado em 1992, liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas. A CDS mobilizou e construiu um programa de trabalho que agregou diversos estudos e possibilitou um grande intercâmbio de informações para concretizar os capítulos 8 e 40 da Agenda 21, culminando, então, em 1996, com o documento: <i>indicators of sustainable development: framework and methodologies</i> , popularmente conhecido como Livro Azul.	O documento disponibiliza um sistema de informações para o acompanhamento da sustentabilidade no padrão de desenvolvimento no país. Essas informações são disponibilizadas pelo próprio IBGE e outras instituições que têm uma base estatística sólida.	Consiste em um conjunto de 59 indicadores, cada um dentro de sua respectiva dimensão (ambiental, social, econômica e institucional), que são capazes de expressar as diferentes facetas e abordagens da sustentabilidade da forma mais concisa possível. <b>Referência:</b> CÂNDIDO, G.A. (Org.) <b>Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicação em contextos geográficos diversos e contingências específicas</b> . Campina Grande/PB; Ed. UFCG, 2010, p.32.
32. IDSM - Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal Brasil	O IDSM para Municípios, criada por Martins e Cândido (2008), foi construído a partir da união de dois outros sistemas: O IDS Brasil, que foi desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Índice de Desenvolvimento Sustentável para Territórios Rurais, desenvolvido por Sepúlveda (2005), através do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), com o objetivo de mensurar o nível de desenvolvimento sustentável em países da América Latina. Com o intuito de suprir a lacuna deixada pelos demais sistemas que direcionaram o escopo geográfico para país, a metodologia do IDSM defende a abordagem sistêmica no trato da temática da sustentabilidade, buscando organizar as informações, numa perspectiva ampla e integrada, envolvendo os aspectos políticos institucionais, ambientais, sociais, econômicos, demográficos e culturais.	O IDSM intenciona construir uma proposta metodológica para verificar os níveis de sustentabilidade de localidades municipais, com o objetivo de oferecer subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas, oferecendo um arcabouço de informações consistentes, que propiciem as condições adequadas para a qualidade de vida da população, no momento atual, e para as futuras gerações. Os índices de desenvolvimento sustentável municipal são contemplados a partir de um conjunto de seis dimensões e 44 indicadores, assim distribuídos: <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Política Institucional – 06 indicadores;</li> <li>✚ Ambiental – 06 indicadores</li> <li>✚ Social – 13 indicadores;</li> <li>✚ Econômica – 07 indicadores</li> <li>✚ Demográfica – 5 indicadores e</li> <li>✚ Cultural – 07 indicadores.</li> </ul>	Ao conjunto de dimensões e indicadores, são somados a análise de dados secundários coletados nos municípios que se deseja estudar/analisar obtidas através de relatórios, artigos, documentos, dentre outros. Em seguida, são analisadas através de comparações, ponderação e hierarquização e é construída uma matriz com os indicadores do IDSM com base na realidade percebida. Na sequência, utiliza-se da análise fatorial, que envolve métodos estatísticos multivariados e correlacionados. Os fatores são hierarquizados através da atribuição de pesos por ordem de importância das dimensões e indicadores para constar no índice de sustentabilidade. Por fim, é feita a transformação dos indicadores em índices e aplica-se à fórmula correspondente de acordo com o tipo de relação. Em síntese, quanto maior o indicador, melhor o índice. <b>Referência</b> CÂNDIDO, G.A. (Org.) <b>Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: formas de aplicação em contextos geográficos diversos e contingências específicas</b> . Campina Grande/PB; Ed. UFCG, 2010, p.32.

**Tabela 01:** Síntese dos Sistemas de Indicadores - Elaboração própria 2011.

Adaptado do Compêndio de Indicadores de Sustentabilidade e de Nações: contribuições ao diálogo da sustentabilidade - Louette (2009) do livro: Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade, Cândido (2010).

Diante da síntese apresentada, pudemos verificar que alguns dos diferentes sistemas de indicadores trabalham a análise das políticas públicas em geral, utilizam como fonte de dados os índices oficiais divulgados pelos órgãos governamentais e congregam diversas variáveis, entre outros aspectos. Porém, como afirma Dawbor (1999, p. 144), “temos as tecnologias e a informação de base, mas não se formaram ferramentas de conhecimento organizado para a ação cidadã”.

Concordando com o autor e conforme dito anteriormente, optamos pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDSM), como nossa referência, especialmente porque o seu objetivo é oferecer subsídios para a formulação e a implementação de políticas públicas, com um cabedal de informações fortemente refletidas, que propiciem as condições adequadas para a construção de políticas que garantam qualidade de vida para todos e a construção de uma “ação cidadã”.

### CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO

Com o objetivo de estabelecer as conexões entre a base teórica das leituras realizadas e identificar a relação existente entre as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável e a cidadania ativa, com base nos estudos da UNESCO (2003), Green (2009) e Martins e Cândido (2008), bem como buscar identificar os indicadores de Políticas Públicas Educacionais no contexto do Desenvolvimento Sustentável, através da relação existente entre as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável e cidadania ativa, foi utilizado como referência o IDSM e suas dimensões, que se refere ao modelo proposto por Martins e Cândido (2008), que contém informações e indicadores que foram organizados numa perspectiva ampla e integrada, com seis dimensões: social (DS), demográfica (DM), econômica (EC), político-institucional (PI), ambiental (AM) e cultural (CT), visando oferecer significativas contribuições para o desenvolvimento sustentável, no sentido de fornecer subsídios para que os gestores e a sociedade possam formular políticas públicas fundamentadas em informações objetivas, para a formulação e a implementação de políticas públicas que propiciem as condições adequadas para a qualidade da vida da população, no momento atual, e para as futuras gerações.

A escolha do modelo IDSM se justifica, especialmente, porque transpõe a lacuna deixada pelos diversos sistemas de indicadores estudados (ver Tabela 01), em que verificamos que a coleta de dados e a análise estão direcionadas para o trato geográfico de países e, portanto, “distantes” da realidade municipal que desejamos refletir.

Nesse sentido, definido o IDSM como referência, foi construído um questionário com 110 indicadores/variáveis, agrupados em três grandes grupos de análise: 22 indicadores/variáveis de Políticas Públicas, 54, de sustentabilidade e 34, de Cidadania Ativa, abordando as dimensões acima relacionadas. Os questionários foram aplicados, de forma espontânea, com sessenta e sete (67) atores sociais, professores e/ou gestores de instituições públicas de ensino de 17 estados brasileiros, nas cinco regiões geográficas (PB, PE, PI, AL, BA, CE, SE, RN, MG, MS, MT, GO, PR, RJ, RO, RS e SP). Também foram realizadas entrevistas com cinco coordenadores dos programas sociais desenvolvidos no município de Campina Grande/PB e análise documental dos dados públicos referentes aos programas e aos projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande/PB.

A seguir, apresentamos a tabela com os indicadores inicialmente selecionados,

conforme as temáticas abordadas no estudo e, posteriormente, apresentados de forma aleatória aos atores sociais (apêndice 01)

Indicadores	Grau de importância				
<b>1ª Dimensão: Políticas Públicas Educacionais</b> <b>22 indicadores / 2 grupos para análise</b>					
1. Acesso à Educação	1	2	3	4	5
2. Acesso a uma educação de qualidade	1	2	3	4	5
3. Taxas de analfabetismo funcional	1	2	3	4	5
4. Taxas de analfabetismo total	1	2	3	4	5
5. Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade	1	2	3	4	5
6. Qualidade do Ensino	1	2	3	4	5
7. Aprendizagem significativa	1	2	3	4	5
8. Relação professor-aluno	1	2	3	4	5
9. Ensino-aprendizagem	1	2	3	4	5
10. Acesso a material escolar	1	2	3	4	5
11. Acesso a livros didáticos	1	2	3	4	5
12. Matrículas por níveis de ensino: Básico, Fundamental e Médio, Técnico/profissionalizante e Superior	1	2	3	4	5
13. Número de instituições de ensino por nível: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior	1	2	3	4	5
14. Número dos professores por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico e Superior	1	2	3	4	5
15. Número de professores por formação: graduados, pós-graduados	1	2	3	4	5
16. Número médio de alunos por turma, por níveis de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior	1	2	3	4	5
17. Número de alunos atendidos por transporte escolar, por nível de ensino: Básico, Fundamental Médio, Técnico/profissionalizante e Superior	1	2	3	4	5
18. Número de veículos do transporte escolar por nível de ensino	1	2	3	4	5
19. Infraestrutura das instituições de ensino por nível de ensino	1	2	3	4	5
20. Acesso à Informática	1	2	3	4	5
21. Acesso a bibliotecas por nível de ensino	1	2	3	4	5
22. Número de alunos atendidos por transporte escolar, por nível de ensino: Básico, Fundamental e Médio, Técnico/profissionalizante e Superior.	1	2	3	4	5
<b>2ª Dimensão: Cidadania Ativa</b> <b>54 indicadores/ 4 grupos para análise</b>					
23. Participação política (sindicatos, associações de moradores, religiosas, partidos políticos...)	1	2	3	4	5
24. Condições de se alimentar, vestir e ter um teto para morar	1	2	3	4	5
25. Necessidade de ter boa aparência	1	2	3	4	5
26. Participação no processo decisório	1	2	3	4	5
27. Discriminação de raça, cor, gênero e religião	1	2	3	4	5
28. Existência de práticas de discutir e informar-se sobre política	1	2	3	4	5
29. Confiança em Instituições públicas e privadas	1	2	3	4	5
30. Existência de vínculos comunitários	1	2	3	4	5
31. Escuta e captação de ideias de pessoas em situação de pobreza	1	2	3	4	5

32. Necessidade de se sentir amado	1	2	3	4	5
33. Igualdade perante a Lei	1	2	3	4	5
34. Combate à corrupção	1	2	3	4	5
35. Percepção da sociedade civil sobre conselhos e outros espaços de participação social	1	2	3	4	5
36. Acesso ao poder público	1	2	3	4	5
37. Acesso a programas sociais	1	2	3	4	5
38. Acesso à energia elétrica	1	2	3	4	5
39. Acesso à moradia	1	2	3	4	5
40. Acesso à comunicação e à informação	1	2	3	4	5
41. Confiança nos meios de comunicação	1	2	3	4	5
42. Informação sobre política	1	2	3	4	5
43. Número de Conselhos Municipais (saúde, educação, assistência social)	1	2	3	4	5
44. Cobertura dos meios de transporte	1	2	3	4	5
45. Expectativa de vida	1	2	3	4	5
46. Número de crianças nascidas	1	2	3	4	5
47. Taxa de urbanização	1	2	3	4	5
48. Número de estabelecimentos de saúde, por categoria	1	2	3	4	5
49. Número de profissionais de saúde, por categoria	1	2	3	4	5
50. Número de procedimentos ambulatoriais	1	2	3	4	5
51. Número de crianças menores de um ano de idade imunizadas com a vacina tetravalente	1	2	3	4	5
52. Ocorrência de doenças comuns	1	2	3	4	5
53. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM – Longevidade	1	2	3	4	5
54. Número de unidades de saúde (clínicas, hospitais)	1	2	3	4	5
55. Programas de saúde da mulher	1	2	3	4	5
56. Cobertura de consultas de pré-natal	1	2	3	4	5
57. Prevalência de desnutrição em menores de dois anos de idade	1	2	3	4	5
58. Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	1	2	3	4	5
59. Número de famílias atendidas por programas de transferência de renda (bolsa família, bolsa escola, outros)	1	2	3	4	5
60. Violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes	1	2	3	4	5
61. Violência contra a mulher	1	2	3	4	5
62. Combate ao trabalho infantil	1	2	3	4	5
63. Prevenção contra a gravidez precoce	1	2	3	4	5
64. Programas e instrumentos de apoio para grupos vulneráveis	1	2	3	4	5
65. Poder de decisão na elaboração de programas sociais	1	2	3	4	5
66. Desenvolvimento da autoconfiança	1	2	3	4	5
67. Interação entre indivíduos, famílias, comunidades, empresas e Estado	1	2	3	4	5
68. Poder dos jovens	1	2	3	4	5
69. Capacidade de negociar e influenciar a tomada de decisão	1	2	3	4	5
70. Liberdade de expressão	1	2	3	4	5
71. Fortalecimento das Instituições públicas	1	2	3	4	5
72. Participação nos movimentos sociais	1	2	3	4	5
73. Percepção da sociedade civil sobre conselhos e outros espaços de	1	2	3	4	5

participação social					
74. Práticas de gestão que beneficiem o desenvolvimento local	1	2	3	4	5
75. Importância da participação e do acompanhamento das administrações públicas (Por exemplo: orçamento participativo e consultas públicas)	1	2	3	4	5
<b>3ª Dimensão: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável</b>					
<b>34 indicadores / 3 grupos de análise</b>					
76. Produto interno bruto per capita	1	2	3	4	5
77. Balança comercial (US\$)	1	2	3	4	5
78. Renda familiar per capita (%)	1	2	3	4	5
79. Renda per capita	1	2	3	4	5
80. Adequação de moradia (%)	1	2	3	4	5
81. Densidade inadequada de moradores por dormitório (%)	1	2	3	4	5
82. Coeficiente de mortalidade por homicídios	1	2	3	4	5
83. Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte	1	2	3	4	5
84. Oferta de serviços básicos de saúde	1	2	3	4	5
85. Imunização contra doenças infecciosas infantis (%)	1	2	3	4	5
86. Prevalência de desnutrição total	1	2	3	4	5
87. Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	1	2	3	4	5
88. Esperança de vida ao nascer (anos)	1	2	3	4	5
89. Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico	1	2	3	4	5
90. Acesso a serviço de energia elétrica	1	2	3	4	5
91. Acesso a esgotamento sanitário (%)	1	2	3	4	5
92. Acesso ao sistema de abastecimento de água (%)	1	2	3	4	5
93. Consumo médio per capita de água	1	2	3	4	5
94. Volume de águas tratadas 1000 m3/ano	1	2	3	4	5
95. Participação da indústria no Produto Interno Bruto	1	2	3	4	5
96. Transferências intergovernamentais da União	1	2	3	4	5
97. Acesso à Justiça	1	2	3	4	5
98. Número de Conselhos Municipais	1	2	3	4	5
99. Comparecimento nas eleições	1	2	3	4	5
100. Despesa total com saúde por habitante (R\$)	1	2	3	4	5
101. Despesas com gestão ambiental	1	2	3	4	5
102. Despesas com saneamento urbano	1	2	3	4	5
103. Índice de GINI (Coeficiente usado para mensurar a desigualdade de renda)	1	2	3	4	5
104. Investimentos com habitação urbana	1	2	3	4	5
105. Investimentos com esporte e lazer	1	2	3	4	5
106. Investimentos com assistência social	1	2	3	4	5
107. Investimentos com Cultura	1	2	3	4	5
108. Investimentos com Educação	1	2	3	4	5
109. Investimentos com Segurança Pública	1	2	3	4	5
110. Investimentos com Ciência e Tecnologia	1	2	3	4	5

**Tabela 02:** Indicadores e dimensões - Elaboração própria 2011.

### 3.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Quanto à natureza do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, porquanto procura entender a relação causa e efeito de um dado fenômeno, e como quantitativa, porque

foram coletados dados e opiniões dos respondentes, utilizando-se, também, técnicas estatísticas de correlação entre as variáveis do estudo, conforme a descrição das etapas nos diferentes itens do estudo. Quanto aos objetivos, consideramos o estudo descritivo e exploratório, visto que intencionou selecionar indicadores, a partir da opinião dos atores sociais, relacioná-los com os relatos de entrevistas dos gestores e descrever as características dos projetos e programas ofertados pelo poder público municipal.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO

Nosso estudo foi desenvolvido no Brasil, quanto às entrevistas com os atores sociais, e analisado com um recorte local, no município de Campina Grande/PB, nordeste brasileiro, por ser esse um dos principais entre os 223 do Estado da Paraíba, situado em uma posição geográfica privilegiada, entre o alto sertão e a zona litorânea, com uma população de, aproximadamente, 385 mil habitantes, distribuídos em uma área de 594 km<sup>2</sup>. Além disso, exerce uma forte influência política e econômica sobre o ‘Compartimento da Borborema’, que agrega cinco microrregiões (Agreste da Borborema, Brejo, Cariri, Seridó e Curimataú), e é um polo de mais de 60 municípios, que ‘atende’ a cerca de 1 milhão de habitantes no Estado. Também dispõe de uma economia variada, com quatro polos industriais: couro e calçado; têxtil e vestuário, com um PIB per capita que, no ano 2000, figurava no 23º lugar.

Em contrapartida, insere-se em um Estado com grandes desafios a enfrentar nas questões sociais. Dados do Censo/2000 afirmam que 22% da população acima de 10 anos da zona urbana eram analfabetos; na zona rural, esse número era de 41%, e só há saneamento básico em 13 municípios; a mortalidade infantil permeou de 23/1000 em 2009. Esses dados merecem reflexão e construção de proposições para a modificação da realidade supra.

### 3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Nosso trabalho de análise foi didaticamente dividido em etapas, quais sejam:

#### **3.3.1 Aplicação de instrumento – questionário com atores sociais**

Para o instrumento questionário, os respondentes foram “escolhidos” tomando como critérios base: formação acadêmica, idade, atuação no setor público e, prioritariamente, aqueles com experiência no setor educacional e em gestão pública. Estabelecidos os critérios,

buscamos aplicar o instrumento (questionários) com pessoas que estavam participando de encontros científicos nacionais. Partimos do pressuposto de que, nesses espaços, teríamos a diversidade nacional e pessoas com proximidade dos temas-chave do nosso trabalho, bem como com alto grau de inteligibilidade quanto à leitura e à compreensão do instrumento e das temáticas: as políticas públicas educacionais, o desenvolvimento sustentável e a cidadania ativa. Aplicamos em cinco encontros de caráter nacional, realizados no período de julho a outubro de 2010.

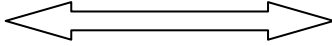
Inicialmente, tomamos o cuidado de aplicar pré-teste com cinco atores sociais respondentes, para verificar a clareza das informações, a inteligibilidade do texto e a aceitação do instrumento. Para isso, realizamos um breve diálogo, para saber a opinião deles. Aprovado o instrumento no pré-teste, com um pequeno ajuste, foi-nos sugerido incluir a explicitação dos significados das siglas em geral: IDSM, Índice de GINI etc...

Com os ajustes no instrumento realizados, partimos para a aplicação. Aos respondentes solicitamos que assinalassem aqueles indicadores/variáveis, conforme apresentado na tabela anterior, que julgassem ser mais relevantes para a mensuração da (co) relação existente entre as políticas públicas, as políticas públicas educacionais, o desenvolvimento sustentável e a cidadania ativa, descritos através dos indicadores de sustentabilidade. Para cada uma deles, foi atribuída uma pontuação, conforme descrito na tabela abaixo.

PONTUAÇÃO	CORRESPONDE A:
1	Não é importante
2	Relativamente importante
3	Importante
4	Muito importante
5	Importantíssimo

**Tabela 03:** Tabela de pontuação - Elaboração própria 2011.

Foi estabelecida uma escala de comparação, proposta por Saaty (1987), materializada na tabela abaixo.

Escala de comparação de critérios				
1	2	3	4	5
<b>Não importante</b>	<b>é Relativamente importante</b>	<b>Importante</b>	<b>Muito importante</b>	<b>Importantíssimo</b>
<b>MENOR IMPORTÂNCIA</b>				<b>MAIOR IMPORTÂNCIA</b>

**Tabela 04:** Escala de critérios - Elaboração própria (2011), adaptada de Saaty (1987).



Em seguida, empregamos o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), como ferramenta, e a técnica de análise dos componentes principais (ACP), para reduzir o número de variáveis, com o objetivo de fornecer uma visão ampla dos indicadores menos expressivos e mais expressivos e identificar, segundo Jolliffe (1986), as variáveis mais importantes.

The screenshot shows the SPSS Data Editor window with a dataset named 'Banco de dados Gerais\_CeciliaPré\_testeUFCG.sav'. The data is organized into columns for demographic and educational variables, followed by 23 numbered variables (x1 to x24). The variables x1 to x24 are measured on a Likert scale from 1 to 5, with 1 representing 'None' and 5 representing 'Very important'.

Id	Sexo	Idade	Cidade	Est. ad	Form_academica	Area_form_academica	Atuação_profissional	Anos_exp_prof	x1	x2	x3	x4	x5	x6	x7	x8	x9	x10	x11	x12	x13	x14	x15	x16	x17	x18	x19	x20	x21	x22	x23	x24
1	Feminino	De 31 a 35 anos	Caicó	RN	Doutorado	Ciências Sociais	Gestão	06 anos	Muit	Im	Mu	Imp	Imp	Muit	Muit	Imp	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
2	Masculino	De 41 a 45 anos	Santa Luzi	PB	Mestrado	Ciências Sociais	Ensino	20 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Imp	Imp	Imp	Imp	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
3	Masculino	De 31 a 35 anos	Souza	PB	Doutorado	Outra formação	Ensino	08 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Imp	Imp	Imp	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
4	Masculino	De 41 a 45 anos	Natal	RN	Mestrado	Ciências Sociais	Ensino	27 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
5	Feminino	Mais de 45 anos	Campina G	PB	Doutorado	Ciências Sociais	Ensino	21 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Imp	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
6	Feminino	De 41 a 45 anos	Campina G	PB	Superior	Ciências Sociais	Ensino	25 anos	Muit	Mu	Nã	Imp	Imp	Imp	Muit	Muit	Relati	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
7	Masculino	De 36 a 40 anos	Campina G	PB	Mestrado	Ciências Sociais	Ensino	18 anos	Muit	Im	Mu	Imp	Imp	Imp	Rela	Imp	Relati	Imp	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
8	Feminino	De 31 a 35 anos	Campina G	PB	Mestrado	Ciências da Sa	Gestão	07 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
9	Masculino	Mais de 45 anos	João Pess	PB	Doutorado	Ciências Sociais	Ensino	10 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Muit	Imp	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
10	Feminino	De 36 a 40 anos	Campina G	PB	Mestrado	Ciências da Sa	Ensino	20 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Nã	Imp	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
11	Feminino	Até 30 anos	Campina G	PB	Mestrado	Ciências Sociais	Ensino	0 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
12	Masculino	De 41 a 45 anos	São Paulo	SP	Doutorado	Ciências Exata	Gestão	25 anos	Rela	Re	Im	Mu	Rela	Rela	Rela	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	
13	Masculino	Mais de 45 anos	Campinas	SP	Doutorado	Ciências Exata	Ensino	25 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit
14	Feminino	De 36 a 40 anos	Jundiaí	SP	Mestrado	Ciências Sociais	Ensino	06 anos	Rela	Im	Im	Mu	Muit	Imp	Imp	Relati	Imp	Relati	Imp	Relati	Imp	Relati	Imp	Relati	Imp	Relati	Imp	Relati	Imp	Relati	Imp	
15	Masculino	De 41 a 45 anos	São Paulo	SP	Doutorado	Ciências Exata	Ensino	20 anos	Muit	Mu	Mu	Imp	Imp	Imp	Imp	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit
16	Masculino	De 36 a 40 anos	Vilhena	RO	Mestrado	Ciências Sociais	Gestão	03 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit
17	Masculino	De 31 a 35 anos	Ji-Parana	RO	Superior	Ciências Sociais	Gestão	0 anos	Muit	Mu	Mu	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit
18	Masculino	De 31 a 35 anos	Porto Velh	RO	Mestrado	Ciências Exata	Gestão	12 anos	Rela	Re	Re	Re	Rela	Rela	Rela	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	
19	Feminino	De 36 a 40 anos	Porto Velh	RO	Superior	Ciências Sociais	Gestão	2 anos	Rela	Re	Re	Mu	Rela	Rela	Rela	Imp	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	
20	Feminino	De 41 a 45 anos	Rio de Jan	RJ	Doutorado	Ciências Sociais	Gestão	20 anos	Rela	Re	Re	Imp	Rela	Rela	Rela	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	
21	Feminino	De 31 a 35 anos	Pelotas	RS	Mestrado	Ciências Exata	Gestão	2 anos	Rela	Re	Im	Imp	Rela	Rela	Rela	Imp	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	Relati	Rela	
22	Feminino	Mais de 45 anos	Veranópolis	RS	Mestrado	Ciências Exata	Gestão	10 anos	Muit	Im	Re	Imp	Rela	Imp	Rela	Rela	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	
23	Masculino	De 41 a 45 anos	Santa Mari	RS	Mestrado	Ciências Exata	Gestão	08 anos	Muit	Mu	Mu	Imo	Muit	Imo	Muit	Muit	Muito	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	Muit	

Figura 01: Imagem do banco de dados SPSS - Elaboração própria - 2011.

The screenshot shows the SPSS Variable View window for the same dataset. It lists 24 variables with their names, types, widths, decimals, labels, values, missing values, column positions, alignment, and measurement scales.

Name	Type	Width	Decima	Label	Values	Missing	Columns	Align	Measure
1 Id	Numeric	8	0	Identificador	None	None	6	Right	Scale
2 Sexo	String	8	0	Sexo	(1. Feminino)...	None	8	Left	Nominal
3 Idade	String	8	0	Idade	(1. Até 30 anos)...	None	13	Left	Ordinal
4 Cidade	String	20	0	Cidade onde reside	None	None	8	Left	Nominal
5 Estado	String	8	0	Estado	None	None	3	Left	Nominal
6 Form_academica	Numeric	8	0	Formação Acadêmica	(1. Ensino Secundári	None	12	Right	Scale
7 Area_form_academic	Numeric	8	0	Área de Formação Acadêmica	(1. Ciências Exatas	None	11	Right	Scale
8 Atuação_profissional	Numeric	8	0	Atuação Profissional	(1. Ensino)...	None	7	Right	Scale
9 Anos_exp_prof	String	8	0	Anos de experiência profissional	None	None	7	Left	Nominal
10 x1	Numeric	8	0	Acesso à educação	(1. Não é importante	None	4	Right	Scale
11 x2	Numeric	8	0	Informar-se sobre política	(1. Não é importante	None	3	Right	Scale
12 x3	Numeric	8	0	Oferta de serviços básicos de saúde	(1. Não é importante	None	3	Right	Scale
13 x4	Numeric	8	0	Escuta e captação de ideias de pessoas em situação de pobreza	(1. Não é importante	None	4	Right	Scale
14 x5	Numeric	8	0	Taxas de analfabetismo funcional	(1. Não é importante	None	4	Right	Scale
15 x6	Numeric	8	0	Existência de vínculos comunitários	(1. Não é importante	None	4	Right	Scale
16 x7	Numeric	8	0	Investimentos em segurança pública	(1. Não é importante	None	4	Right	Scale
17 x8	Numeric	8	0	Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade	(1. Não é importante	None	4	Right	Scale
18 x9	Numeric	8	0	Combate a discriminação de raça, cor, gênero e religião	(1. Não é importante	None	5	Right	Scale
19 x10	Numeric	8	0	Combate a corrupção	(1. Não é importante	None	4	Right	Scale
20 x11	Numeric	8	0	Participação política (sindicatos, associações de moradores, instituiçõ	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
21 x12	Numeric	8	0	Garantia de ensino e aprendizagem	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
22 x13	Numeric	8	0	Necessidade de ter boa aparência	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
23 x14	Numeric	8	0	Número de profissionais de saúde, por categoria	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
24 x15	Numeric	8	0	Acesso ao poder político	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
25 x16	Numeric	8	0	Combate a violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolesce	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
26 x17	Numeric	8	0	Acesso a livros didáticos	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
27 x18	Numeric	8	0	Matrículas por níveis de ensino: básico, fundamental, e médio, técnico/	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
28 x19	Numeric	8	0	Acesso à comunicação e informação	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
29 x20	Numeric	8	0	Número de estabelecimentos de saúde, por categoria	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
30 x21	Numeric	8	0	Acesso a livros e revistas na residência	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
31 x22	Numeric	8	0	Número dos professores por níveis de ensino: básico, fundamental, mé	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
32 x23	Numeric	8	0	Necessidade de sentir-se amado	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale
33 x24	Numeric	8	0	Número de instituições de ensino por níveis: básico, fundamental, méd	(1. Não é importante	None	8	Right	Scale

Figura 02: Imagem do banco de dados SPSS - Elaboração própria - 2011

Na sequência, distribuímos, de forma aleatória, os indicadores/as variáveis, em que verificamos, através de análise fatorial, ferramenta que envolve métodos estatísticos multivariados e instrumento efetivo para a correlação de grande número de variáveis.

Posteriormente, foram realizadas correlações com os indicadores, que obtiveram afirmações como Muito importante e Importantíssimo pelos atores sociais pesquisados. Ressalte-se que muitas variáveis foram correlacionadas, porém, apenas algumas tiveram um poder maior de importância para o nosso estudo. Assim, selecionamos as com maior correlação (acima de 80%), buscando responder às questões iniciais do nosso estudo, ou seja, desempenho para identificar o grau de (co) relação entre as políticas públicas educacionais, a cidadania ativa e o desenvolvimento sustentável.

É importante destacar que, para todos os indicadores/variáveis que apresentaram correlação acima de 0,80, nenhum deles foi considerado como um indicador ‘Não importante’ para o estudo, isto é, nenhum dos indicadores/variáveis apresentou média abaixo de 3, no gráfico de dispersão descrito nos resultados a seguir.

### **3.3.2. Entrevista com os gestores dos referidos programas municipais/Observação**

Para analisar os programas de políticas públicas educacionais na cidade de Campina Grande, foram realizadas entrevistas com os cinco coordenadores dos programas, que foram transcritas e codificadas (Coordenador "A", "B", "C", "D" e "E") e refletidas utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, uma fonte de dados primários, por meio de instrumentos de pesquisa específicos. Utilizamos o critério semântico, ou seja, o estudo do significado das palavras, frases etc. e o que elas representaram, a sua denotação, ou ainda, conforme descreve Bardin, a *"contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada"* (BARDIN, 1977, p. 77).

Empregamos, ainda, o método de observação não participante. Em cada uma das entrevistas, fomos *in loco* ver alguns espaços dos programas/projetos pesquisados. Destacamos que eles não ocorrem em apenas um local específico, ao contrário, em várias escolas, centros sociais, zona rural etc. Contudo, todos no município de Campina Grande/PB.

Em seguida, relacionamos as informações com os principais indicadores selecionados/apontados pelos atores sociais, refletidos através das diferentes análises estatísticas, o que resultou nas respostas “importantíssimo” e “importante”, considerando-se apenas aqueles indicadores que obtiveram correlação acima de 80%, a saber:

- Acesso à educação (DS);
- Acesso à educação de qualidade (DS);
- Qualidade do ensino (DS);

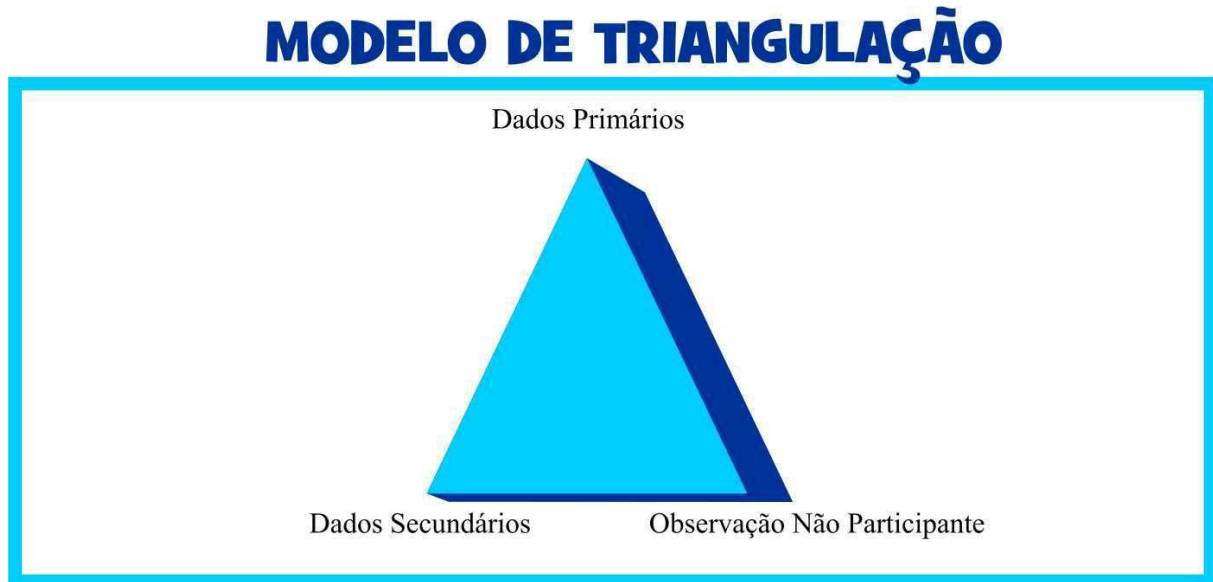
- Imunização contra doenças infecciosas infantis (DS);
- Densidade inadequada de moradores por dormitório (%) (DM);
- Ocorrência de doenças comuns (DS);
- Prevalência de desnutrição em menores de dois anos de idade (DS);
- Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (DS);
- Prevenção contra a gravidez precoce (DS);
- Investimentos em esporte e lazer (PI);
- Investimentos em cultura (PI);
- Investimentos em educação (PI);
- Investimentos em Ciência e Tecnologia (PI).
- Combate à corrupção (PI);
- Igualdade perante a lei (PI);
- Programas e instrumentos de apoio a grupos vulneráveis (PI);
- Liberdade de expressão (PI);
- Participação nos movimentos sociais (PI).
- Número de professores por formação: graduados, pós-graduados (CT).

### **3.3.3 Análise documental – sobre os programas educacionais ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande/PB**

Nessa etapa, pesquisamos e selecionamos os diferentes programas/projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande/PB e buscamos textos que abordavam: público alvo, objetivos, metodologia, pessoas envolvidas, resultados, investimentos realizados, com destaque para os aportes de recursos do Município e do Governo Federal. Em seguida, relacionamos as informações com os principais indicadores selecionados/apontados pelos atores sociais, refletidos através das diferentes análises estatísticas, como o Gráfico de Dispersão, por exemplo, que focalizou nas respostas “importantíssimo” e “importante” e trabalhou acima da média - 3,5. Então, consideramos os indicadores e as dimensões relacionadas no modelo proposto por Martins e Cândido (2008), o IDSM, também trabalhados na análise de conteúdo das entrevistas, conforme listado no item anterior.

A análise documental permitiu o conhecimento e a confirmação dos dados coletados e estudados para os resultados. Por meio da observação não participante, foi possível verificar

fatos que reforçaram as prerrogativas apontadas na análise dos dados primários e documentais. Na sequência, fizemos a triangulação, conforme exposto a seguir:



**Quadro 03:** Triangulação de dados de análise - Elaboração própria - 2011

Segundo Spink (2000), esse desenho de procedimento metodológico – triangulação - procura estabelecer bases para uma validação dos dados no sentido clássico do termo, isto é, como busca da essência do fenômeno na relação entre o real e a teorização sobre o real.

Com as entrevistas, as observações e o questionário, tomando como base os modelos, foram analisados e estudados por intermédio do *software* N-Vivo, um importante instrumento para identificar os elementos fortes nas entrevistas e selecionar aspectos relevantes, apontados pelos cinco gestores e/ou coordenadores dos programas e ações educacionais desenvolvidos no município de Campina Grande/PB – Brasil, transcritos no capítulo da análise dos resultados.

## CAPITULO IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Como resultados, podemos afirmar que, dos sessenta e sete (67) respondentes, professores e/ou gestores de instituições públicas de ensino de 17 estados brasileiros, 10 (28,6%) são do sexo feminino, com idades entre 41 e 45 anos, e 11(36,7%), do sexo masculino, com idades acima de 45 anos.

**Idade x Sexo**

Idade	Sexo			Total
	Feminino	Masculino	Não respondeu	
Até 30 anos	6 17,1%	2 6,7%	0 ,0%	8 11,9%
De 31 a 35 anos	4 11,4%	3 10,0%	0 ,0%	7 10,4%
De 36 a 40 anos	6 17,1%	4 13,3%	1 50,0%	11 16,4%
De 41 a 45 anos	10 28,6%	8 26,7%	1 50,0%	19 28,4%
Mais de 45 anos	7 20,0%	11 36,7%	0 ,0%	18 26,9%
Não respondeu	2 5,7%	2 6,7%	0 ,0%	4 6,0%
<b>Total</b>	<b>35 100,0%</b>	<b>30 100,0%</b>	<b>2 100,0%</b>	<b>67 100,0%</b>

**Quadro 04:** Idade x sexo dos respondentes – Elaboração própria - 2011

A maioria – 22 (32,8%) - encontra-se localizada no Estado da Paraíba. Em seguida, vêm os Estados de Pernambuco e São Paulo, com seis (9%) observações. Os demais entrevistados estão localizados em outros Estados, como Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.

Estado		Frequência	Percentual
AL		2	3%
BA		2	3%
CE		1	3%
GO		1	1,5%
MG		1	1,5%
MS		1	1,5%
MT		1	1,5%
PB		22	32,8%
PE		6	9,0
PI		5	7,5%
PR		1	1,5%
RJ		2	3%
RN		4	6%
RO		4	6%
RS		4	6%
SE		2	3%
SP		6	9%
XX		2	3%
Total		67	100%

**Quadro 05:** Estados brasileiros dos respondentes – Elaboração própria - 2011

Quanto à atuação profissional e à formação dos respondentes, 17(41,5%) atuam profissionalmente na gestão de instituições públicas de Ensino Superior, com um tempo médio de 15 anos de experiência, 33 (49,3%) têm Mestrado, e 26 (38,8%) têm Doutorado como formação acadêmica. Destaca-se, ainda, que grande número dos respondentes é formado por profissionais de Ciências Sociais e Humanas, como área de formação acadêmica, totalizando 37 (55,2%), de 67 (100%).

**Formação Acadêmica x Atuação Profissional**

		Atuação Profissional			Total
		Ensino	Gestão	Não respondeu	
Formação Acadêmica	Superior	1 4,5%	7 17,1%	0 0%	8 11,9%
	Mestrado	13 59,1%	17 41,5%	3 75,0%	33 49,3%
	Doutorado	8 36,4%	17 41,5%	1 25,0%	26 38,8%
Total		22 100,0%	41 100,0%	4 100,0%	67 100,0%

**Quadro 06:** Tabela de formação e atuação dos respondentes - Elaboração própria – 2011

ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

	Frequencia	Percentual
Ciências Exatas e da Natureza	22	32,8%
Ciências Sociais e Humanas	37	55,2%
Ciências da Saúde	7	10,4%
Outra formação	1	1,5%
Total	67	100%

**Quadro 07:** Área de formação dos respondentes - Elaboração própria - 2011.

#### 4.2 INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Para selecionar os indicadores de Políticas Públicas Educacionais, empregamos a análise fatorial, que foi desenvolvida com base em 67 observações, utilizando-se 10 variáveis, o que resultou nas relações 6,09 vezes o número de variáveis.

Esses valores estão acima das recomendações de Hair *et al.* (2003) e de Malhotra (2001), que mencionam que a amostra deve ter de quatro a cinco vezes o número de variáveis.

Constatam-se várias correlações significativas entre as variáveis. A variável V12 (Matrículas por níveis de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior), com V19 (Infraestrutura das instituições de ensino por nível de ensino); a variável V13 (Número de instituições de ensino por nível: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior) com V16 (Número médio de alunos por turma, por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior), V14 (Número dos professores por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico e Superior) e V19 (Infraestrutura das instituições de ensino por nível de ensino); V16 (Número médio de alunos por turma, por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior) com V19 (Infraestrutura das instituições de ensino por nível de ensino); V20 (Acesso à Informática) com V21 (Acesso a bibliotecas por nível de ensino).

As variáveis que apresentaram correlações consideradas elevadas para esse tipo foram:

- V12 (Matrículas por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior), com V16 (Número médio de alunos por

- turma, por níveis de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior) 0,616;
- V13 (Número de instituições de ensino por nível: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior), com V14 (Número dos professores por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico e Superior) 0,653;
  - V16 (Número médio de alunos por turma, por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior), com V14 (Número dos professores por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico e Superior) 0,753;
  - V15 (Número de professores por formação: graduados, pós-graduados), com V21 (Acesso a bibliotecas por nível de ensino) 0,756;
  - V16 (Número médio de alunos por turma, por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior), com V20 (Acesso à Informática) 0,639;
  - V19 (Infraestrutura das instituições de ensino por nível de ensino), com V21 (Acesso a bibliotecas por nível de ensino) 0,700.

#### MATRIZ DE CORRELAÇÃO – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

	V12	V13	V14	V15	V16	V17	V18	V19	V20	V21
V12	1,000									
V13	,501	1,000								
V14	,571	,653	1,000							
V15	,517	,424	,498	1,000						
V16	,616	,535	,753	,613	1,000					
V17	,218	,292	,202	-,113	,206	1,000				
V18	,181	,311	,086	-,141	,199	,601	1,000			
V19	,579	,517	,543	,729	,554	,082	,106	1,000		
V20	,443	,431	,668	,606	,639	,083	,092	,555	1,000	
V21	,551	,381	,535	,756	,603	,041	-,137	,700	,578	1,000

**Quadro 08:** Matriz de correlação - Elaboração própria - 2011.

A confiabilidade da escala utilizada fica confirmada por meio dos resultados da medida de adequação da amostra (KMO), com 0,814, e do teste de esfericidade de Bartlett, apresentando um quiquadrado aproximado de 395,655 e grau de liberdade 45 com significância 0,000 ( $p < 0,01$ ). Mais uma vez, segundo Hair *et al.* (2003), valores de KMO acima de 0,50, individualmente, para cada variável ou para a matriz completa, indicam que são apropriadas para aplicação da análise fatorial.

Portanto, deve-se rejeitar a hipótese nula de que as variáveis da matriz de correlação não são suficientemente correlacionadas e aceitar a hipótese alternativa. Logo, a análise



fatorial pode ser aplicada a esse conjunto de variáveis, conforme demonstrado no quadro abaixo.

#### MEDIDA DE ADEQUAÇÃO DA AMOSTRA – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Bartlett's Test of Sphericity	,814
Approx. Chi-Square	395,655
df	45
Sig.	,000

**Quadro 09:** Medida de adequação da amostra - Elaboração própria - 2011.

Os dados da matriz de contra imagem do *Measure of sampling adequacy* (MAS) mostra a correlação de uma variável contra outra, como apresentado no quadro a seguir, que indica que todas as correlações estão acima do mínimo recomendável de 0,50 para resultados satisfatórios com a análise fatorial, o que indica que a amostra pode ser considerada adequada.

#### MATRIZ DE CONTRA IMAGEM - POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

	V12	V13	V14	V15	V16	V17	V18	V19	V20	V21
V12	2,010									
V13		2,215								
V14			3,888							
V15				3,857						
V16					3,459					
V17						1,785				
V18							2,231			
V19								3,009		
V20									2,390	
V21										3,242

**Quadro 10:** Medida de adequação da amostra - Elaboração própria – 2011.

O quadro seguinte expressa a matriz de comunalidades com os índices atribuídos às variáveis originais que denotam, em termos percentuais, o quanto a variabilidade de cada variável é explicada.

Nesse caso, as variáveis com maior índice de variabilidade são:

- V15 – Número de professores por formação: graduados, pós-graduados - 79,3%;
- V18 – Número de veículos do transporte escolar por nível de ensino - 76,9%;
- V21 – Acesso a bibliotecas por nível de ensino - 73,6%;
- V16 – Número médio de alunos por turma, por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior - 72,5%;

- V17 – Número de alunos atendidos por transporte escolar, por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior - 72,2%;
- V14 – Número dos professores por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico e Superior - 68,9%;
- V19 – Infraestrutura das instituições de ensino por nível de ensino - 68%;
- V20 – Acesso à informática - 60,8%.
- E com menores índices de variabilidade são:
- V13 – Número de instituições de ensino por nível: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior - 59,6%;
- V12 – Matrículas por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior - 58,5%.

Considerando a matriz de comunalidades, podemos dizer que a maioria das variáveis atende ao critério de explicação suficiente da variância e é considerada na carga fatorial, visto que, das 10 variáveis estudadas, oito apresentaram percentuais acima de 60%.

#### COMUNALIDADES - POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

	Inicial	Extração
V12. Matrículas por níveis de ensino: básico, fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior	1,000	,585
V13. Número de instituições de ensino por níveis: básico, fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior	1,000	,596
V14. Número dos professores por níveis de ensino: básico, fundamental, médio, técnico e superior	1,000	,689
V15. Número de professores por formação: graduados, pós-graduados	1,000	,793
V16. Número médio de alunos por turma, por níveis de ensino: básico, fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior	1,000	,725
V17. Número de alunos atendidos por transporte escolar, por níveis de ensino: básico, fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior	1,000	,722
V18. Número de veículos para o transporte escolar por níveis de ensino	1,000	,769
V19. Infraestrutura das instituições de ensino por níveis de ensino	1,000	,680
V20. Acesso à informática	1,000	,608
V21. Acesso a Bibliotecas por níveis de ensino	1,000	,736

**Quadro 11:** Comunalidades - Elaboração própria - 2011

Verifica-se, no quadro abaixo, de variância total, que os autovalores são decrescentes, ou seja, o maior - o fator 1 - responde a uma variância de 5,079, representando 50,792% da variância total, e o fator 2 responde a uma variância de 1,824, representando 18,238% da variância total. Os dois primeiros fatores respondem ao equivalente a 69,03% da variância total.

VARIÂNCIA TOTAL - POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Fatores	Auto-valores (Eigenvalues)	Variância (%)	Variância acumulada (%)
1	5,079	50,792	50,792
2	1,824	18,238	69,030
3	,675	6,746	75,776
4	,563	5,631	81,407
5	,517	5,168	86,575
6	,447	4,468	91,043
7	,313	3,132	94,175
8	,250	2,500	96,675
9	,205	2,048	98,723
10	,128	1,277	100,000

**Quadro 12:** Variância total - Elaboração própria – 2011.

A percentagem acumulada da variância extraída pelos fatores atingiu um nível de, aproximadamente, 69,03%, ou seja, acima do recomendável. De acordo com *Hair et al.* (2003), a percentagem de variação dos fatores extraídos deve explicar 60% da variância para estudos na área de Ciências Sociais. Isso indica que os motivos que levam a buscar informações podem ser explicados através de dois fatores.

Como meio de tornar os fatores interpretáveis, rotacionamo-los sem, no entanto, alterar as considerações matemáticas da solução dada, tendo como método de rotação mais usado o processo Varimax - um método de rotação que minimiza o número de variáveis, com altas cargas sobre um fator. Através da rotação de Varimax, obtivemos a seguinte configuração:

MÉTODO DE EXTRAÇÃO: ANÁLISE DOS COMPONENTES PRINCIPAIS -  
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

	Fator 1	Fator 2
V12. Matrículas por níveis de ensino: básico, fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior	,727	,238
V13. Número de instituições de ensino por níveis: básico, fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior	,639	,432
V14. Número dos professores por níveis de ensino: básico, fundamental, médio, técnico e superior	,800	,223
V15. Número de professores por formação: graduados, pós-graduados	,854	-,252
V16. Número médio de alunos por turma, por níveis de ensino: básico, fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior	,820	,228
V17. Número de alunos atendidos por transporte escolar, por níveis de ensino: básico, fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior	,066	,847
V18. Número de veículos para o transporte escolar por níveis de ensino	,005	,877
V19. Infraestrutura das instituições de ensino por níveis de ensino	,824	,023
V20. Acesso à informática	,778	,054
V21. Acesso a Bibliotecas por níveis de ensino	,841	-,172

**Quadro 13:** Extração - Elaboração própria - 2011

Os dados demonstram que, através da rotação de Varimax e da análise dos componentes principais, no Fator 1, estão agrupadas as variáveis V12 (Matrículas por nível de ensino: Básico, Fundamental, e Médio, Técnico/profissionalizante e Superior); V13 (Número de instituições de ensino por nível: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior); V14 (Número dos professores por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico e Superior); V15 (Número de professores por formação: graduados, pós-graduados); V16 (Número médio de alunos por turma, por nível de ensino: Básico, Fundamental, Médio, Técnico/profissionalizante e Superior); V19 (Infraestrutura das instituições de ensino por nível de ensino); V20 (Acesso à informática) e V21 (Acesso a bibliotecas por nível de ensino). No Fator 2, estão agrupadas as variáveis V17 (Número de alunos atendidos por transporte escolar, por nível de ensino: Básico, Fundamental e Médio, Técnico/profissionalizante e Superior) e V18 (Número de veículos para o transporte escolar por nível de ensino).

## FATORES INFLUENCIADORES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Ordem do fator	Denominação do Fator	Variáveis ou Aspectos
		12 – Matrículas por níveis de ensino: básico, fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior
		13 – Número de instituições de ensino por níveis: básico, fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior
		14 – Número dos professores por níveis de ensino: básico, fundamental, médio, técnico e superior
1	Fator Escola	15 – Número de professores por formação: graduados, pós-graduados
		16 – Número médio de alunos por turma, por níveis de ensino: básico, fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior
		19 – Infraestrutura das instituições de ensino por níveis de ensino
		20 – Acesso à informática 21 - Acesso a Bibliotecas por níveis de ensino
		17 – Número de alunos atendidos por transporte escolar, por níveis de ensino: básico, fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior
2	Fator transporte	18 – Número de veículos para o transporte escolar por níveis de ensino

Tab

ela 05: Fatores influenciadores - Elaboração própria – 2011.

Nesse sentido, pode-se determinar, com base na análise estatística, que os Indicadores de Políticas Públicas têm forte correlação com os demais estudados. Na sequência, apresentaremos a correlação entre os três tópicos principais abordados no presente estudo.

Destacamos, ainda, que as variáveis relacionadas aos indicadores (Políticas Públicas Educacionais/ Desenvolvimento Sustentável/Cidadania Ativa) foram distribuídas de forma aleatória no momento da pesquisa de campo, sem que houvesse nenhuma influência por parte do entrevistador. Isso permitiu a análise fatorial dessas variáveis de forma organizada e agrupada, de acordo com cada grupo associado.

#### 4.3 CORRELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CÂNDIDO, 2008) E DE CIDADANIA ATIVA (GREEN, 2010).

O próximo quadro apresenta a correlação positiva entre os Indicadores de políticas públicas educacionais, desenvolvimento sustentável e cidadania ativa, conforme demonstrado pelas variáveis que apresentaram correlações consideradas elevadas acima de 80%.

INDICADORES CORRELACIONADOS	> que 80% > =Maior
V= Variável	
V6 - Qualidade do ensino / V2 - Acesso a educação de qualidade Ou seja, quanto > a qualidade do ensino> o acesso a educação de qualidade.	0,878
V33 - Combate à corrupção / V6 - Qualidade do ensino / V15 - Número de professores por formação: graduados, pós-graduados etc. Ou seja, quanto > o combate à corrupção > a qualidade do ensino e > o número de professores com formação pós-graduada.	0,846 e 0,817 respectivamente
V6 - Qualidade do Ensino/ V15 - Número de professores por formação: graduados, pós-graduados. Ou seja, quanto > a qualidade do ensino, > o número de professores com formação pós-graduada.	0,847
V32 Igualdade perante aLei /V70 Liberdade de expressão. Ou seja, quanto >igualdade perante aLei, >Liberdade de expressão.	0,854
V32 - Igualdade perante a Lei/ V15 - Número de professores por formação: graduados, pós-graduados. Ou seja, quanto > Igualdade perante a Lei, > o número de professores com formação pós-graduada.	0,801
V6 Qualidade do Ensino/ V108 Investimentos em educação. Ou seja, quanto > aqualidade do ensino, > os Investimentos em educação.	0,815
V105 - Investimento em esporte e lazer/ V107 -Acesso a cultura – teatro, cinema, música. Ou seja, quanto > Investimento em esporte e lazer, > Acesso a cultura – teatro, cinema, música.	0,822
V64 Programas e Instrumentos de apoio para grupos vulneráveis /V72 Participação nos movimentos sociais. Ou seja, quanto Programas e Instrumentos de apoio para grupos vulneráveis, > Participação nos movimentos sociais.	0,883
V6 Qualidade do Ensino V110 Investimentos em ciência etecnologia. Ou seja, quanto > a qualidade do ensino, > Investimentos em ciência e tecnologia.	0,802

**Tabela 06:** Indicadores e parâmetros - Fonte: Elaboração própria – 2011.

Para imprimir maior confiabilidade às análises e apontar a necessidade ou não de ajustar os dados à análise fatorial, aplicamos dois testes.

No primeiro deles - *Kaiser–Meyer-Olkin* (KMO) - buscamos os valores normalizados (entre 0 e 1,0), verificando qual é a proporção da variância que as variáveis (dos questionários) apresentaram em comum ou a proporção delas com fatores comuns.

No segundo teste - o de Esfericidade de Bartlett - em que foi feita a distribuição estatística de “*chi quadrado*”, testamos a hipótese (nula  $H_0$ ) e verificamos que a matriz de correlação é uma matriz identidade (cuja diagonal é 1,0, e todas as outras são iguais a zero). Portanto, é possível comprovar que não há correlação entre as variáveis (PEREIRA, 2001). Os resultados dos testes apontaram a confiabilidade da escala utilizada, a medida de adequação da amostra KMO, com 0,849, e do teste de esfericidade de Bartlett, apresentando um “*chi quadrado*” aproximado de 1467,274 e grau de liberdade 171, com significância 0,000 ( $p < 0,01$ ), conforme expresso no quadro a seguir.

### KMO AND BARTLETT'S TEST

Bartlett's Test of Sphericity	,849
Approx. Chi-Square	1467,274
df	171
Sig.	,000

**Quadro 14:** Testes de confiabilidade - Fonte: Elaboração própria – 2011.

Ainda para confirmar a confiabilidade da análise dos dados, observamos a matriz de contra imagem do MAS, que indica o grau de explicação dos dados, a partir dos resultados encontrados na análise fatorial, bem como a correlação entre as variáveis, como mostra o Quadro 12, abaixo, em que todas as correlações do estudo estão acima do mínimo recomendável de 0,50, isto é, satisfatórios com a análise fatorial, indicando, assim, que a amostra pôde ser considerada adequada.

### MATRIZ DE CONTRA IMAGEM

	V1	V33	V15	V70	V32	V6	V107	V105	V108	V52	V2	V57	V58	V63	V64	V72	V85	V110	V81
V1	5,010																		
V33		6,000																	
V15			6,524																
V70				9,210															
V32					7,443														
V6						12,354													
V107							5,652												
V105								5,284											
V108									4,605										
V52										5,347									
V2											5,996								
V57												24,842							
V58													21,21						
V63														8,698					
V64															5,433				
V72																3,784			
V85																	8,003		
V110																		7,683	
V81																			7,460

**Quadro 15:** (MAS) *Measure of sampling adequacy* - Fonte: Elaboração Própria – 2011.

A seguir, temos expressa a variabilidade com os índices atribuídos às variáveis originais **Políticas Públicas Educacionais, Desenvolvimento Sustentável e Cidadania Ativa**, que denotam, em termos percentuais, o quanto a variabilidade de cada uma é explicada.

Nesse caso, as variáveis (V) com maior índice de variabilidade são:

- ✚ V6 – Qualidade do ensino - 91,7%;
- ✚ V70 – Liberdade de expressão - 85,6%;
- ✚ V2 – Acesso à educação de qualidade - 85,4%;
- ✚ V105 – Investimento em esporte e lazer - 84,1%;

- ✚ V33 – Combate à corrupção - 83,3%;
- ✚ V107 – Acesso à cultura (teatro, cinema, música) - 83%;
- ✚ V15 – Número de professores por formação: graduados, pós-graduados - 81,2%;
- ✚ V57 – Prevalência de desnutrição em menores de dois anos de idade - 80,7%;
- ✚ V63 – Prevenção contra a gravidez precoce - 80,5%.

Os que têm menores índices de variabilidade são:

- ✚ V81 – Densidade inadequada de moradores por dormitório - 77,9%;
- ✚ V85 – Imunização contra doenças infecciosas infantis - 76,9%;
- ✚ V58 – Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer - 76,5%;
- ✚ V108 – Investimentos em educação - 76,4%;
- ✚ V110 – Investimentos em ciência e tecnologia - 75,9%;
- ✚ V32 – Igualdade perante a lei - 75,7%;
- ✚ V1 – Acesso à educação - 74%;
- ✚ V64 – Programas e instrumentos de apoio a grupos vulneráveis - 71,5%;
- ✚ V72 – Participação nos movimentos sociais - 70,2%;
- ✚ V52 – Ocorrência de doenças comuns - 67,3%.

Considerando a matriz de comunalidades abaixo, podemos afirmar que as variáveis atendem ao critério de explicação da variância e são consideradas suficientes na carga fatorial, visto que, das 11 que foram estudadas, várias apresentaram percentuais acima de 60%.

**COMUNALIDADES –  
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E  
CIDADANIA ATIVA**

	Inicial	Extração
V1. Acesso à educação	1,000	,740
V33. Combate a corrupção	1,000	,833
V15. Número de professores por formação: graduados, pós-graduados	1,000	,812
V70. Liberdade de expressão	1,000	,856
V32. Igualdade perante a lei	1,000	,757
V6. Qualidade do ensino	1,000	,917
V107. Acesso a cultura (teatro, cinema, música)	1,000	,830
V105. Investimentos em esporte e lazer	1,000	,841
V108. Investimentos em educação	1,000	,764
V52. Ocorrência de doenças comuns	1,000	,673
V2. Acesso à educação de qualidade	1,000	,854
V57. Prevalência de desnutrição em menores de 2 anos de idade	1,000	,807
V58. Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	1,000	,765
V63. Prevenção contra a gravidez precoce	1,000	,805
V64. Programas e Instrumentos de apoio para grupos vulneráveis	1,000	,715
V72. Participação nos movimentos sociais	1,000	,702
V85. Imunização contra doenças infecciosas infantis (%)	1,000	,769
V110. Investimentos em ciência e tecnologia	1,000	,759
V81. Densidade inadequada de moradores por dormitório (%)	1,000	,779

**Quadro 16:** (MAS) Comunalidades - Fonte: Elaboração própria – 2011.



No quadro 17, abaixo, percebemos que os autovalores são decrescentes, ou seja, o maior, o fator 1, responde a uma variância de 8,736, representando 45,98% da variância total. O fator 2 responde a uma variância de 5,138, que representa 27,045% da variância total, e o fator 3 responde a uma variância de 1,103, com 5,808%. A soma dos três primeiros fatores equivale a 78,83% da variância total.

### Tabela de variância total Políticas Públicas Educacionais, Sustentabilidade e Cidadania Ativa

Fatores	Auto-valores (Eigenvalues)	Variância (%)	Variância Acumulada (%)
1	8,736	45,980	45,980
2	5,138	27,045	73,024
3	1,103	5,808	78,832
4	,686	3,612	82,444
5	,646	3,400	85,844
6	,505	2,659	88,503
7	,434	2,282	90,785
8	,407	2,140	92,925
9	,275	1,447	94,373
10	,245	1,292	95,664
11	,167	,880	96,545
12	,139	,733	97,278
13	,125	,656	97,934
14	,103	,541	98,475
15	,093	,488	98,963
16	,075	,395	99,358
17	,053	,279	99,637
18	,048	,251	99,888
19	,021	,112	100,000

**Quadro 17:** (MAS) Variância - Fonte: Elaboração própria, 2011.

A percentagem acumulada da variância extraída pelos fatores atingiu um nível de, aproximadamente, 78,83%, o que, conforme defendem Hairet *et.al.* (2003), está acima do recomendável, ou seja, a percentagem de variação dos fatores extraídos deve explicar 60% da variância para estudos na área de Ciências Sociais. Isso significa que as informações coletadas no instrumento aplicado (questionário) podem ser explicadas através de três fatores.

Assim, com o intuito de interpretar com mais clareza os fatores, eles foram rotacionados (para que haja uma maior divisão dos fatores entre as diversas variáveis, ou seja, minimizando o número de variáveis), utilizando-se o método de rotação mais conhecido, o *varimax*, com o devido cuidado para não alterar as considerações matemáticas da solução dada.

Aplicada a rotação através do *varimax*, o Quadro 18 e a Tabela 07, abaixo, demonstram que, através da rotação de *Varimax* e da análise dos componentes principais, no Fator 1 – X, estão agrupadas as variáveis V1 (Acesso à educação), 33 (Combate à corrupção),

15 (Número de professores por formação: graduados, pós-graduados), 70 (Liberdade de expressão), 32 (Igualdade perante a Lei), 6 (Qualidade do ensino), 108 (Investimentos em educação), 2 (Acesso à educação de qualidade) e 110 (Investimentos em ciência e tecnologia). No Fator 2- Y, estão agrupadas as variáveis 52 (Ocorrências de doenças comuns), 57 (Prevalência de desnutrição em menores de dois anos de idade), 58 (Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer), 63 (Prevenção contra gravidez precoce), 64 (Programas e instrumentos de apoio para grupos vulneráveis), 85 (Imunização contra doenças infecciosas infantis) e 81 (Densidade inadequada de moradores por dormitório). Por último, o Fator 3 - Z é representado pela variável 107 (Acesso à cultura – teatro, cinema, música), 105 (Investimento em esporte e lazer) e 72 (Participação nos movimentos sociais).

#### ANÁLISE DOS COMPONENTES PRINCIPAIS

	Fator 1	Fator 2	Fator 3
V1. Acesso à educação	,832	-,001	,218
V33. Combate a corrupção	,832	-,033	,374
V15. Número de professores por formação: graduados, pós-graduados	,841	-,062	,318
V70. Liberdade de expressão	,700	,030	,605
V32. Igualdade perante a lei	,750	,038	,440
V6. Qualidade do ensino	,920	-,066	,259
V107. Acesso a cultura (teatro, cinema, música)	,394	,155	,807
V105. Investimentos em esporte e lazer	,366	,023	,841
V108. Investimentos em educação	,870	,013	,082
V52. Ocorrência de doenças comuns	-,094	,803	-,135
V2. Acesso à educação de qualidade	,914	,023	,131
V57. Prevalência de desnutrição em menores de 2 anos de idade	-,184	,874	-,101
V58. Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	-,134	,860	-,089
V63. Prevenção contra a gravidez precoce	,156	,861	,197
V64. Programas e Instrumentos de apoio para grupos vulneráveis	,121	,797	,255
V72. Participação nos movimentos sociais	,523	,026	,654
V85. Imunização contra doenças infecciosas infantis (%)	-,144	,865	,017
V110. Investimentos em ciência e tecnologia	,816	-,199	,233
V81. Densidade inadequada de moradores por dormitório (%)	,126	,863	,137

**Quadro 18:** Componentes principais - Fonte: Elaboração própria – 2011.

**FATORES QUE RELACIONAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADANIA ATIVA**

Ordem do fator	Denominação do Fator	Variáveis ou Aspectos
		V1 – Acesso à educação
		V33 – Combate a corrupção
		V15 – Número de professores por formação: graduados, pós-graduados
1	Social	V70 – Liberdade de expressão
		V32 – Igualdade perante a Lei
		V6 – Qualidade do Ensino
		V108 – Investimentos em Educação
		V2 – Acesso à educação de qualidade
		V110 – Investimentos em ciência e tecnologia
		V52 – Ocorrência de doenças comuns
2	Saúde	V57 – Prevalência de desnutrição em menores de 2 anos de idade
		V58 – Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer
		V63 – Prevenção contra a gravidez precoce
		V64 – Programas e Instrumentos de apoio para grupos vulneráveis
		V85 – Imunização contra doenças infecciosas infantis
		V81 – Densidade inadequada de moradores por dormitório
3	Cultural	V107 – Acesso à cultura (teatro, cinema, música)
		V105 – Investimento em esporte e lazer
		V72 – Participação nos movimentos sociais

**abela 07:** Indicadores com correlação maior que 80% - Fonte: Elaboração própria – 2011.

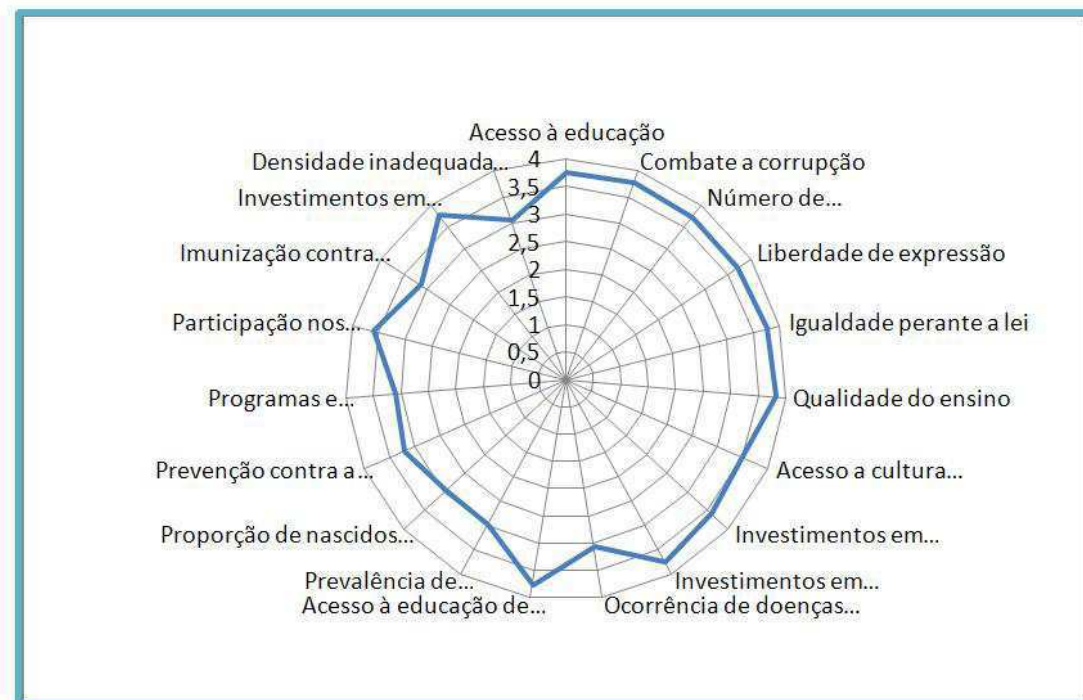
Na sequência, ilustramos as correlações com os indicadores que obtiveram afirmações como “*muito importante*” e “*importantíssimo*” pelos gestores e educadores das instituições públicas de ensino pesquisadas. Convém destacar que muitas variáveis tiveram correlação, apenas algumas com um poder maior de importância para este estudo. Então, selecionamos as que apresentaram mais correlação (acima de 80%), buscando responder às questões iniciais, conforme mostra o próximo quadro.

A figura abaixo demonstra a correlação positiva entre os indicadores de Políticas Públicas Educacionais, Desenvolvimento Sustentável e Cidadania Ativa, ou seja, quanto mais efetivas forem as políticas públicas, em geral, as políticas públicas educacionais, em particular, mais desenvolvimento de forma sustentável e mais cidadãos ativos estarão sendo socialmente construídos e atuarão positivamente na engrenagem social, como ilustramos abaixo.



**Figura 03:** Engrenagem - Fonte: Elaboração própria - 2011

O desempenho para identificar o grau de (co) relação entre as Políticas Públicas Educacionais, o Desenvolvimento Sustentável e a Cidadania Ativa, descritos através dos indicadores de sustentabilidade, pode ser mais bem analisado através do gráfico de dispersão, elaborado a partir dos dados coletados no SPSS e aplicados no Excel, programa de planilha eletrônica desenvolvido pela *Microsoft* para *Windows*, rico em diversas funcionalidades e recomendado para análises estatísticas.



**Quadro 19:** Gráfico de dispersão - Fonte: Elaboração própria - 2011

No gráfico de dispersão, apresentado acima, podemos observar que os indicadores/variáveis ‘Acesso à educação’, ‘Combate à corrupção’, ‘Número de professores por formação: graduados, pós-graduados’, ‘Liberdade de expressão’, ‘Igualdade perante a Lei’, ‘Qualidade do ensino’, ‘Investimento em educação’, ‘Acesso à educação de qualidade’, ‘Participação nos movimentos sociais’ e ‘Investimentos em ciência e tecnologia’ são considerados ‘importantíssimos’ para responder às nossas indagações sobre a (co) relação entre as Políticas Públicas, as Políticas Públicas Educacionais, o Desenvolvimento Sustentável e a Cidadania Ativa, uma vez que se encontram acima da média - 3,5.

Os indicadores/variáveis ‘Acesso à cultura (teatro, cinema, música)’ e ‘Investimentos em esporte e lazer’ foram considerados ‘muito importantes’; as variáveis ‘Prevenção contra a gravidez precoce’, ‘Programas e instrumentos de apoio para grupos vulneráveis’ e ‘Imunização contra doenças infecciosas infantis (%)’, importantes, pois se encontram no gráfico entre as médias 3 e 3,5. Já ‘Ocorrências de doenças comuns’, ‘Prevalência de desnutrição em menores de dois anos de idade’, ‘Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer’ e ‘Densidade inadequada de moradores por dormitório (%)’ estão próximos da superfície de média 3, consideradas, portanto, ‘relativamente importantes’ em relação à indagação da pesquisa.

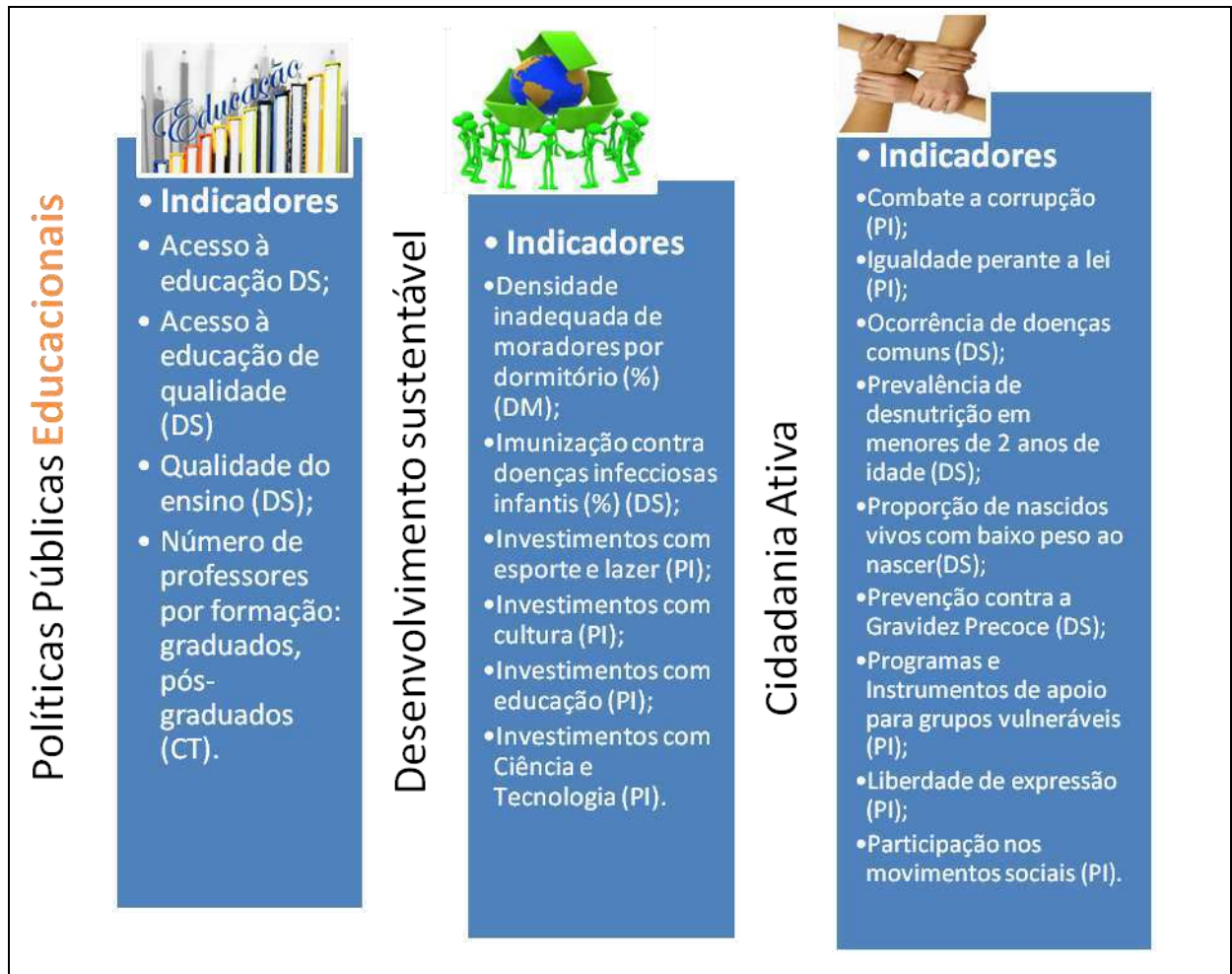
É importante observar que de todos os indicadores/variáveis que apresentaram correlação acima de 0,80, nenhum foi considerado como ‘não importante’ para o estudo. Isso

significa que nenhum dos indicadores/variáveis apresentou média abaixo de 3 no gráfico de dispersão acima.

Na sequência, foram realizadas correlações com as entrevistas dos gestores, as características dos projetos/programas com os indicadores que obtiveram afirmações como ‘Muito importante’ e ‘Importantíssimo’, ou seja, as variáveis com maior correlação (acima de 80%), a saber:

- ✚ **Dimensão social (DS):** Acesso à educação, Acesso à educação de qualidade, Qualidade do ensino, Imunização contra doenças infecciosas infantis;
- ✚ **Dimensão demográfica (DM):** Densidade inadequada de moradores por dormitório, ocorrência de doenças comuns, prevalência de desnutrição em menores de 2 anos de idade, proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer e prevenção contra a gravidez precoce,
- ✚ **Dimensão econômica (EC):** Não foram apontados indicadores
- ✚ **Dimensão político-institucional (PI):** Investimentos em esporte e lazer, Investimentos em cultura, Investimentos em educação, Investimentos em Ciência e Tecnologia, Combate à corrupção, Igualdade perante a lei, Programas e Instrumentos de apoio para grupos vulneráveis, Liberdade de expressão e Participação nos movimentos sociais.
- ✚ **Dimensão ambiental (AM):** Não foram apontados indicadores
- ✚ **Dimensão cultural (CT):** Número de professores por formação: graduados, pós-graduados (CT).

Ressalte-se, no entanto, que, em que pese o fato de termos confirmado a correlação positiva entre os indicadores de políticas públicas educacionais, de desenvolvimento sustentável e de cidadania ativa demonstrada visualmente no quadro abaixo, um aspecto merece destaque: não foram apontados, com correlação acima de 80%, indicadores para duas dimensões: a ambiental e a econômica, mostradas no modelo do IDSM.



Quadro 20: Indicadores/Variáveis com correlação maior que 80% - Fonte: Elaboração própria, 2011.

O quadro 20, acima, demonstra a correlação positiva entre os indicadores de Políticas Públicas, Políticas Públicas Educacionais, Desenvolvimento Sustentável e Cidadania Ativa. Quanto mais efetivas forem as políticas públicas educacionais, mais desenvolvimento de forma sustentável e mais cidadãos ativos estarão sendo socialmente construídos e atuarão positivamente na engrenagem social, como ilustramos anteriormente (ver quadro 19).

#### 4.4 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Observamos a existência de diversos programas educacionais desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, a maioria através de parcerias com órgãos federais. Segundo dados coletados no sítio da Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, podemos apresentar alguns:

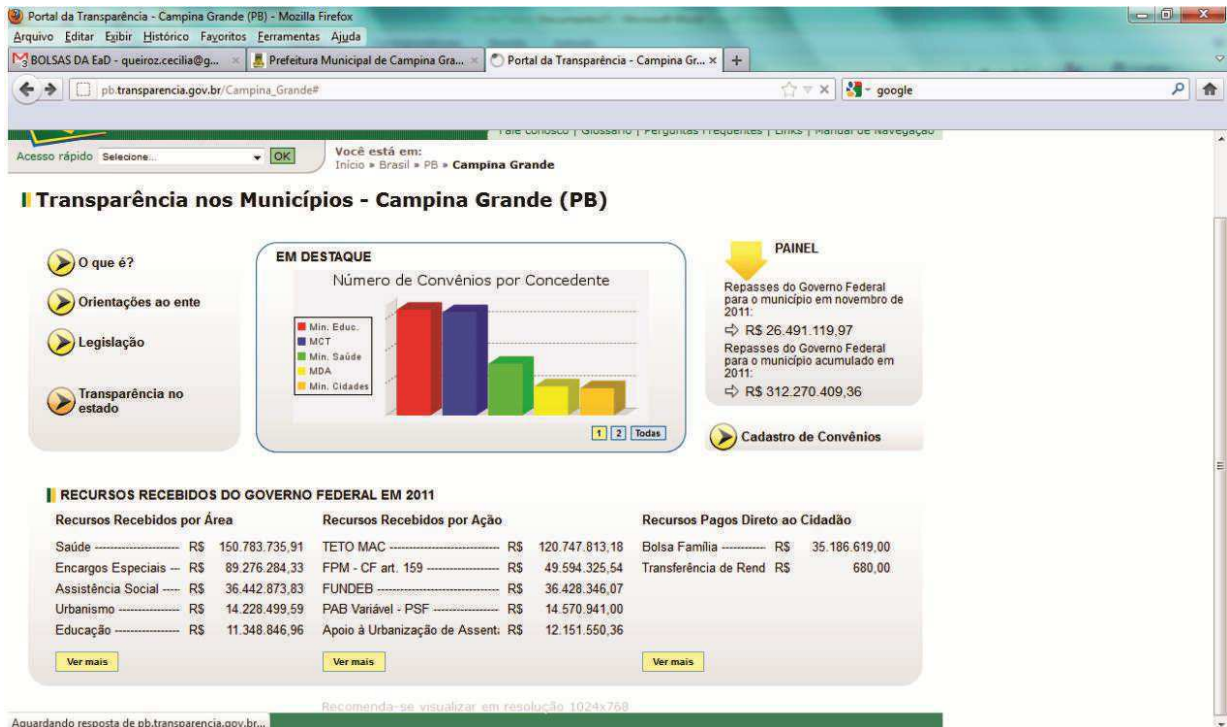
O Plano de Desenvolvimento da Escola – **PDE**, um planejamento centrado na escola e que tem como foco o sucesso do aluno”. Direcionado ao trabalho com Técnicos, gestores, professores, alunos e comunidades de 74 escolas; O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – **GESTAR**, que se propõe a instaurar um processo de construção do conhecimento considerando e valorizando a formação inicial e prática do professor, a partir de um curso de formação continuada em serviço, voltado para o estudo sobre o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa; o programa **Escola Ativa**, considerada uma estratégia metodológica voltada para as classes multisseriadas. Tomando como foco das ações: educadores, alunos, e comunidade das escolas da zona rural com realidade multiciclos; **O PRALER**: a leitura e a escrita em discussão, um programa de Apoio à Leitura e à Escrita, com atenção aos professores e alunos do 1º Ciclo (Inicial e Intermediário) do Ensino Fundamental, bem como, os programas de Educação Especial, programa **Salas de Recursos Multifuncionais**, programa **Educar na Diversidade**, programa Atendimento Educacional Especializado e o programa Educação Inclusiva direito a Diversidade. (Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, 2011).

Também desenvolve várias outras ações, a saber:

- Ampliação das ações da horta escolar, distribuição de mudas de árvores ornamentais e frutíferas e de 60 coletores para a coleta seletiva nas Escolas e nas Creches.
- Criação e atuação da TRUPE AMBIENTAL, que visa sensibilizar a comunidade escolar, por meio de apresentação de teatro, fantoches e oficinas para a questão ambiental.
- Implantação do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) e ampliação dos Laboratórios de Informática para 21 escolas da Rede Municipal de Educação, pela Secretaria de Educação a Distância.
- Adesão ao Sistema de Acompanhamento de Frequência Escolar para acompanhar o desenvolvimento do aluno nas escolas e promover novos investimentos pelo Governo Federal.
- Arborização de escolas e creches, para sensibilizar a comunidade escolar a plantar e conservar árvores nativas do semiárido.
- Estruturação das salas de recursos multifuncionais com mobiliário, jogos educativos e livros e equipamentos especializados, entre outras.

Para a efetivação de cada um dos programas e ações, a Secretaria de Educação Municipal recebeu pouco mais de R\$ 11 milhões de reais, aportados pelo Governo Federal em 2011. Os dados apresentados pelo Portal da Transparência, ilustrados no quadro abaixo, confirmam essa assertiva:





**Figura 04:** Transparência dos municípios – Campina Grande (PB)

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, acesso setembro/2011 (<http://www.campinagrande.pb.gov.br/>)

Traçando um paralelo entre os indicadores/dimensões selecionados com o apoio dos atores sociais e as entrevistas realizadas com os gestores de cinco programas/projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação de Campina Grande/PB, podemos destacar:

#### **Quanto à dimensão social e aos indicadores:**

Acesso à educação

O acesso à educação é garantido, porém faltam as condições objetivas para que as crianças cheguem até a escola e lá permaneçam. Foram relatados pelos gestores dificuldade de condução/transporte, carência de merenda, carência de material didático e fardamento.

Acesso à educação de qualidade / Qualidade do ensino

material didático, bibliotecas e acesso à cultura. Algumas escolas são carentes, em outras, a ausência é total. Além disso, há professores leigos (sem formação em licenciatura), que atuam, especialmente, nas escolas mais distantes do centro da cidade, e os programas de qualificação não atingem a todos os docentes.

Os gestores relataram, conforme sua compreensão, que faltam

Imunização contra doenças infecciosas infantis

A secretaria municipal de saúde tem conseguido garantir a quase todos os alunos a imunização, especialmente as realizadas através de campanhas desenvolvidas em parceria com os governos Estadual e Federal.

### Quanto à dimensão demográfica e aos indicadores:

Densidade inadequada de moradores por dormitório	Os relatos dos gestores apontam total desconhecimento de programas e projetos municipais. Eles afirmaram que conhecem a propaganda de alguns programas, como Minha Casa, Minha Vida e Aluguel Social, que sabiam da existência de programas sociais, mas ainda não haviam conhecido beneficiários deles pessoalmente;
Ocorrência de doenças comuns	Infelizmente, dizem os gestores, sempre tomam conhecimento de mortes por diarreias, pressão arterial alta...
Prevalência de desnutrição em menores de dois anos de idade	Os entrevistados revelam que, cotidianamente, pais e mães destacam a importância das creches e da merenda na alimentação dos filhos e que ouvem relatos de gente passando fome, mesmo com a existência de programas como Bolsa Família.
Proporção de nascidos vivos com baixo peso	Segundo os entrevistados, casos como esse ainda são muito comuns.
Prevenção contra a Gravidez precoce	Segundo os gestores, a gravidez é uma moda, pois várias jovens aparecem na escola com esse problema, portanto, está cada vez mais frequente.

### Quanto à dimensão político-institucional e aos indicadores:

Investimentos em esporte e lazer, cultura, educação, Investimentos, Ciência e Tecnologia.	Os relatos dos gestores apresentaram apenas os investimentos federais na execução dos programas sociais. Eles disseram que têm dificuldades de contar com o apoio mínimo do município e acreditam que os programas existentes só ocorram porque os recursos são do Governo Federal.
Combate à corrupção	Os entrevistados deixaram claro que não acreditam que seja possível combater a corrupção, porque os corruptos são ricos, e ricos não são presos, infelizmente.
Igualdade perante a Lei	Em relação a esse aspecto, os gestores afirmam que não existe, porque a Lei funciona apenas para punir os pobres.
Programas e instrumentos de apoio a grupos vulneráveis Para	os entrevistados, os programas existem, mas são provenientes das ONGs (Organizações Não Governamentais), que contam com pouco ou nada de ajuda municipal.
Liberdade de expressão/ Participação nos movimentos sociais	expressão não funciona muito, porque os cargos de chefia são subordinados aos gestores, que controlam as falas, as participações etc. Eles relatam que podem e devem participar dos movimentos, dos sindicatos e associações, mas com o objetivo claro de defender as propostas da gestão central.

De acordo com os entrevistados, no interior, a liberdade de

### Quanto à dimensão cultural e ao indicador:

Número de professores por formação: graduados, pós-graduados  
Os gestores entrevistados relataram que não existe

estímulo à formação, porque não são liberados, não recebem aumento nos salários se forem pós-graduados, ao contrário, acham que a prefeitura nem iria gostar se os professores estudassem.

A título de ilustração, inserimos algumas falas dos gestores de cinco programas/projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação de Campina Grande/PB, relacionando-os com os indicadores/dimensões selecionados.

**Indicador:** Programas e instrumentos de apoio para grupos vulneráveis:

*“São vários os programas educacionais que a Prefeitura de Campina Grande, por meio da Secretaria de Educação Especial e sua gerência, desenvolvem para a sociedade. Aqui na secretaria de educação, eu articulo a educação especial, então, nessa área, temos: as Salas de recursos multifuncionais, que é um programa do governo federal com adesão do município; o programa **Projeto educar na diversidade**, sobre o atendimento educacional especializado, e o programa **Educação inclusiva, direito à diversidade**, todos do Governo Federal”.* (Coordenador C)

**Indicador:** Acesso à educação de qualidade / Qualidade do ensino

\*PAPE - Programa de Acompanhamento Pedagógico Educacional

\*\*IDEB - Índice de desenvolvimento da Educação Básica

*“Bom, nós temos vários programas, então vou te falar do PAPE 2\*, que é um programa no qual estou inserida, que tem como objetivo assessorar aquelas escolas que estão com baixo índice no IDEB\*\*. Nós desenvolvemos um sistema de acompanhamento aos professores direto nas escolas, inicialmente, para os professores do primeiro e do segundo ciclos das áreas de língua portuguesa e matemática. E oferecemos cursos de formação nessas áreas para esses professores [...] Em seguida, nós estamos pesquisando o porquê desse índice baixo e estamos identificando que não é só a questão pedagógica, e sim, também a questão **da evasão** que concorre, motivo para que estejamos com baixo índice no IDEB [...] Na parte pedagógica, a secretaria dá acompanhamento personalizado a cada escola que está com esse baixo índice no IDEB.”* (coordenador A)

**Indicador:** Liberdade de expressão/ Participação nos movimentos sociais

*“Nos encontros, eles envolvem a escola e toda a comunidade escolar. O entorno das escolas se amplia também, na medida do possível, de acordo com a mobilização da escola, em que se envolve nas discussões também a questão do bairro. A sociedade é inserida, é a questão do meio ambiente, é o pilar dos nossos projetos. Aqui, trabalhamos a questão econômica e buscamos trabalhar com o aluno a questão do meio ambiente em todas as suas vertentes”.* (Coordenador B)

Investimentos com: esporte e lazer, cultura, educação, Ciência e Tecnologia.

*“Eu vejo mais as dificuldades financeiras, então, a gente sente que se poderia fazer muito mais se a gente tivesse recursos à disposição, para se dar um atendimento mais... digamos assim, mais apurado, mais criterioso, não no sentido pedagógico, mas no sentido financeiro, então eu acho assim, que as dificuldades maiores para se inserir um programa no momento, são dificuldades financeiras”.* (Coordenador D)

**Indicadores:** Número de professores por formação: graduados, pós-graduados/Educação Ambiental

[...] “as dificuldades em nível de escola, que é a nossa realidade, envolvem primeiro a questão de sensibilização dos agentes que fazem a escola, dos atores da escola, dos professores, dos diretores, dos outros profissionais que atuam; e também por questões que interferem na formação do professor, porque as universidades ainda precisam de um currículo que trabalhe nos componentes curriculares das licenciaturas a questão da dimensão ambiental. Embora a gente saiba que a educação ambiental tem uma política clara, que determina que ela seja abordada como tema interdisciplinar e transversal. Penso que as graduações e as pós-graduações nas áreas das licenciaturas ainda não conseguiram dar conta desse conteúdo, e isso interfere na formação do professor, a meu ver, esse é um dos maiores entraves”. (Coordenador E)

**Indicadores:** Acesso à educação de qualidade / Qualidade do ensino/Educação Ambiental/ Investimentos em Educação

[...] “outros entraves são de questões culturais mesmo, que já vêm sendo trabalhadas na rede há cerca de 10 anos. Nós temos investido na formação continuada e abordado sempre a questão da educação ambiental, da sustentabilidade, ela está no currículo de todas as escolas. Mas temos, além dessa dificuldade, entraves na formação inicial do professor e dificuldades financeiras. Sabemos que o Ministério da Educação, o Governo Federal tem tido muita sensibilidade com os projetos nas escolas, na última década. Mas ainda sentimos a necessidade de maiores investimentos para que as escolas possam investir realmente nos projetos de educação ambiental.” (Coordenador A)

Número de professores por formação: graduados, pós-graduados.

[...] “eu sinto assim muita carência no educador que tá saindo das universidades hoje. Essa carência foi vivida na minha geração e continua, ficamos dependendo do nosso interesse profissional, [...] a gente vê isso nos profissionais que estão entrando na rede, quando chegam lá na base se chocam com a realidade, [...] numa realidade que muitas vezes a sua graduação não vai lhe servir e eles têm que descobrir novas estratégias, têm que interpretar bem os teóricos e, ao mesmo tempo, adequar àquela realidade “nua e crua” na qual ele se depara.” (Coordenador C)

Ao longo do nosso estudo, podemos comprovar a correlação positiva entre os indicadores Políticas Públicas Educacionais, Desenvolvimento Sustentável e Cidadania Ativa e verificar, com base nas entrevistas com os gestores dos cinco programas/projetos desenvolvidos no município de Campina Grande, uma enorme distância na vivência das políticas públicas educacionais, haja vista que a maioria das políticas públicas é fomentada pelo Governo Federal, com adesão dos municípios. Ou seja, a Secretaria Municipal de Educação não tem políticas locais, elaboradas com a participação dos atores sociais locais, com o foco na realidade municipal, um dos entraves apontados pelos autores aqui referenciados como condição *sine qua non* para a construção da Cidadania Ativa.

Verificamos a existência de diversos programas, projetos e ações. Porém, podemos coletar e compreender, com a fala dos entrevistados, que ainda é preciso atender a mais pessoas e melhorar desde o planejamento até a avaliação. Verificamos, ainda, que é necessário investir, urgentemente, na formação da equipe multiprofissional que atua diretamente nos espaços educativos e tomar como fundamental o envolvimento da

comunidade e das universidades na construção das políticas públicas em geral e educacionais, em particular.

Percebemos que os gestores se mostram preocupados no que se refere ao indicador qualidade do ensino e qualidade da educação, considerando que suas falas denotam que é através da educação que se constroem os valores morais socialmente aceitos, que se defende e ensina o respeito ao meio ambiente. Entendem eles que é dever do poder público incentivar e contribuir para que os municípios promovam ações que modifiquem ou minimizem as carências relatadas.

No que se refere ao indicador Investimento em educação, os entrevistados apontam carência de recursos. Porém, dados demonstram que foram investidos recursos federais na ordem de mais de 11 milhões de reais, só em 2011, na Educação Pública de Campina Grande/PB.

Outro aspecto fortemente destacado foi a formação dos profissionais atuantes nos projetos, nos programas e nas ações desenvolvidos. Afirmaram os gestores entrevistados que a lacuna está no processo de formação acadêmica.

Enfim, verificamos que os indicadores selecionados no estudo pelos 67 atores sociais não são contemplados, de fato, nos programas e nas Políticas Públicas Educacionais da Secretaria Municipal de Campina Grande/PB, o que significa que ainda carecem de decisão política e de instrumentos, de recursos humanos e materiais para que as Políticas Públicas Educacionais contribuam, amplamente, para a promoção da cidadania ativa e do desenvolvimento sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma discussão teórica acerca das políticas públicas educacionais e do desenvolvimento sustentável, a partir da reflexão teórica e do embasamento na pesquisa empírica realizada com gestores públicos e professores de instituições de ensino Superior.

Nesse percurso, comprovamos a necessidade de que sejam previstos, na elaboração/construção de políticas públicas educacionais, a participação de cidadãos ativos; o uso de instrumentos eficazes de coleta de dados e informações, como o IDSM, por exemplo; mecanismos de interação democráticos; uma intensa comunicação e troca de informações/experiências; diálogo, negociação, saberes multidisciplinares, entre outros. Essa articulação precisa basear-se em ações concretas e planejadas, que só serão alcançadas, na prática, através dos processos educativos (em sentido amplo), com mudança nos estilos de vida, nos padrões de consumo e apoio das leis já existentes. Enfim, um esforço organizado, em que se integram as políticas em prol dos objetivos da coletividade.

Ressalte-se, no entanto, que, em que pesem os avanços previstos em lei, é importante a atuação em outras frentes, pois, segundo Gohn (1999), nos países subdesenvolvidos, a promulgação de leis é insuficiente e, no caso do Brasil, a cidadania surge como resultado de um processo histórico de lutas. É completa: “Desde os anos 90, o terceiro setor brasileiro amplia consideravelmente o universo da participação na sociedade, apresentando, assim, uma oportunidade de efetuar mudanças importantes em prol do Desenvolvimento Sustentável” (GOHN, 1999, p. 89).

Confirma-se a premissa do estudo, considerando a existência da relação entre políticas públicas educacionais, desenvolvimento sustentável e cidadania ativa, que se materializa na forma de compreendê-los como práticas sociais que requerem processos educativos. Temos a alternativa de ensinar/aprender os princípios da cidadania, da solidariedade e do convívio social, com justiça e respeito à diversidade, à natureza e aos recursos naturais na construção de um desenvolvimento sustentável. Porém, não descolada das demais políticas públicas, confirmamos a necessidade de que as políticas devem se unir para combater a corrupção; defender a igualdade de todos perante as leis; defender, incansavelmente, a liberdade de expressão; garantir, efetivamente, o direito à participação nos movimentos sociais; consolidar

os programas e os instrumentos de apoio a grupos vulneráveis, na imunização contra doenças infecciosas comuns, já erradicadas em países desenvolvidos, mas que permanecem ocorrendo nas periferias do Brasil, em especial, na Região Nordeste; lutar pela erradicação da fome e da miséria, que ainda condenam crianças à morte, devido à prevalência de desnutrição, notadamente em menores de dois anos de idade; criar programas de prevenção da gravidez precoce e relativos aos cuidados com a maternidade e com crianças nascidas abaixo do peso e executar programas habitacionais, que possibilitem moradias menos densas, mas adequadas para permitir famílias mais saudáveis.

Confirmamos, também, que investimentos em ciência e tecnologia, no acesso à cultura, em esportes e lazer, contribuem significativamente, segundo os gestores pesquisados e a literatura, para ampliar o acesso aos sistemas de ensino e oferecer educação de qualidade de que tanto precisamos.

Selecionamos alguns indicadores não específicos da educação, como o das políticas públicas educacionais, sobretudo porque, neste estudo, foi possível demonstrar a importância do uso dos indicadores de sustentabilidade de forma integrada, desde a concepção até a avaliação das políticas, porquanto esses indicadores estão imbricados na análise das políticas públicas, de modo geral, das políticas educacionais e das demais políticas setoriais: saúde, meio ambiente, habitação etc. Porém, essa análise precisa estar alicerçada numa compreensão multidisciplinar, democrática e participativa, visto que se trata da construção da cidadania ativa, num contexto de construção da sustentabilidade ambiental.

Em relação aos programas educacionais avaliados, entendemos que ainda carecem de instrumentos para que as Políticas Públicas Educacionais contribuam para a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, visto que, em todas as falas, sentimos a total ausência do poder público, não ouvimos elogios, não vimos empolgação. Ao contrário, verificamos atores sociais executando/coordenando políticas de cuja elaboração não participaram, que não compreendem sua importância, que não se sentem comprometidos porque são, absolutamente, subordinados às “regras” da gestão central.

Segundo os gestores e os professores participantes da pesquisa, e de conformidade com a literatura consultada, comprovamos a importância de investimentos em Educação de qualidade, em formação de professores, em ciência e tecnologia, no acesso à cultura, em esportes e lazer, pois esses são aspectos relevantes para a melhoria dos indicadores pesquisados e para ampliar o acesso aos sistemas de ensino e oferecer a educação de qualidade de que tanto precisamos. Verificamos que recursos existem, que espaços de qualificação existem, haja vista que, em Campina Grande, contamos com duas Universidades

Públicas, uma federal e outra Estadual, ambas com fortes investimentos em formação de professores e com notório compromisso social.

Sabemos que os sistemas públicos de gestão vêm sofrendo pressões para se atualizar, ora mais intensas, ora menos, em virtude dos avanços no entendimento de como se constrói o conhecimento, de como as pessoas aprendem, as novas demandas do mercado de trabalho, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, a globalização, entre outros. Todavia, é importante considerar que a ‘Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável’ decretada pela ONU, organização que une, praticamente, todos os países do planeta, representa um esforço internacional massivo e, talvez, o maior na história do mundo, que objetiva efetivar mudanças importantes nas práticas, no conteúdo e no próprio conceito da educação em um período de tempo relativamente curto.

Vive-se, portanto, diante de um momento oportuno – e preciso - para refletir e formular caminhos efetivos nesse sentido. Trata-se, também, de garantir a segurança do emprego e a aptidão para o trabalho, de permitir que cada um satisfaça às demandas de uma sociedade em rápida evolução, assim como as mudanças tecnológicas que condicionam hoje, direta ou indiretamente, cada aspecto da existência e, finalmente, de conseguir responder à busca da felicidade, do bem-estar, da qualidade de vida e da vivência da cidadania.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs) **Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez: 2001.
- AGUILAR VILLANUEVA, Luís F. **La hetchura de las políticas**. México: Porrúa, 1992.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica**. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto.
- BARBOSA, L. M. A.; SILVÉRIO, V. S. (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas**. EDUFMG. Campina Grande: 2010.
- CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2001.
- COOPER, R.C, SCHINDLER, P.M. **Métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre, Bookman, 2003.
- FLORIANI, D. **Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade**. In:
- GALLOPIN, G. C. **Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators**. A system approach. Environmental Modelling & Assessment, n. 1,p. 101-117, 1996.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001.
- LEFF, H. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. In: PHILIPPI Jr., A.,TUCCI, C.M.E, HOGAN.D.J., NAVAGANTES, R. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signos Editora, 2000. Cap. 02.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 9.ed. São Paulo : Loyola, 1990.

LIRA, W. S; CÂNDIDO. G.A. **Análise dos modelos de indicadores no contexto do desenvolvimento sustentável**. Revista eletrônica de ciências sociais Aplicadas. V3, N.1, 2008.

LOUETTE. A. **Compêndio de indicadores de sustentabilidade e de nações: contribuições ao diálogo da sustentabilidade**. São Paulo. Ed. Antakarana Cultura Arte Ciência, 2009.

LOWI, Theodore. “**American business, public policy, case-studies and political theory**”. World Politics, vol. XVI, n.4, 1964.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Metodologia para construção e análise de índices de desenvolvimento sustentável: uma aplicação no Estado da Paraíba**. João Pessoa - PB: Edições SEBRAE 2008.

MAYOR, F. **Preparar um futuro viável: Ensino Superior e desenvolvimento sustentável**. In: Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Tendências de Educação Superior para o Século XXI. Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior. Paris: 1998.

PHILIPPI Jr., A.,TUCCI, C.M.E, HOGAN.D.J., NAVAGANTES, R. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. Cap. 05, págs.95 a 107.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**. 2ª Edição, Ed.Vozes: Petrópolis, 1996.

PINTER, L., CRESSMAN, DR & ZAHEDI, K. (1999). **Capacitação para a avaliação ambiental integrada e relatórios: manual de treinamento**. Programa Ambiental das Nações Unidas (NEP), Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) e *Ecologistics Internacional Ltd.*

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 21.ª Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: SACHS, I. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, p. 267-284, 2007.

SAUVÉ, L. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa.** Revista de Educação Pública, Mato Grosso: UFMT, vol6, nº 010, 72-103, jul-dez, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro - RJ: Record, 2001.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local.** Brasília: IICA, 2005.

SILVA, C.L.; MENDES, J.T.G. (orgs.) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar.** Petrópolis, Vozes, 2005.

SILVÉRIO, V. R. **A diferença como realização da liberdade.** In. ABRAMOWICZ, A.;

STERLING, S. **Sustainable education: re-visioning learning and change.** Bristol, UK: Green Books, 2006.

SOUSA, João Francisco de. **Atualidades de Paulo Freire: contribuições ao debate sobre a educação na diversidade cultural.** Recife: Bagaço; Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular da UFPE (NUPEP), 2001.

SUBIRATIS, Joan. **Análisis de políticas y eficacia de la administración.** Madrid: INAP/MAP, 1989.

UNESCO, 2009 - Resolução 57/254 - **Década de educação para o desenvolvimento sustentável – 2005 a 2014**”. Disponível em: [www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br) Acesso 13/10/2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

VIANA, A. L. **Abordagens metodológicas em políticas públicas.** Revista de Administração Pública, v. 30, n 2, p. 5-43, mar/abril. 1996.

WEBER, J. **Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um Programa de Pesquisas.** In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa.** São Paulo: Cortez, 2002. PP. 115 a 146.





## APÊNDICE

### 01

## Roteiro<sup>1</sup> de Entrevista

### INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

**1. Sexo:**

F  M

**2. Idade:**

Até 30 anos

De 31 a 35 anos

De 36 a 40 anos

De 41 a 45 anos

Mais de 45 anos

**3. Cidade onde reside:**

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

#### PARTE 2 – FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

**1. Formação Acadêmica:**

Ensino Médio

Superior

Mestrado

Doutorado

Qual Curso: \_\_\_\_\_

**3. Atuação Profissional:**

Gestão

Outra. Qual: \_\_\_\_\_



4. Anos de experiência profissional: \_\_\_\_\_

Obs:

---

---

---

### PARTE 3 – Questões norteadoras

1. Você concorda que em Campina Grande, existe pleno acesso a educação, ou seja, todos que quiserem podem vir às escolas?
2. A educação oferecida é de qualidade?
3. O ensino é de qualidade?
4. Aqui na escola/projeto aparecem crianças com doenças comuns em geral e/ou infecciosas?
5. Você percebe a prevalência de desnutrição em alunos pequenos?
6. Você a ocorrência de Gravidez precoce?
7. Existe alguma ação da Secretaria para prevenir ou ajudar as jovens?
8. Vocês oferecem educação física e atividades esportivas na escola? No seu programa/projeto existem investimentos nessa área?
9. Vocês oferecem atividades culturais na escola? No seu programa/projeto existem investimentos nessa área?
10. Você acha que os recursos investidos na educação no seu município são suficientes? O que poderia ser melhorado?
11. Você acha que os recursos investidos em ciência e tecnologia na educação no seu município são adequados? Você conhece algum projeto nessa área?
12. Você ordena despesas dos recursos do programa/projeto que você coordena?
13. Você conhece os mecanismos de controle da gestão dos recursos do programa/projeto que você coordena?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS



14. Você acredita que possa ocorrer desvio de recursos ou corrupção no seu programa/projeto?
15. O que você pode ou deveria fazer para evitar possíveis ações de corrupção?
16. Você acha que todos são iguais perante a Lei?
17. Você se sente livre para expressar o que pensa sobre a educação no município, sobre os rumos do programa/projeto que coordena?
18. Vocês oferecem apoio a grupos vulneráveis no programa?
19. Vocês participam de associações de moradores, sindicatos, clubes sociais ou constroem espaços de participação para a comunidade aqui na escola, no programa/projeto?
20. Qual a formação dos professores envolvidos no projeto?
21. Vocês recebem incentivos financeiros ou estímulo (ascensão profissional) quando fazem cursos (pós-graduação) da Secretaria Municipal de Educação?
22. Vocês tem plano de Cargos e Carreira da Secretaria Municipal de Educação? Funciona bem, em sua opinião?

Obrigada pela sua colaboração.

<sup>1</sup> Roteiro elaborado a partir dos indicadores selecionados pelos 67 atores sociais envolvidos na pesquisa, fase inicial da dissertação de mestrado - UFCG/2010.



02

## QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

### RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADANIA ATIVA

Caro (a) participante:

Este questionário está inserido na linha de pesquisa “Desenvolvimento, Sustentabilidade e Competitividade”, do programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), dentro da área Sociedade e Recursos Naturais, e pretende enriquecer uma pesquisa em nível de Mestrado sobre os **impactos das ações e dos programas educacionais no índice de sustentabilidade do município de Campina Grande – PB - e sua contribuição para a construção da cidadania ativa**, no período de 2004 a 2008.

Salientamos que não realizaremos uma análise crítica nem pessoal sobre os respondentes, mas sua caracterização, para melhor compreender o nosso objeto de estudo e, como tal, este questionário terá um caráter **confidencial**.

Agradecemos, desde já, a disponibilidade e o apoio dispensados para a realização deste questionário, realçando a máxima importância da sua colaboração, sem a qual não poderíamos prosseguir com o presente estudo.

Atenciosamente,

**Cecília Queiroz**

Mestranda

[queiroz.cecilia@gmail.com](mailto:queiroz.cecilia@gmail.com)

**Profª Drª Waleska Silveira Lira**

Orientadora

[waleska.silveira@hotmail.com](mailto:waleska.silveira@hotmail.com)





## PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

### 1. Sexo:

F  M

### 2. Idade:

Até 30 anos

De 31 a 35 anos

De 36 a 40 anos

De 41 a 45 anos

Mais de 45 anos

### 3. Cidade onde reside:

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

## PARTE 2 – FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

### 1. Formação acadêmica:

Ensino Secundário

Ensino Médio

Superior

Mestrado

Doutorado

### 2. Área de formação acadêmica:

Ciências Exatas e da Natureza

Ciências Sociais e Humanas

Ciências da Saúde

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

### 3. Atuação profissional:

Ensino

Gestão

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

4. Anos de experiência profissional: \_\_\_\_\_



**PARTE 3 – REFLEXÃO SOBRE OS INDICADORES**

1º Assinale com X, na segunda coluna, **apenas** os indicadores que o (a) senhor (a) julga serem **mais relevantes** para a mensuração da relação existente entre as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável e os indicadores de sustentabilidade.

2º Atribua aos indicadores assinalados um grau de importância segundo a escala apresentada abaixo.

PONTUAÇÃO	CORRESPONDE A:
1	Não é importante
2	Relativamente importante
3	Importante
4	Muito importante
5	Importantíssimo

Indicadores	Grau de importância				
	1	2	3	4	5
01. Acesso à Educação	1	2	3	4	5
02. Acesso à Educação de qualidade	1	2	3	4	5
03. Taxas de analfabetismo funcional	1	2	3	4	5
04. Taxas de analfabetismo total	1	2	3	4	5
05. Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade	1	2	3	4	5
06. Qualidade do Ensino	1	2	3	4	5
07. Aprendizagem significativa	1	2	3	4	5
08. Relação professor-aluno	1	2	3	4	5
09. Ensino – aprendizagem	1	2	3	4	5
10. Acesso a material escolar	1	2	3	4	5
11. Acesso a livros didáticos	1	2	3	4	5
12. Matrículas por níveis de ensino: Básico, Fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior.	1	2	3	4	5
13. Número de instituições de ensino por níveis: Básico, Fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior.	1	2	3	4	5
14. Número dos professores por níveis de ensino: Básico, Fundamental, médio, técnico e superior	1	2	3	4	5
16. Número de professores por formação: graduados, pós-graduados	1	2	3	4	5
17. Número médio de alunos por turma, por níveis de ensino: Básico Fundamental, médio, técnico/profissionalizante e superior	1	2	3	4	5
18. Número de alunos atendidos por transporte escolar, por níveis de ensino	1	2	3	4	5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



Básico, Fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior					
19. Número de veículos do transporte escolar por níveis de ensino	1	2	3	4	5
20. Infraestrutura das instituições de ensino por níveis de ensino	1	2	3	4	5
21. Acesso à Informática	1	2	3	4	5
22. Acesso a Bibliotecas por níveis de ensino	1	2	3	4	5
23. Número de alunos atendidos por transporte escolar, por níveis de ensino: Básico, Fundamental, e médio, técnico/profissionalizante e superior	1	2	3	4	5
25. Participação Política (sindicatos, associações de moradores, religiosas, partidos políticos...)	1	2	3	4	5
26. Condições de se alimentar, vestir e ter um teto para morar	1	2	3	4	5
27. Necessidade de ter boa aparência	1	2	3	4	5
28. Participação no processo decisório	1	2	3	4	5
29. Combate à discriminação de raça, cor, gênero e religião	1	2	3	4	5
30. Existência de práticas de discutir e informar-se sobre política	1	2	3	4	5
31. Confiança em Instituições públicas e privadas	1	2	3	4	5
32. Existência de vínculos comunitários	1	2	3	4	5
33. Escuta e captação de ideias de pessoas em situação de pobreza	1	2	3	4	5
34. Necessidade de se sentir amado	1	2	3	4	5
35. Igualdade perante a Lei	1	2	3	4	5
36. Combate à corrupção	1	2	3	4	5
37. Percepção da sociedade civil sobre conselhos e outros espaços de participação social	1	2	3	4	5
38. Acesso ao poder público	1	2	3	4	5
39. Acesso a Programas Sociais	1	2	3	4	5
40. Acesso à energia elétrica	1	2	3	4	5
41. Acesso à moradia	1	2	3	4	5
42. Acesso a comunicação e informação	1	2	3	4	5
43. Confiança nos meios de comunicação	1	2	3	4	5
44. Informar-se sobre política	1	2	3	4	5
45. Número de Conselhos Municipais (saúde, educação, assistência social)	1	2	3	4	5
46. Cobertura dos meios de transporte	1	2	3	4	5
47. Expectativa de vida	1	2	3	4	5
48. Número de crianças nascidas	1	2	3	4	5
49. Taxa de urbanização	1	2	3	4	5
50. Número de estabelecimentos de saúde, por categoria	1	2	3	4	5
51. Número de profissionais de saúde, por categoria	1	2	3	4	5
52. Número de procedimentos ambulatoriais	1	2	3	4	5
53. Número de crianças menores de um ano de idade imunizadas com a vacina tetravalente	1	2	3	4	5
54. Ocorrência de doenças comuns	1	2	3	4	5
55. IDHM – Longevidade	1	2	3	4	5
56. Número de unidades de saúde (clínicas, hospitais)	1	2	3	4	5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



57. Programas de saúde da mulher	1	2	3	4	5
58. Cobertura de consultas de pré-natal	1	2	3	4	5
59. Prevalência de desnutrição em menores de dois anos de idade	1	2	3	4	5
60. Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	1	2	3	4	5
61. Número de famílias atendidas por programas de transferência de renda (bolsa família, bolsa escola, outros)	1	2	3	4	5
62. Violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes	1	2	3	4	5
63. Violência contra a mulher	1	2	3	4	5
64. Combate ao trabalho Infantil	1	2	3	4	5
65. Prevenção contra a gravidez precoce	1	2	3	4	5
66. Programas e instrumentos de apoio para grupos vulneráveis	1	2	3	4	5
67. Poder de decisão na elaboração de programas sociais	1	2	3	4	5
68. Desenvolvimento da autoconfiança	1	2	3	4	5
69. Interação entre indivíduos, famílias, comunidades, empresas e Estado	1	2	3	4	5
70. Poder dos jovens	1	2	3	4	5
71. Capacidade de negociar e influenciar a tomada de decisão	1	2	3	4	5
72. Liberdade de expressão	1	2	3	4	5
73. Fortalecimento das Instituições públicas	1	2	3	4	5
74. Participação nos movimentos sociais	1	2	3	4	5
75. Percepção da sociedade civil sobre conselhos e outros espaços de participação social	1	2	3	4	5
76. Práticas de gestão que beneficiem o desenvolvimento local	1	2	3	4	5
77. Importância da participação e acompanhamento das administrações públicas (por exemplo, orçamento participativo e consultas públicas)	1	2	3	4	5
78. Produto interno bruto per capita	1	2	3	4	5
79. Balança Comercial (US\$)	1	2	3	4	5
80. Renda familiar per capita (%)	1	2	3	4	5
81. Renda per capita	1	2	3	4	5
82. Adequação de moradia (%)	1	2	3	4	5
83. Densidade inadequada de moradores por dormitório (%)	1	2	3	4	5
84. Coeficiente de mortalidade por homicídios	1	2	3	4	5
85. Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte	1	2	3	4	5
86. Oferta de serviços básicos de saúde	1	2	3	4	5
87. Imunização contra doenças infecciosas infantis (%)	1	2	3	4	5
88. Prevalência de desnutrição total	1	2	3	4	5
89. Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	1	2	3	4	5
90. Esperança de vida ao nascer (anos)	1	2	3	4	5
91. Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico	1	2	3	4	5
92. Acesso a esgotamento sanitário (%)	1	2	3	4	5
93. Acesso ao sistema de abastecimento de água (%)	1	2	3	4	5
94. Volume de águas tratada 1000m3/ano	1	2	3	4	5
95. Produto Interno Bruto (PIB) per capita	1	2	3	4	5
96. Transferências intergovernamentais da União	1	2	3	4	5
97. Acesso à Justiça	1	2	3	4	5
98. Número de Conselhos Municipais	1	2	3	4	5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



99. Comparecimento às eleições	1	2	3	4	5
100. Despesa total com saúde por habitante (R\$)	1	2	3	4	5
101. Despesas com gestão ambiental	1	2	3	4	5
102. Despesas com saneamento urbano	1	2	3	4	5
103. Índice de GINI da distribuição do rendimento	1	2	3	4	5
104. Investimentos em habitação Urbana	1	2	3	4	5
105. Investimentos em esporte e lazer	1	2	3	4	5
106. Investimentos em Assistência Social	1	2	3	4	5
107. Investimentos em cultura	1	2	3	4	5
108. Investimentos em educação	1	2	3	4	5
109. Investimentos em Segurança Pública	1	2	3	4	5
110. Investimentos em Ciência e Tecnologia	1	2	3	4	5

Obrigada por sua colaboração.